



Relatório Anual 2020

PATROCINADORES

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)
Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

CONSELHO DELIBERATIVO

Henrique Jorge Tinoco de Aguiar – Membro e Presidente até 10/2020
José Andrade Costa - Presidente desde 11/2020
Sérgio Brito Clark – Vice-presidente desde 11/2020.
Gustavo Dorea Carneiro – Membro desde 11/2020.
João Francisco Freitas Peixoto
Lourival Nery dos Santos
Gildete Mesquita Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Helton Chagas Mendes
Genival Vila Nova – Presidente
Leonardo da Hora Barreto - Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

José Jurandir Bastos Mesquita – Diretor-Presidente
Marcos José Rodrigues Miranda – Diretor de Administração e Investimentos
Francisco José Araújo Bezerra – Diretor de Previdência

OUVIDORIA

Maria Auxiliadora Bezerra – Ouvidora até 10/2020
José Zelízio de Alencar Libório – Ouvidor desde 11/2020

CANAIS DE RELACIONAMENTO

RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES

0800 9705775 (tel. fixo) / 4020-1615 (celular) / 9.9761 0077 (Whatsapp)
relacionamento@capef.com.br

www.capef.com.br

Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

OUVIDORIA

ouvidoria@capef.com.br

EXPEDIENTE

CONTEÚDO E APROVAÇÃO

Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef – GEDIN

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GO! Branding + Design



**Aproveite
a vida agora
e no futuro!**

SUMÁRIO INTERATIVO

1. INSTITUCIONAL

Conheça mais sobre a nossa cultura e valores que norteiam a nossa existência.

- Quem Somos
- O que Fazemos
- Nosso Propósito
- Nossos Números
- Estrutura Organizacional

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Confira os detalhes sobre nosso modelo de governança, nossa estrutura de decisão e compromisso com a sustentabilidade do negócio.

- Órgãos Estatutários
- Agilidade na Gestão dos Riscos da Entidade
- Eleição Ouvidoria
- Capecf obtém Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos
- Capecf se antecipa nas etapas de adequação à LGPD
- Compromisso com a Sustentabilidade do Negócio

3. GESTÃO ESTRATÉGICA

Saiba mais sobre a estratégia da gestão e principais projetos desenvolvidos em 2020.

- Mapa Estratégico
- Adoção de Estratégias durante a Pandemia
- Ações de Fomento à Adesão
- Capecf é selecionada para 1º Hub de Inovação
- Aceleração da Transformação Digital na Capecf

4. RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO

Saiba como cuidamos dos nossos participantes e o que fazemos para fortalecer o nosso relacionamento.

- Conhecendo o Público e suas Preferências
- Capecf ingressa nas redes sociais: LinkedIn e Instagram
- Números da Comunicação
- Novidade no Clube de Benefícios: Cashback
- Parceria Premiada ultrapassa 4.500 cadastros
- Plano CV I completa 10 anos
- Comemorações do Mês do Cliente
- Canais de Relacionamento
- Aperfeiçoamento do Time

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Capecf promove ações de educação financeira e previdenciária, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus diversos públicos e desenvolve ações responsáveis para o meio onde está inserida.

- Webinar sobre a Reforma da Previdência e seus Impactos na Capecf
- Campanhas de Retenção de Participantes
- 2020: Ano Recorde de Aportes Facultativos
- Transparência na Gestão: Encontros Online
- 27ª edição do Seminário de Investimentos e Benefícios

6. PLANOS DE BENEFÍCIOS: GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E ATUARIAL

Conheça o perfil dos Planos Previdenciários e seus respectivos resultados atuariais.

- Perfil dos Participantes
- Receitas de Contribuições e Benefícios Pagos
- Resultado Atuarial
- Destaques de 2020

7. DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

Conheça os resultados obtidos pelos Planos Previdenciários BD e CVI em 2020

- Cenário econômico de 2020
- Superação das metas atuariais dos Planos
- Diversificação dos Investimentos
- Rentabilidade
- Resumo dos Investimentos

8. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Saiba como cuidamos do seu Patrimônio e controlamos as nossas despesas administrativas.

- Orçamento administrativo
- Limites para cobertura das despesas
- Principais Indicadores de Gestão
- Custo Médio de Administração por Participante

9. DOCUMENTAÇÃO

Confira todos os documentos disponíveis, segregados por Planos de Benefícios.

- Demonstrações Contábeis
- Notas Explicativas
- Pareceres
- Política de Investimentos

MENSAGEM DA DIRETORIA

LIÇÕES DE 2020

MUDANÇA NA ROTA

Os planos traçados para esse ano tiveram que ser alterados e sem qualquer aviso prévio. A pandemia do Coronavírus chegou sem manual de instruções, devastando vidas, isolando famílias, aumentando o desemprego e trazendo caos para a economia.

NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO

As empresas que conseguiram atravessar esse turbilhão de dificuldades tiveram que mudar a rota e expandir a sua capacidade de adaptação. E na Capef, não foi diferente!

PRESERVAÇÃO DA VIDA, NOSSO BEM MAIOR

A Entidade rapidamente estabeleceu um plano de contingência, que priorizou mitigar os riscos de propagação do vírus e preservar a integridade dos seus colaboradores e participantes.

ACELERAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Novas possibilidades surgiram, como: a adoção de ferramentas para acompanhar as rotinas de trabalho à distância; utilização de plataformas

de videoconferências; elaboração de tutoriais para facilitar o acesso do público-alvo a essa nova tecnologia; digitalização de importantes processos internos, como a concessão de benefícios, bem como desenvolvimento de novos simuladores de autoatendimento no site e aplicativo.

Durante o período, também foram realizadas várias reuniões extraordinárias dos Conselhos para acompanhar mais de perto a gestão dos recursos e definir medidas emergenciais na Política de Empréstimos da Entidade, em benefício dos participantes.

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO

Com a extrema volatilidade do mercado financeiro, a Capef pensou em alternativas para tranquilizar os seus Participantes em relação aos investimentos: ampliar o conhecimento, por meio de uma série de vídeos explicativos sobre o tema.

Primando sempre pela transparência na gestão dos recursos e também atendendo aos anseios de muitos participantes, que ficaram preocupados com a rentabilidade dos Planos no início da pandemia, foi elaborada uma série de vídeos sobre os efeitos

da crise no mercado financeiro, liquidez dos Planos, bem como as estratégias de investimentos adotadas pela Capef para driblar os desafios do cenário adverso.

A partir do 2º semestre de 2020, os Encontros com Participantes começaram a ser realizados de modo 100% online. A Capef encontrou uma forma de prestar contas de seus resultados, sem perder a “proximidade” e a confiança já conquistada junto ao seu público.

O PRESENTE CONSTRÓI O FUTURO

E nesse ambiente de dificuldades e incertezas, a Capef superou as metas atuariais dos dois planos de benefícios que administra. Com isso, foi possível garantir o poder

de compra dos benefícios pagos aos participantes e, bem mais que isso, cumprir por mais um ano a sua missão de longuíssimo prazo, honrar todos os compromissos dos Planos BD e CV I.

Ainda nesse contexto, ampliamos a nossa base de participantes do Plano CV I com 120 novas adesões e obtivemos um número recorde de aportes facultativos (R\$ 2,29 milhões) realizados pelos Participantes do CV I em 2020, desde o lançamento do Plano.

Sabemos que a pandemia fez com que as pessoas se tornassem mais preocupadas quanto ao futuro, talvez sendo esse o grande motivador de tantos terem buscado iniciar/reforçar a sua poupança previdenciária.

Nesse tocante, também acreditamos no importante papel desempenhado pelo nosso Patrocinador, pelos membros dos Conselhos e por nossa equipe, enfim, no sucesso do trabalho coletivo.

Não poderíamos finalizar sem nos solidarizar com todas as famílias que perderam entes queridos nessa pandemia. Nossos mais sinceros sentimentos e anseios por dias melhores.

Por fim, agradecemos a sua confiança e reafirmamos nosso compromisso de buscarmos sempre uma gestão eficiente dos recursos dos Planos Previdenciários e de cuidarmos da sustentabilidade da nossa Entidade.

Boa Leitura!



JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA

Graduado em Ciências Atuariais pela UFC, MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e MBA em Finanças pela UFRJ. Empregado do Banco do Nordeste, onde exerceu os cargos de Superintendente de Controles Internos, Segurança e Risco e Superintendente de Controle Financeiro. Foi membro do Conselho Fiscal, Deliberativo e Diretor de Administração e Investimentos da Capef. Tem certificações pela Anbima e ICSS, habilitação pela PREVIC. Atualmente é Diretor Executivo da UniAbrapp e Diretor-Presidente da Capef.

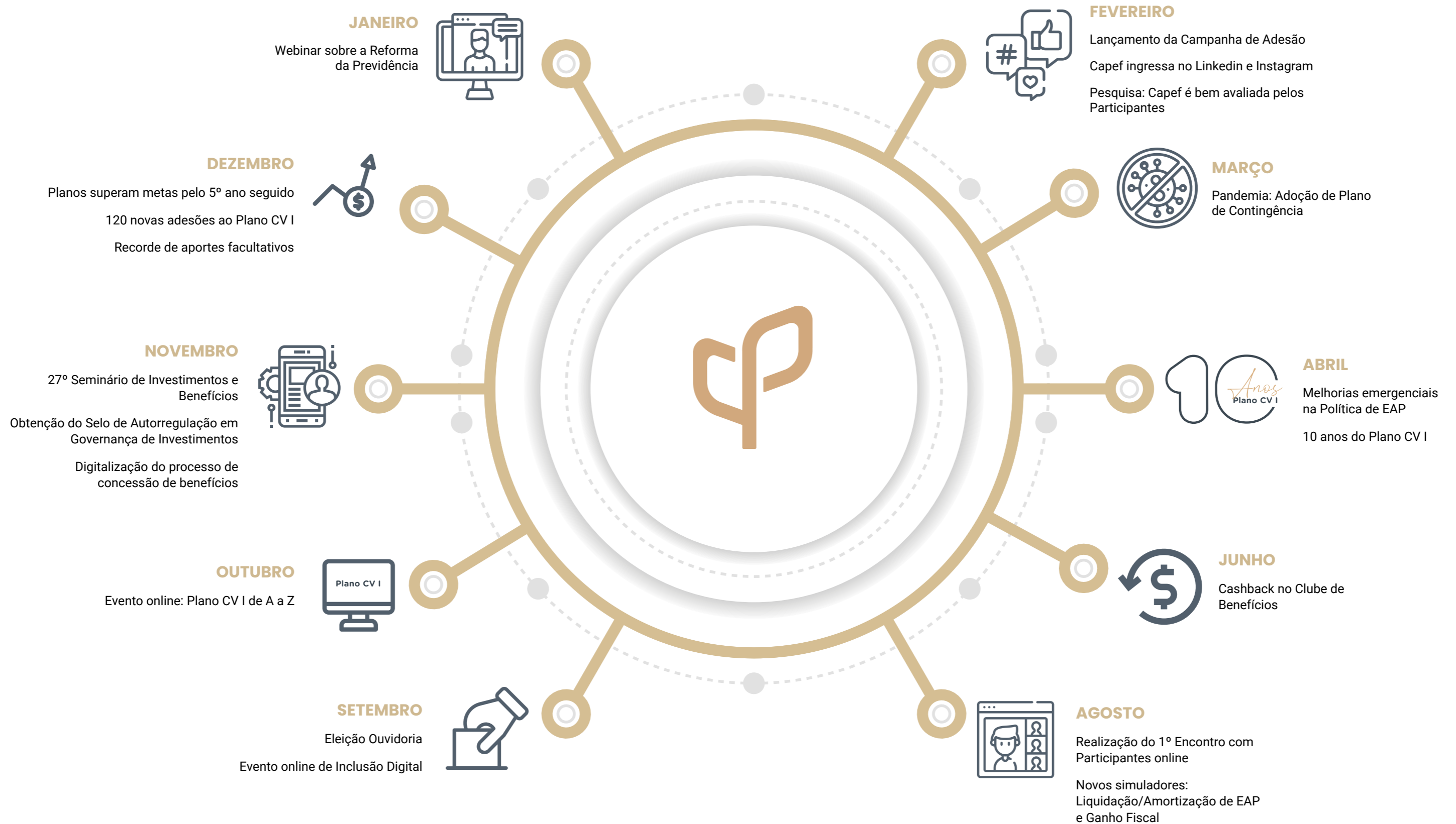
MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (CE); com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral (MG); Especialização em Direito Público pela Faculdade Projeção (DF), Certificação de Gestores ANBIMA-CGA, CPA-20 e Certificação pelo ICSS. É Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil S.A. desde 1979, onde já exerceu as funções de: Auditor Interno, Gerente Executivo e Gerente de Ambiente na Área de Gestão de Ativos de Terceiros. Atualmente é Diretor de Administração e Investimentos da Capef.

FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO BEZERRA

Mestre em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), exerceu a Presidência da Capef no período de 2005 a 2013, foi Chefe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) e Superintendente de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste. Possui certificação do ICSS. Atualmente é Diretor de Previdência da CAPEF.

RETROSPECTIVA 2020



INSTITUCIONAL

Conheça mais sobre a nossa cultura e valores que norteiam a nossa existência.

Quem Somos

Desde 1967, a Capef ajuda pessoas a planejar a aposentadoria e aproveitar a vida agora e no futuro. Com uma gestão transparente, focada em resultados, construímos posição de destaque no segmento de Previdência Complementar, estando entre as 35 maiores Entidades do país e a 2º maior do N/NE.

Nossos Patrocinadores são: o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, na condição de Patrocinador Fundador, a Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB – Camed e a própria Capef.

O Que Fazemos

Atualmente, a Capef administra um Plano do tipo Benefício Definido (BD), que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes e um Plano de Contribuição Variável, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em março de 2010, destinado aos funcionários do BNB e da própria Capef.

Os Planos BD e CV I reúnem um Patrimônio de Investimento superior a R\$ 5 bilhões e totalizam mais de 12.000 Participantes e Beneficiários.



NOSSO PROPÓSITO

Proporcionar uma vida financeira melhor para as pessoas hoje e no futuro.



NOSSA MISSÃO

Proporcionar bem-estar aos participantes e beneficiários, por meio da gestão de planos de Previdência Privada.



NOSSOS VALORES

CONFIANÇA

Inspiramos credibilidade, agindo com prudência, ética e eficiência.

EXCELÊNCIA

Perseguimos a eficiência da operação, combinando colaboração, modernidade tecnológica e melhores práticas de gestão.

SUCESSO DO CLIENTE

Somos comprometidos em superar as expectativas dos nossos participantes.

SUSTENTABILIDADE

Conduzimos nosso negócio baseados na empatia, simplicidade e inovação.

MENTALIDADE DE DONO

Assumimos pessoalmente a responsabilidade pelo sucesso da empresa, entregando nosso melhor diariamente.

SER EXEMPLO

Fazemos o que falamos e somos guiados pela integridade, valorização dos nossos colaboradores, engajamento e responsabilidade.

NOSSOS NÚMEROS

GERAIS



53 ANOS

de experiência



12.479

Participantes e Beneficiários



60

Funcionários (Capecf)



2ª MAIOR

Entidade Fechada de Previdência Complementar do N/NE e 32º maior do Brasil



5 ANOS

consecutivos superando as metas atuariais dos Plano BD e CV I



6.115

Funcionários com Cobertura Previdenciária (BNB)
(91% do total de empregados ativos)

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Em R\$ bilhões



Posição: dez/2020



NOSSOS NÚMEROS

POR PLANO

PLANO BD



6.415

Participantes



**BNB,
Capef
e Camed**

Patrocinadores



R\$ 3,96 Bi

Patrimônio de Investimentos

PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

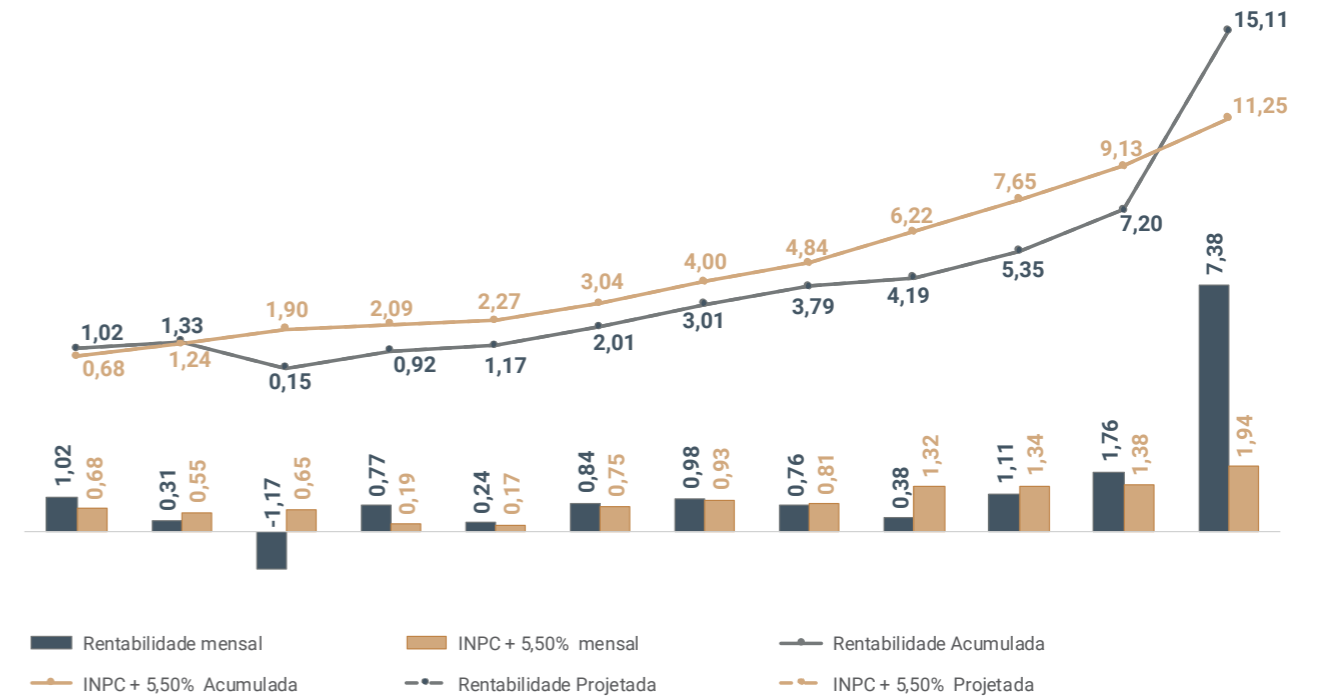
3.859
Participantes Assistidos (Aposentados)



1.174
Ativos

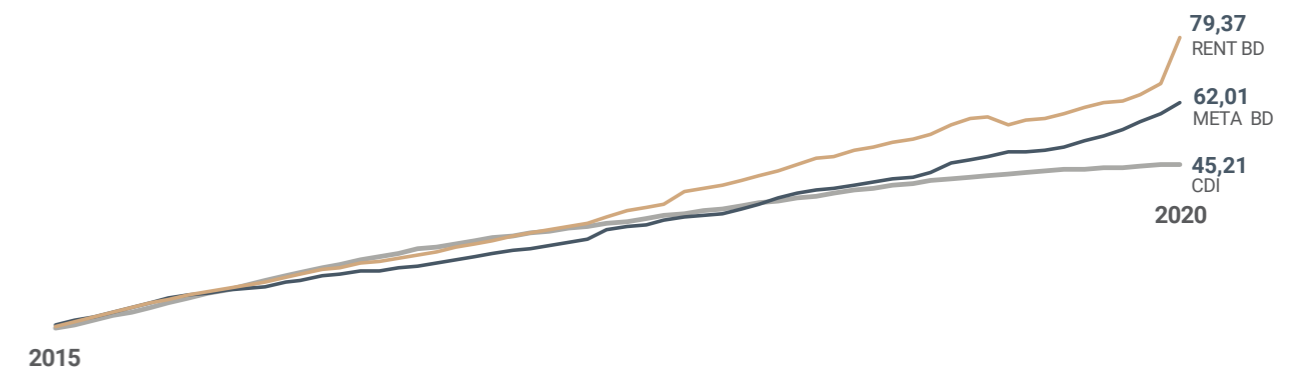
1.382
Benefícios de Pensão

RENTABILIDADE



RENTABILIDADE ACUMULADA BD x META x CDI

Últimos 5 anos: Jan/2016 – Dez/2020



Posição: dez/2020



NOSSOS NÚMEROS

POR PLANO

PLANO CV I



6.064

Participantes



**BNB e
Capef**

Patrocinadores



R\$ 1,45 Bi

Patrimônio de Investimentos

PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

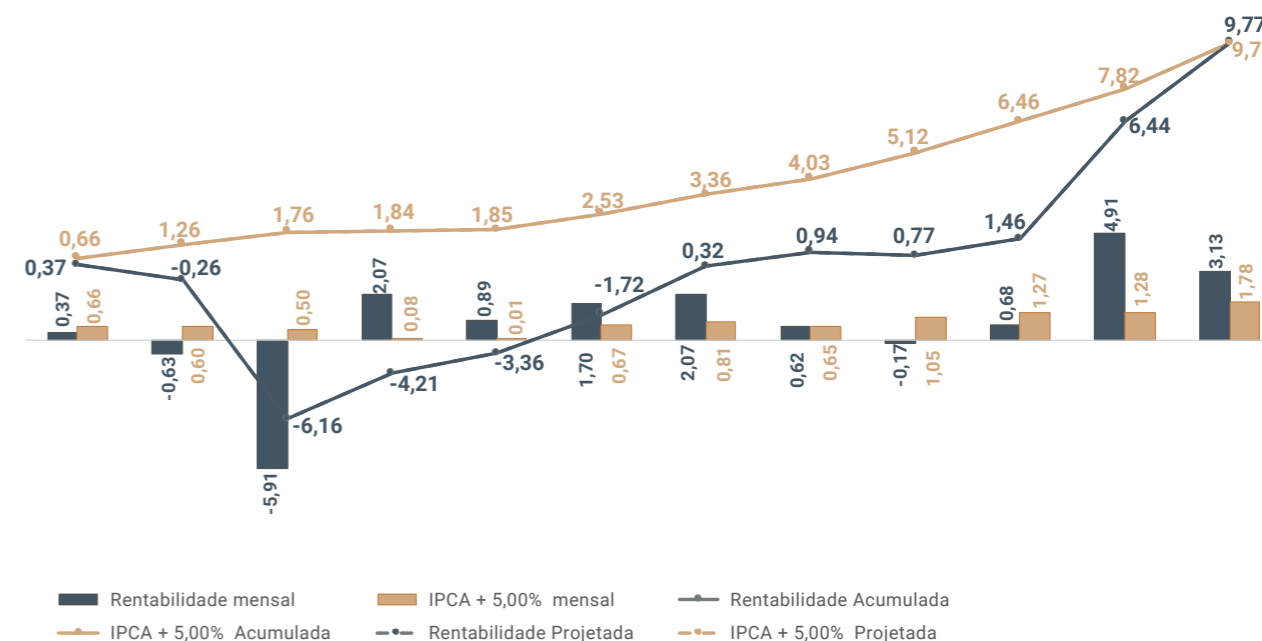
5.689
Ativos



328
Participantes Assistidos (Aposentados)

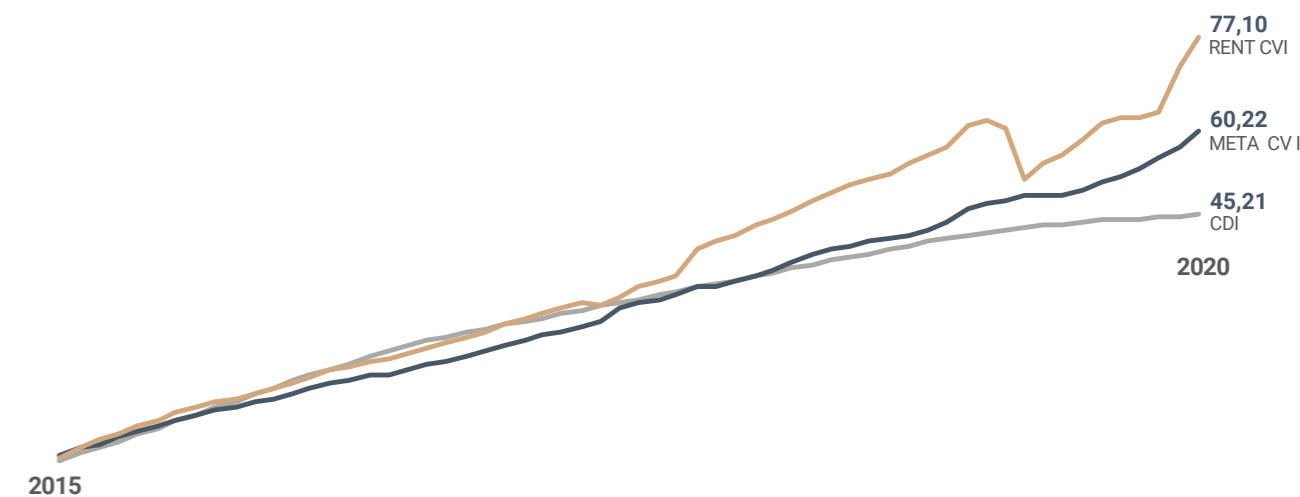
47
Benefícios de Pensão

RENTABILIDADE



RENTABILIDADE ACUMULADA BD x META x CDI

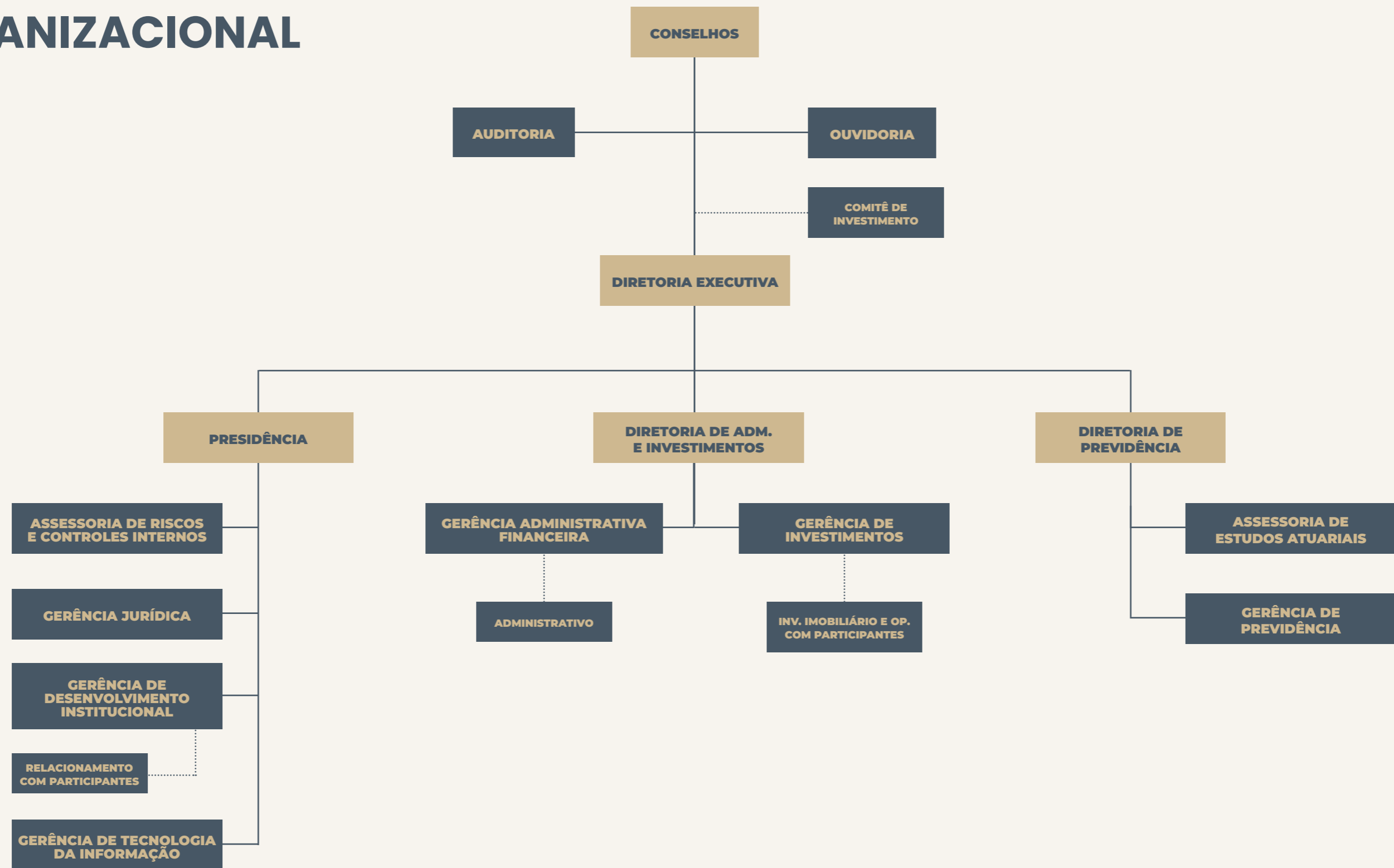
Últimos 5 anos: Jan/2016 – Dez/2020



Posição: dez/2020



NOSSA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



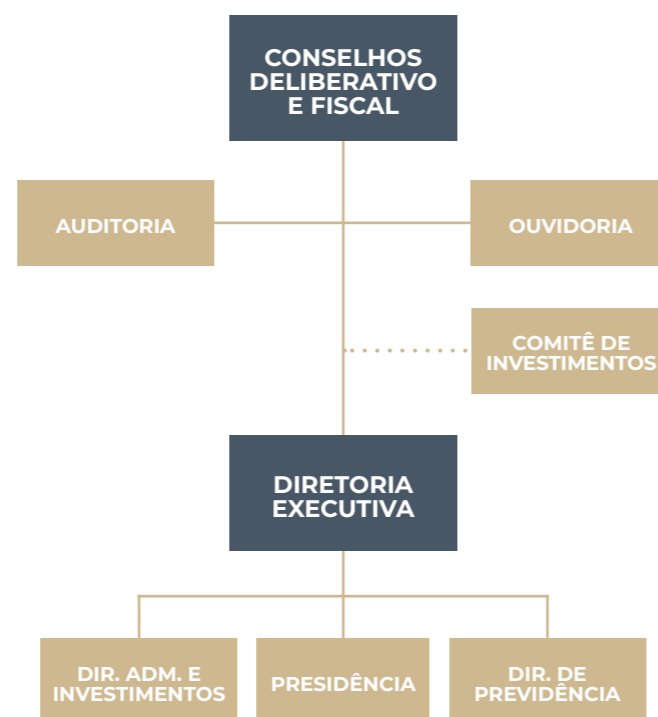
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Confira os detalhes do modelo de governança, a estrutura de decisão e o compromisso com a sustentabilidade do negócio.

A Capef tem investido em uma sólida estrutura de governança, com a finalidade de nortear e regulamentar a sua gestão, bem como garantir que todas as decisões estejam pautadas nos valores adotados e adequadas à legislação vigente.

Órgãos Estatutários

Os Órgãos Estatutários, responsáveis pela administração e fiscalização da Capef, são a Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.



Conselho Deliberativo

É responsável pela definição da Política de Administração da Capef e de seu Plano de Benefícios, sendo composto por seis membros: três indicados pelo patrocinador fundador e três eleitos pelos participantes. Cabe aos membros indicados a escolha, entre si, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo.

Em novembro de 2020, José Andrade Costa assumiu a presidência do Conselho Deliberativo da Capef. Ele, que ocupava o cargo de vice-presidente até então, assumiu a posição após a saída de Henrique Jorge Tinoco de Aguiar. Conheça os atuais membros dos Conselhos:

Membros do Conselho Deliberativo

INDICADOS

TITULARES

José Andrade Costa - Presidente
Sérgio Brito Clark - Vice-Presidente
Gustavo Dórea

SUPLENTES

João Robério Pereira de Messias
Emiliano Estevão
Luiz Eduardo Magalhães de Freitas

ELEITOS

TITULARES

João Francisco Freitas Peixoto
Lourival Nery dos Santos
Gildete Mesquita Ribeiro

SUPLENTES

Miguel Nóbrega Neto
Gabriel Fernando Rocha
André Lima Torres

Conselho Fiscal

Responsável pela fiscalização das atividades da Capef, o Conselho Fiscal é composto por dois membros indicados pelo patrocinador fundador e dois eleitos pelos participantes. Os eleitos escolhem entre si quem ocupará a Presidência e a Vice-Presidência do Colegiado.

Membros do Conselho Fiscal

INDICADOS

TITULARES

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Helton Chagas Mendes

SUPLENTES

Bruno Leonardo Ribeiro Maia
José Valter Bento de Freitas

ELEITOS

TITULARES

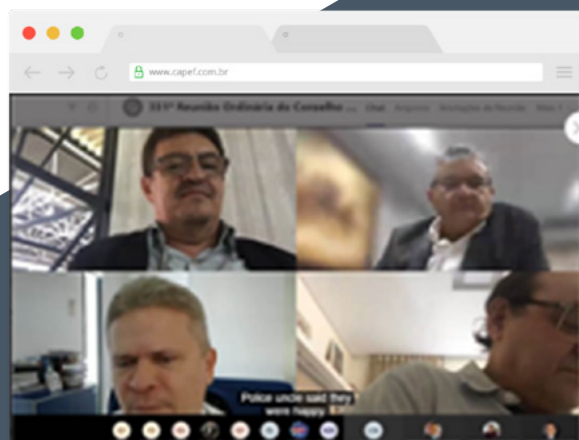
Genival Vila Nova - Presidente
Leonardo da Hora Barreto - Vice-Presidente

SUPLENTES

Luiz Alberto da Silva Júnior
Luiza Maria Gouveia do Rego

Conselhos intensificam acompanhamento durante a Pandemia

Em 2020, além das reuniões programadas na agenda dos Conselhos, foram realizadas várias reuniões extraordinárias com periodicidade quinzenal, no intuito de acompanhar o plano de contingência da Capef e monitorar os riscos dos investimentos, durante todo o período da pandemia.



O Conselho Deliberativo se reuniu

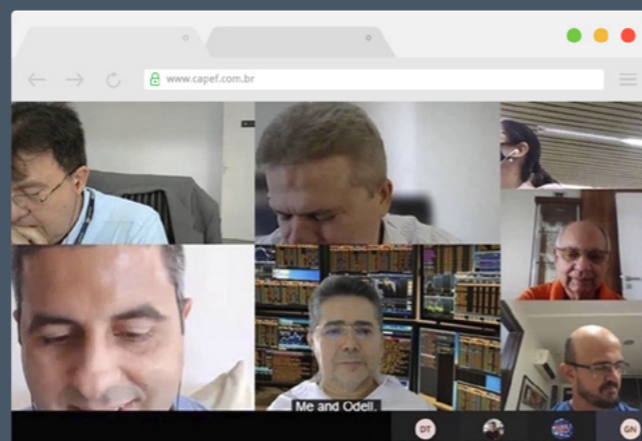
23 vezes em 2020.

Sendo **12** reuniões ordinárias e **11** reuniões extraordinárias.

O Conselho Fiscal se reuniu

18 vezes em 2020.

Sendo **12** reuniões ordinárias e **6** reuniões extraordinárias.



Eleição para novo Ouvidor

Em setembro de 2020, foi realizada a eleição para o cargo de Ouvidor da Capef, que teve como vencedor, o Participante Assistido do Plano BD, José Zelízio.

A eleição atingiu o quórum de 24% dos eleitores aptos a votar, computando, durante o período, um total de 2.753 votos.

A ouvidoria é o canal de interlocução entre a Capef e o seu público-alvo, visando aprimorar o relacionamento entre as partes e apoiar a Entidade no cumprimento da sua missão.



Perfil do novo Ouvidor

José Zelízio é Bacharel em Administração, trabalhou no BNB entre 1968 e 2004, exercendo em agências funções desde Caixa-Executivo a Gerente Geral (em 23 anos) e Auditor na Direção Geral por 13 anos. Concluiu com êxito vários cursos de aperfeiçoamento profissional e de liderança.

MANDATO:
01/11/20 a 31/10/24



Membros da Comissão Eleitoral divulgam resultado da Eleição para Ouvidor da Capef

Agilidade na Gestão dos Riscos da Entidade

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pela Capecf, conforme estabelecida nas Políticas de Investimentos dos Planos BD e CV I. Essa atividade é de responsabilidade da Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, área criada em 2008, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, sendo eles: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional/legal e risco sistêmico.

Uma das métricas utilizadas para acompanhar o risco de mercado, que mede a possibilidade de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico-financeiro do plano, é o Value At Risk – VaR. Esse método de avaliação de risco calcula a máxi-

ma perda de um ativo ou carteira, em condições normais de mercado, em determinado período, utilizando-se de um intervalo de confiança.

Os limites de VaR são estabelecidos anualmente nas Políticas de Investimentos dos planos administrados pela Capecf, e são acompanhados pela ASGER.

Até abril de 2020, o VaR era fornecido pelo Santander Caceis, atual custodiante da Capecf. No entanto, a partir de maio, a Capecf passou a utilizar a plataforma internacional da Bloomberg, uma das mais usadas mundialmente, para cálculo do VaR, visto que apresenta uma metodologia de cálculo mais robusta e mais precisa, além de gerar ganho operacional para a Instituição, permitindo agilidade no fornecimento e acompanhamento dos resultados de risco.

Capecf obtém Selo de Governança em Investimentos

A Capecf obteve o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos no mês de novembro/20. O Selo é uma chancela que reconhece a qualidade nos processos de governança de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), concedido pelo programa de Autorregulação da Abrapp, Sindapp e ICSS.

“Uma certificação como essa é fundamental para as EFPC que querem melhorar sua governança e seus processos de gestão de investimentos”, ressalta o Diretor Presidente da Capecf, Jurandir Mesquita.

“Por ser fruto de uma avaliação externa, empreendida por um Conselho de Autorregulação composto por entidades idôneas e independentes, reconhecidas em suas áreas de atuação, proporciona um destaque e diferenciação à Capecf ao passar a fazer parte deste grupo de entidades que já obtiveram este reconhecimento”, complementa.

Segundo Jurandir, aos olhos dos participantes, patrocinadores e Conselhos, o Selo de Autorregulação fortalece o conceito que a Capecf já possuía em relação à credibilidade, confiança, transparência, comunicação, atestando

sua capacidade de atender às expectativas e interesses desses stakeholders em conformidade com a legislação e normas aplicáveis à gestão dos investimentos. “Considerando que a Capecf está se preparando para lançar o seu Plano Família, é um ganho representativo de reputação que fortalecerá a abordagem junto ao público alvo, nossos futuros participantes”, explica.

Governança em investimentos – O Selo reconhece as melhores práticas na governança de investimentos, de forma a consolidar ações voltadas para geração de segurança, transparência, economicidade e racionalidade na execução dos procedimentos das EFPC, em especial aquelas vinculadas aos processos de investimentos, envolvendo desde o momento da análise do cenário macroeconômico até o registro dos ativos.

Processo de obtenção do Selo – Tanto a Diretoria quanto os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Capecf se mostraram amplamente favoráveis, desde o momento da adesão/candidatura ao Selo. “Não poderia ser diferente, uma vez que todos os membros eleitos e indicados são egressos do nosso patrocinador fundador, o Banco do Nordeste, que possui várias certificações concedidas pela Anbima, por exemplo, que de certa forma têm similaridade quanto ao significado. Então, a atuação dos colegiados foi fundamental durante todo o processo, dando apoio irrestrito e colocando-se à disposição, inclusive em atender com celeridade aos quesitos formulados aos membros desses órgãos estatutários, bem como quanto à implementação das recomendações de melhoria apresentadas pela banca avaliadora, quando a alçada era de sua governança”, finaliza Jurandir Mesquita.



“
Uma
certificação
como essa é
fundamental
para as EFPC
que querem
melhorar sua
governança
e seus processos
de gestão de
investimentos”



Jurandir Mesquita
Presidente

Capecf se antecipa nas etapas de adequação à LGPD

Com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei Nº 13.709/18), as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) começaram a se preparar para adequação à nova legislação. O primeiro passo foi identificar os gaps que a Entidade teria em seus processos internos em relação ao que é exigido pela Lei. A Capecf foi uma das fundações que, antecipadamente, iniciou essa análise e concluiu o diagnóstico com auxílio de uma consultoria especializada.

Todas as áreas da Capecf foram entrevistadas com o objetivo de identificar o fluxo de tratamento e armazenamento das informações dos participantes, o trâmite desses dados, bem

como suas fragilidades e os pontos de mitigação dos riscos envolvidos. A partir dessa identificação, foi desenvolvido um plano de ação para adequação de todos esses processos.

A Capecf, também contando com apoio de consultoria especializada, encontra-se na fase de implementação do plano de ação contemplando a adequação à Lei e a implantação da Governança de Proteção de Dados Pessoais, com elaboração de normas, políticas de segurança da informação e a revisão dos contratos com os fornecedores.



Saiba Mais!

No menu “A Capecf – Governança” do site, a Entidade disponibilizou a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, que orienta a Entidade no tratamento dos dados dos usuários nos seus diversos canais de comunicação.

Compromisso com a Sustentabilidade do Negócio

As empresas que não mudam tendem ao fracasso. O cenário globalizado do mercado atual, tem exigido que a gestão seja modificada. Com o avanço das informações instantâneas e a necessidade de soluções rápidas, as mudanças organizacionais forçam a empresa a mudar sua forma de atuar e de gerar mais resultados.

Com as Entidades Fechadas de Previdência não é diferente. Por esse motivo, estamos sempre atentos a novas formas de captar participantes, oferecer novos produtos e aperfeiçoar os nossos serviços.

Os desafios e ações que estão em pauta constante na gestão da Entidade são apresentados a seguir.

PLANO BD

Redução da taxa de contribuição extraordinária dos assistidos, com a manutenção do equilíbrio atuarial do Plano.

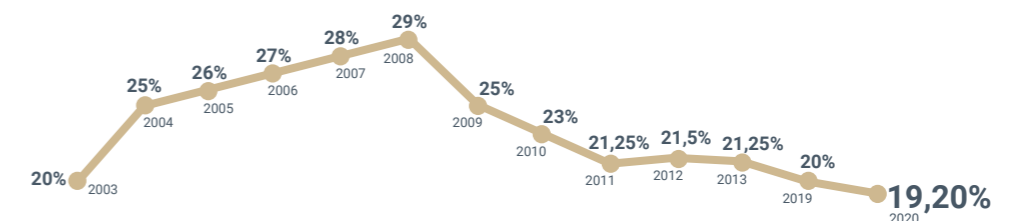
Aqueles que acompanham de perto a gestão da Entidade sabem que a redução da contribuição dos Assistidos e a consequente manutenção do equilíbrio atuarial do Plano BD é um objetivo permanente da Capecf.

Inclusive, em reunião extraordinária realizada no dia 10/01/2020, o Conselho Deliberativo aprovou mais uma

redução nessa taxa, passando de 20% para 19,20%.

Com essa medida, a taxa extraordinária chega ao seu menor nível desde 1986, o que representa mais uma conquista histórica para os associados, que veem o Plano BD fortalecido, proporcionando melhorias ano a ano, de forma equilibrada.

HISTÓRICO DE REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLANO BD



Estratégia de Renda Fixa dos últimos 15 anos

Como a estratégia de Renda Fixa vem beneficiando os Participantes e mantendo o equilíbrio atuarial do Plano BD

No início dos anos 2000, a gestão da dívida do Governo Federal, até então concentrada em papéis de curtíssimo prazo, as denominadas LFTs, passou a emitir títulos com vencimentos mais longos, as Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

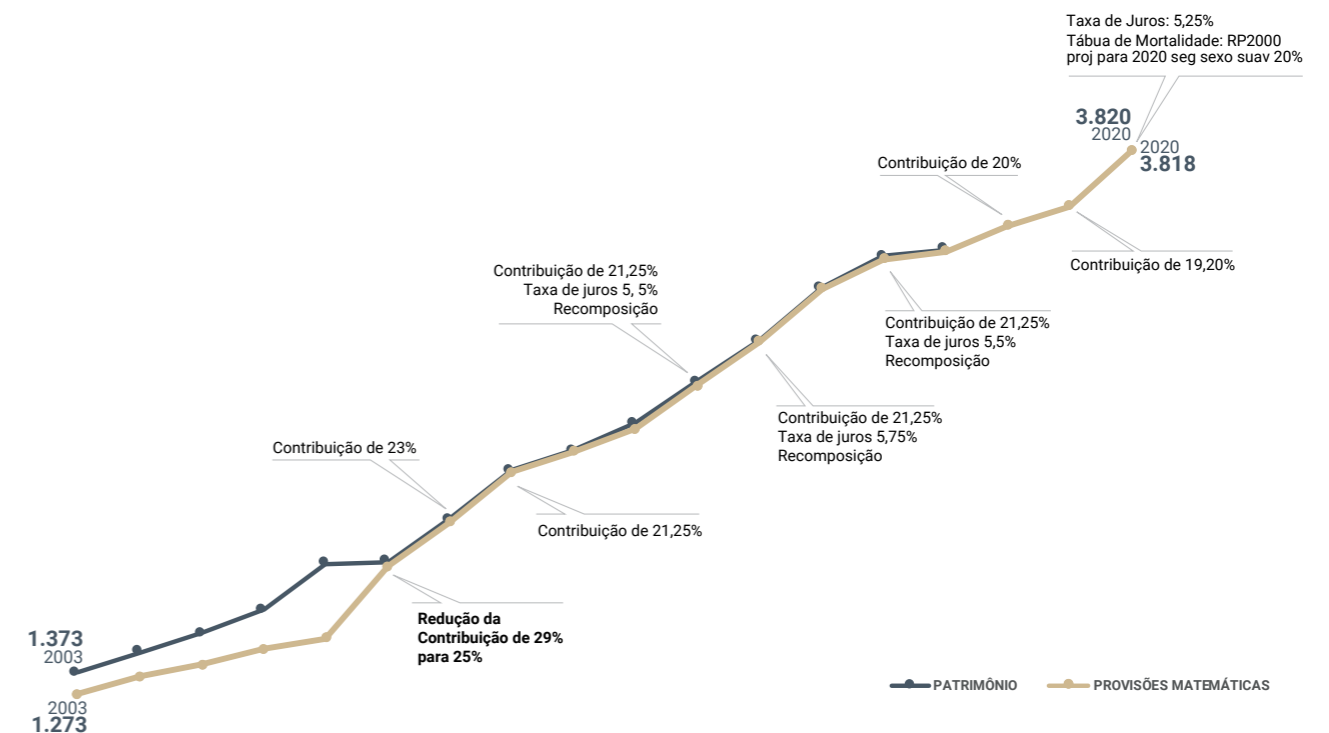
Essa nova classe de títulos, indexadas à inflação, com pagamentos dos chamados “cupons” semestrais, proporcionando liquidez periódica, revelou-se uma ótima oportunidade de investimento para os planos de previdência, pois agregam diversas características que atendem aos objetivos de longo prazo de pagamento de benefícios previdenciários. Além disso, apresentam baixo risco, tendo em vista o emissor ser o governo federal e apresentavam rentabilidades que variavam de 9 a 12% em termos reais, bem superiores à meta atuarial que era de 6%.

No ano de 2004, a Capef, então, realiza pela primeira vez um estudo de ALM (Asset Liability Management), ou estudo de casamento de ativos e passivos. E como era de se esperar, o resultado indicava uma majoritária alocação nestas NTNs. O Estudo foi submetido ao Conselho Deliberativo e com apoio também do Conse-

lho Fiscal, a Capef passou a trocar os títulos de curtíssimo prazo pelos títulos de longo prazo. Importante destacar que estes títulos foram todos contabilizados como “Na Curva”, ou seja sem sofrer as variações das negociações diárias de mercado, quando o ativo é contabilizado “A mercado”.

Esta estratégia de Renda Fixa de alocação nas NTNs, aliada com a excelente performance do mercado de renda variável e a valorização da carteira de imóveis nos anos 2000, passou a proporcionar excelentes resultados ao plano BD, que foram integralmente repassados, na forma de redução da contribuição extraordinária de assistidos, do Plano BD, a partir de 2008, conforme pode ser evidenciado no gráfico ao lado.

Aqui merece um esclarecimento adicional, na medida em que ocorre a redução da contribuição do assistido, com a paritária redução da contribuição do patrocinador BNB, naturalmente as obrigações do plano, pagas pela Capef, aumentam. Por isso que a evolução do patrimônio segue sempre muito próxima às obrigações do plano, dado que foi adotada uma estratégia de repassar toda essa riqueza adicional para o participante reduzindo sua contribuição e aumentando, por outro lado, as obrigações, mas mantendo o equilíbrio atuarial do plano.



Passados os anos 2000, no período de 2010 a 2020, já com esta carteira montada, a Capef passou a adotar uma estratégia adicional, realizando alongamentos dos títulos existentes, por novos títulos emitidos posteriormente, com incorporação de resultados adicionais ao superávit do plano e trazendo mais benefícios aos participantes na forma de redução de contribuição.

Mais recentemente, em 2020, foi editada uma norma permitindo aos planos de previdência reclassificar seus Títulos Públicos que se encontravam “Na Curva” para “A Mercado”, desde que o resultado proporcionado por esta mudança fosse exclusivamente

para atender acréscimos de obrigações decorrentes de mudanças de premissas atuariais.

Pois bem. Exatamente no ano de 2020, o plano BD passou por duas importantes mudanças de premissas: redução de sua taxa de juros atuarial de 5,5% para 5,25% e substituição de sua tábua de mortalidade, dado que os participantes estão vivendo cada vez mais. Importante destacar que essas duas mudanças implicaram em acréscimo de obrigações do plano em R\$ 196,4 milhões, que foram integralmente suportadas por essa reclassificação contábil dos referidos títulos.

Até o mês de novembro de 2020 a rentabilidade do Plano BD tinha sido de 7,20% vis-à-vis uma meta atuarial de 9,14% e um resultado atuarial de R\$ 20,05 milhões. No mês de dezembro, após a reclassificação dos títulos, o acréscimo nas provisões matemáticas decorrentes das alterações de premissas e as variações apresentadas nas demais carteiras, a rentabilidade passou a ser de 15,11% para uma meta atuarial de 11,25% e o resultado atuarial acumulado encerrou o ano de 2020 em R\$ 2,02 milhões.

Desta forma, fica explicado o porquê de no ano de 2020, a despeito da rentabilidade do plano BD ter sido bem superior à sua meta atuarial, não ter havido o repasse para a redução das contribuições extraordinárias dos assistidos. Ou seja, essa rentabilidade, nessa magnitude, ocorreu somente por conta da reclassificação dos títulos e porque esse resultado adicional foi repassado integralmente, conforme a limitação normativa, para atendimento do acréscimo de obrigações

do plano decorrente de mudanças de premissas.

Esclarecemos também que a marcação “a mercado” de parte da carteira de títulos públicos não altera o fluxo da riqueza gerada ao Plano no horizonte até o vencimento destes ativos. Ou seja, “marcados a mercado” ou “marcados na curva”, quando trazemos a valor presente ambos os fluxos, o valor é exatamente igual.

Por fim, ressaltamos que tendo em vista a reclassificação de parte dos títulos da carteira de renda fixa, classificados de “marcados na curva” para “marcados a mercado”, os ativos que se encontram nesta situação passarão a sofrer as flutuações diárias de negociações de mercado. Qual o reflexo disso nos investimentos do Plano BD? Bom, em momentos de volatilidade, como tem acontecido ultimamente de forma mais intensa, a parcela da carteira de renda fixa poderá apresentar rentabilidades negativas, como já estamos presenciando no mês de fevereiro, reduzindo a rentabilidade do plano no curto prazo.

PLANO CV I

Implantação de melhorias regulamentares no Plano CV I

A proposta de alteração do Regulamento do Plano CV I visa não somente permitir maior captação de novas adesões e o incremento da renda previ-

dencial complementar, como também proporcionar melhores condições aos Participantes do Plano, tornando seu Regulamento mais flexível.

INVESTIMENTOS

Superação das metas atuariais dos Planos

Diante do cenário de juros baixos, crise sanitária ocasionada pelo Covid-19 e volatilidade do mercado financeiro, o atingimento das metas atuariais é um desafio que a Capef trabalha constantemente para superar, e nos últimos cinco anos tem conseguido alcançar com sucesso esse objetivo. Com o propósito de manter esse desempenho, o Comitê de Investimento da Entidade se reúne periodicamente para analisar os resultados e traçar estratégias de acordo com as mudanças de cenários, e a Gerência de Investimentos acompanha continuamente

o desempenho dos investimentos e as novas oportunidades de alocação para os recursos.

Algumas das estratégias a serem mantidas em 2021 será a realização de avaliações de alocação em fundos sob a gestão de terceiros, com novas alocações em fundos de investimentos no exterior, fundos em participações, crédito privado, realocação de recursos dos fundos de renda variável, além de alocações táticas em ações nas carteiras próprias.

INSTITUCIONAL

Aprovação do Estatuto da Entidade para permitir a administração do Plano Família

Logo que ocorrer a aprovação do Estatuto e, conseqüentemente, o lançamento do Plano Família, a Capef terá ganho de escala com o ingresso de novos participantes; terá a possibilidade de redução no longo prazo das

taxas de administração, cobradas aos atuais patrocinadores e participantes; além de ampliar a sua economicidade, muito necessária para sua sustentabilidade, em atendimento à Resolução CGPAR N° 25/2018*.

*** A Resolução CGPAR N°25/2018 determina que as estatais federais patrocinadoras de EFPCs realizem uma avaliação bianual quanto à economicidade de manutenção do patrocínio dos planos de benefícios nas entidades que administram.**

GESTÃO ESTRATÉGICA

Saiba mais sobre a estratégia da gestão e principais projetos desenvolvidos em 2020

Mapa Estratégico

Atenta às mudanças do mercado ocasionadas pela pandemia mundial, a intensificação das transformações digitais e a busca, pelas empresas, por modelos de negócios mais ágeis que propiciem o alcance e manutenção de vantagens competitivas nesse novo cenário, a Capef implementou a revisão de seu planejamento estratégico para o ano de 2021.

Diferente dos anos anteriores, referida revisão contou com uma etapa adicional de avaliação da jornada do cliente, como forma de analisar os desafios da Entidade considerando as necessidades e expectativas do seu público-alvo. Dentre os resultados desse trabalho, encontra-se o Mapa Estratégico atualizado, conforme apresentado a seguir.

Adoção de Ações Estratégicas durante a Pandemia

Imediatamente após a notícia da chegada da COVID-19 no Brasil, a Diretoria, juntamente com os Gestores e Conselhos da Capef, já se reuniam para definir as estratégias de enfrentamento da Pandemia.

Em março de 2020, a Capef adotou um Plano de Contingência visando mitigar os riscos de propagação do vírus e preservar a integridade dos colaboradores e participantes.



MAPA ESTRATÉGICO 2021





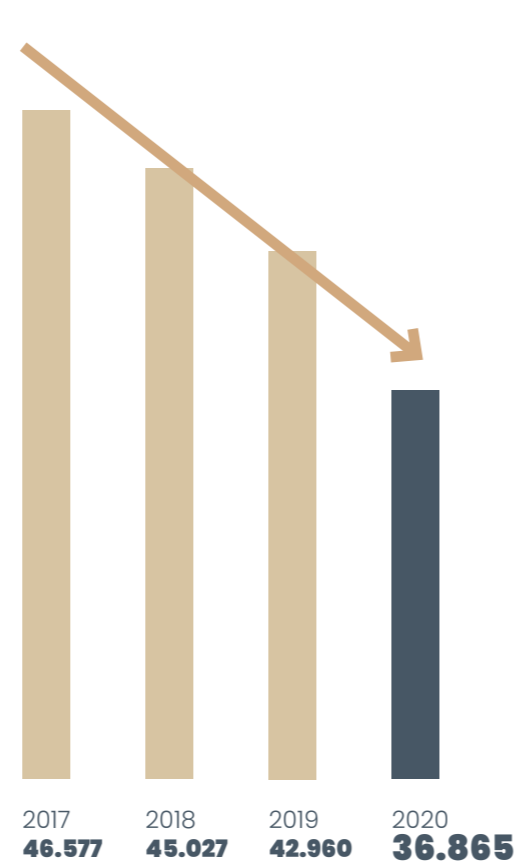
Plano de Contingência

- Adoção de procedimentos para os grupos de riscos e demais colaboradores;
- Suspensão de viagens a serviço, eventos e treinamentos presenciais;
- Reuniões de equipes e dos Conselhos passaram ser realizadas de modo online;
- Adoção de trabalho na modalidade home office, com definição de planos de entrega e reuniões periódicas;
- Redução do horário de atendimento e ampliação da divulgação de utilização dos canais de autoatendimento, como: simuladores, formulários eletrônicos, e-mail e aplicativo.

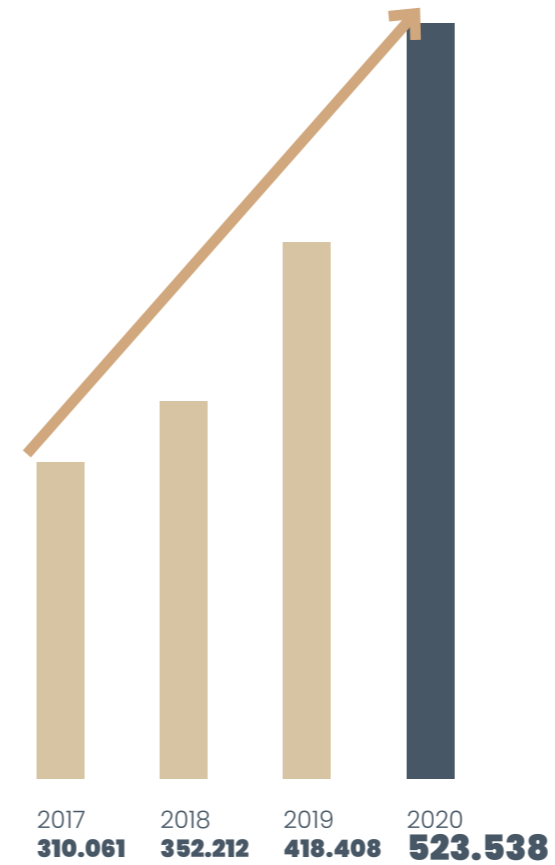
Antes da Pandemia, a utilização dos canais de autoatendimento, que já vinha ganhando força entre o público, cresceu ainda mais. Em contrapartida, os atendimentos realizados pela área de relacionamento, seguem em queda, conforme apresentado nos gráficos a seguir.



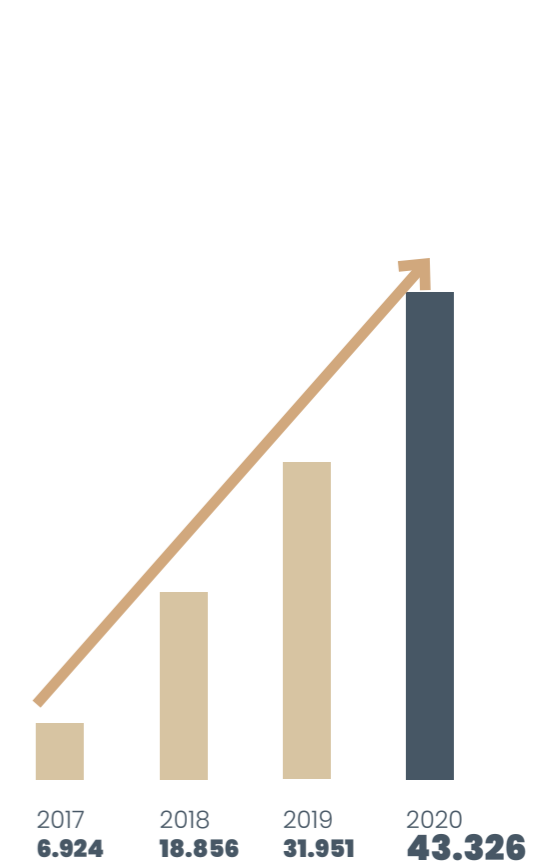
TOTAL DE ATENDIMENTOS PELA ÁREA DE RELACIONAMENTO



TOTAL DE ACESSOS AO SITE



TOTAL DE ACESSOS AO APLICATIVO



Melhorias Emergenciais na Política de Empréstimos

Sensível aos efeitos provocados pela pandemia, o Conselho Deliberativo também aprovou algumas medidas na Política de Empréstimos que visaram beneficiar os Participantes da Entidade.

As mudanças contemplaram a atualização pela inflação dos valores máximos por faixa etária, a ampliação dos prazos máximos de contratação de empréstimos em 12 meses (válido apenas para 2020, inclusive repactuação), bem como um mês adicional de suspensão do pagamento da prestação do empréstimo para os contratos com "Suspensão Programada".

NOVA TABELA DE VALORES E PRAZOS PLANOS BD E CV I

FAIXA	IDADE	VALOR MÁXIMO	PRAZO MÁXIMO (MESES)
I	Até 65 anos	R\$ 107.000,00	96
II	De 66 a 75 anos	R\$ 80.000,00	96
III	De 76 a 79 anos	R\$ 46.000,00	72
IV	De 80 a 90 anos	R\$ 31.000,00	48

Destaca-se que os novos valores irão vigorar em definitivo, enquanto a ampliação nos prazos foi válida apenas em 2020, retornando à tabela anterior em 2021.

Procedimento alternativo permite assinatura eletrônica do CAC

Em virtude do isolamento social ocasionado pela pandemia, a Capef também decidiu implementar um procedimento alternativo para a autorização do Contrato de Abertura de Crédito (CAC), por meio de uma plataforma de assinatura eletrônica.

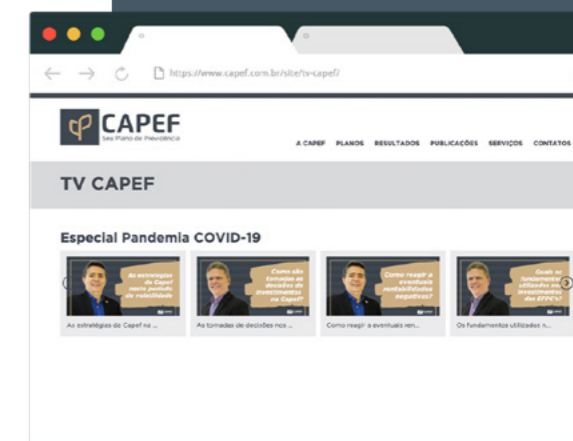
O CAC é o documento onde são estabelecidas as condições gerais da Política de Empréstimos a Participantes (EAP) da Capef, que precisa ser assinado por quem solicita a contratação de EAP pela primeira vez.

O novo procedimento confere mais agilidade ao usuário e não exige a etapa de impressão do documento e reconhecimento de firma em cartório.

Diretoria grava série de vídeos durante a Pandemia

Em tempos de extrema volatilidade do mercado financeiro, a Capef pensou em uma alternativa para tranquilizar os seus Participantes em relação aos investimentos: ampliar o conhecimento, por meio de uma série de vídeos explicativos sobre o tema.

Primando sempre pela transparência da gestão dos recursos e também atendendo aos questionamentos de muitos participantes, que ficaram preocupados com a rentabilidade dos Planos no início da pandemia, o Diretor Presidente, Jurandir Mesquita, juntamente com o Diretor de Administração e Investimentos, Marcos Miranda, fizeram uma série de vídeos sobre os efeitos da Pandemia no mercado financeiro e nos Planos Previdenciários da Entidade, liquidez dos Planos, bem como as estratégias adotadas pela Capef durante o período de volatilidade.



Saiba Mais!

A série de vídeos permanece disponível na TV Capef.

Ações de Fomento à Adesão

O ano de 2020 foi marcado por incertezas e tragédias trazidas pela Covid-19, como: perdas de vida, sofrimento, crise econômica, agravamento do quadro social, ansiedade, sentimento de fragilidade. Mas, diante de tudo isso, os participantes dos Planos perceberam com maior clareza a importância de contar com um plano de previdência hoje e no futuro.

Vários estudos estão indicando que os efeitos da pandemia, ao invés de provocarem a substituição da “preocupação com o futuro” pela “angústia do presente” lograram mostrar a muitas pessoas o quanto é frágil a nossa realidade, reforçando a necessidade de garantir alguma estabilidade para o futuro, talvez sendo esse o grande motivador de tantos terem buscado iniciar/reforçar a sua poupança previdenciária.

Aliada ao cenário propício à formação de poupança, a Capef iniciou o ano com o lançamento da campanha “Juntos por um Futuro Melhor”, cujo objetivo foi realizar uma série de ações para fomentar as adesões ao

Plano CV I, como promoções, eventos de educação financeira, matérias, dentre outras. Uma dessas ações eram as viagens a todos os Estados de atuação do Banco para conversar com os funcionários não aderentes. Porém, por conta das restrições causadas pela pandemia, as viagens não puderam ser realizadas e o foco da campanha foi direcionado para as outras ações, dentre elas a “Indicação Premiada”.

A Promoção Indicação Premiada consistia em estimular os atuais participantes a indicar colegas que ainda não haviam aderido ao Plano CV I, para conhecer melhor as vantagens e, conseqüentemente, aderir também. Aqueles que indicaram a adesão aos colegas e que aderiram concorreram a prêmios (caixas de som bluetooth) e ao sorteio de R\$ 1.000 reais em vale-compras.

Dentro desse contexto, a Capef obteve, ao longo de 2020, 120 novas adesões ao Plano CV I, resultado que demonstra uma preocupação e desejo dos funcionários em assegurar um futuro mais tranquilo para a família.

Capef é selecionada para 1º hub de inovação

A Capef foi uma das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) selecionada para participar do ‘Hupp’, primeiro hub de inovação e tecnologia totalmente voltado ao setor de previdência complementar.

Promovida pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e pela Conecta Soluções Associativas (empresa do grupo), a iniciativa uniu Entidades e startups, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de soluções para o segmento previdenciário.

Além de uma oportunidade incrível de networking, o ‘Hupp’ trouxe discussões e possibilidades para resolução das dores na atuação das entidades de previdência complementar, analisando as tendências e buscando inovação e aperfeiçoamento.

As entidades parceiras tiveram relação direta com as startups, acesso a projetos e novas tecnologias, desenvolvimento de mentorias e muito mais, em um ambiente de conexão, possibilitando a troca de experiências e vivência.

Hupp contribuirá para acelerar a transformação digital na Capef

Segundo a gerente de Desenvolvimento Institucional da Capef, Raquel Ribeiro, para a Entidade enfrentar os desafios que terá pela frente será imprescindível acelerar a sua transformação digital. E a participação na iniciativa da Abrapp e Conecta contribuirá para isso.

– O ‘Hupp’ facilitará esse processo na medida em que promoverá a conexão entre as Startups e as Entidades parceiras, visando o desenvolvimento de soluções sob uma mentoria especializada. Além da economia no desenvolvimento e aquisição dessas novas soluções, vivenciar esse ecossistema nos trará aprendizados e experiências capazes de mudar a mentalidade das pessoas e a cultura da Capef – ressaltou a gestora.



Vivenciar esse ecossistema nos trará aprendizados e experiências capazes de mudar a cultura da Capef”

Raquel Ribeiro
gerente de Des. Institucional



Aceleração da transformação digital na Capef

A transformação digital vem acontecendo na Capef desde 2019, quando foi criado o “Time de Inovação”, para capacitar e desenvolver essa cultura “de pensar fora da caixa” entre os funcionários, fortalecida posteriormente pelo “HUPP”. O desafio agora é fazer com que essa mentalidade esteja nas mentes e nos corações de toda a Entidade.

A Capef está engajada no objetivo de criar soluções ágeis e mais cômodas para o participante, por meio de inovações tecnológicas.

No ano passado, a Capef digitalizou o processo de cadastramento e, em 2020, foi a vez do processo de concessão do benefício, desde a fase inicial de solicitação, até o deferimento do pedido.

Ao chegar o momento de requerer o benefício de aposentadoria, pensão ou pecúlio pelos Planos BD e CV I,

não será mais necessário o envio de documentos físicos para a Capef.

Esse novo modelo de concessão digital apresenta uma série de vantagens, como:

- Mais praticidade e agilidade no fluxo entre solicitação e concessão;
- Redução de custos com impressão e maior sustentabilidade ambiental;
- Processo com sistemas integrados com o site e aplicativo, possibilitando envio de comunicados automáticos sobre o andamento do processo para os participantes;
- Igualdade no atendimento dos participantes de todas as regiões do país;
- Menos riscos para a saúde, por poder fazer todo o processo de casa.

Novos simuladores são disponibilizados no site/aplicativo

Visando estimular cada vez mais o autoatendimento, a Capef investe no desenvolvimento de novos simuladores que facilitam o dia a dia dos participantes.

Em 2020, foram disponibilizados dois novos simuladores no site e no aplicativo. O simulador de liquidação/amortização de empréstimos, disponível para os Planos BD e CV I e o de maximização do ganho fiscal, exclusivo para participantes do Plano CV I.

Com os novos recursos, o Participante consegue liquidar e amortizar empréstimos sem demandar a área de atendimento e planejar aportes facultativos para obter o máximo de ganho fiscal com o seu plano de previdência.

Desenvolvimento do novo Aplicativo

Ao longo do ano de 2020, a Capef também trabalhou no projeto de reformulação do aplicativo, lançado no início de 2021. O aplicativo conta com novo design, novos menus de serviços e mais segurança, com acesso por biometria.



COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

Saiba como cuidamos dos nossos participantes e o que fazemos para fortalecer o nosso relacionamento.

Conhecendo o Público e suas Preferências

A comunicação da Capef com seus diversos públicos vai muito além de prestar contas da rentabilidade dos Planos e de atender às demandas dos Participantes. Entender como o nosso público pensa e se comporta, a fim de desenvolvermos ações mais direcionadas e ofertamos melhores produtos e serviços, tem sido a base inicial para o desenvolvimento das estratégias de comunicação e relacionamento.

Além de compreender melhor o comportamento e as preferências dos nossos públicos, por meio de pesquisas e análises, também estamos atentos às tendências e aos avanços tecnológicos. Desta forma, buscamos aprimorar, continuamente, nossos canais de comunicação, ampliar o alcance de nossas publicações e transmitir, de maneira transparente e objetiva, as informações adequadas a cada um desses perfis.



Pesquisa de Comportamento

Em 2020, a Capef aplicou pesquisa de comportamento para entender melhor as preferências, hábitos e costumes dos participantes e funcionários de seus patrocinadores sem cobertura previdenciária, com intuito de tornar nossas comunicações mais assertivas.

Nessa pesquisa obtivemos 2.451 respostas, que nos auxiliaram a identificar as redes sociais mais utilizadas, horários de abertura dos e-mails, frequência

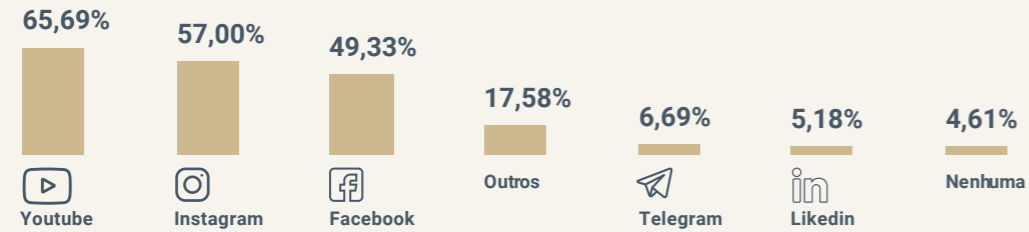
de acesso aos canais da Entidade, itens que eles consideram mais importantes em um plano previdenciário, itens que poderiam melhorar a sua experiência conosco, produtos ou serviços previdenciários que desejariam que a Capef ofertasse, dentre outros.

Referidos resultados certamente auxiliarão as nossas estratégias de comunicação no planejamento do ano posterior.

Confira alguns resultados da Pesquisa de Comportamento



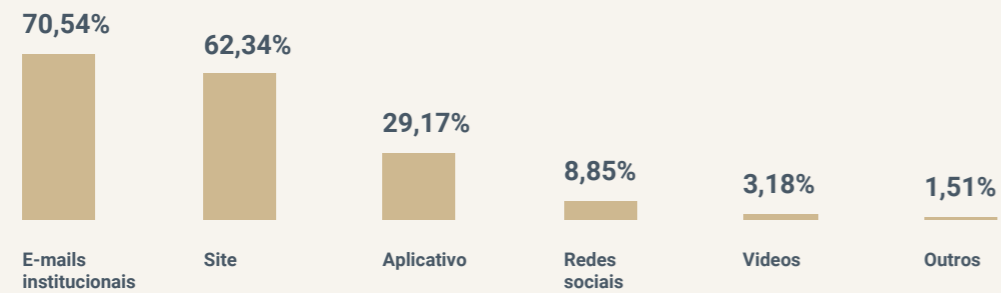
REDES SOCIAIS MAIS ACESSADAS



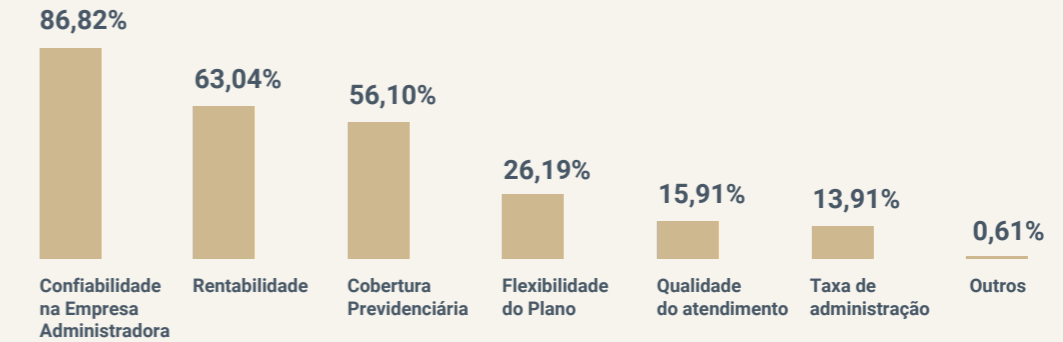
HORÁRIO DE ACESSO AOS E-MAILS



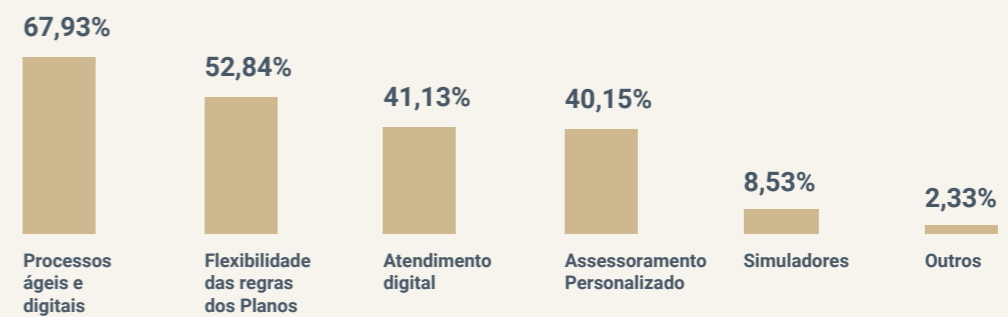
CANAIS DA CAPEF MAIS UTILIZADOS



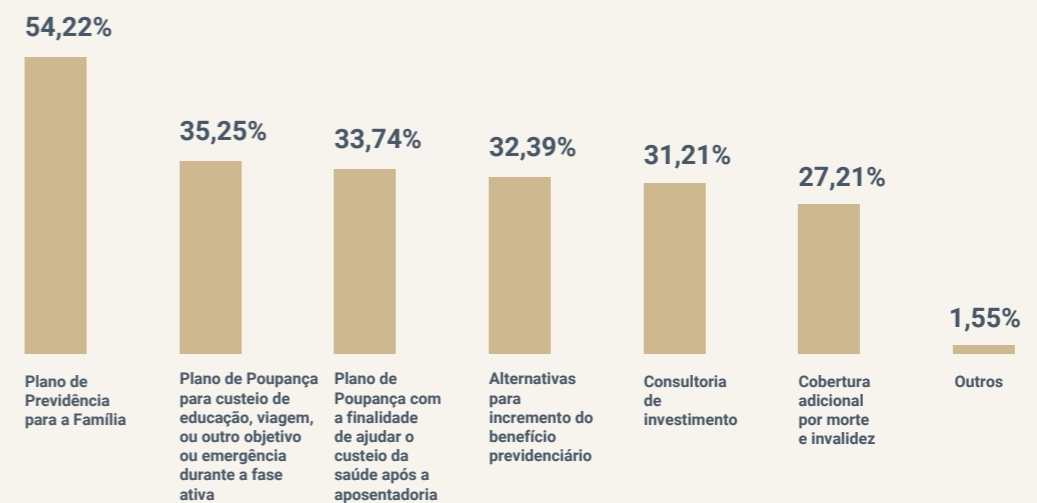
ITENS QUE CONSIDERAM MAIS IMPORTANTES NOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS



ITENS QUE PODERIAM MELHORAR A EXPERIÊNCIA DELES COM A CAPEF



PRODUTOS/SERVIÇOS QUE GOSTARIAM QUE A CAPEF OFERTASSE



Pesquisa NPS

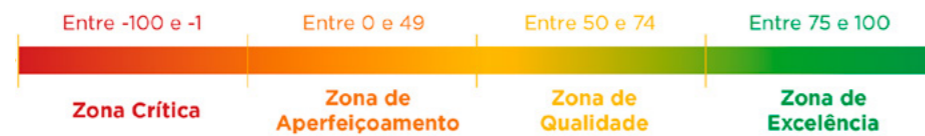
Outra pesquisa também aplicada em 2020 foi a de NPS (do inglês, Net Promoter Score), que obteve 3.700 respostas.

A metodologia norte-americana de Pesquisa NPS busca mensurar o grau de lealdade dos clientes com uma empresa. Para isso, classificam-se as notas de 0 a 6, como clientes detratores, de 7 e 8, como clientes

neutros e de 9 a 10, como clientes promotores da organização.

O cálculo dispensa o quantitativo dos neutros e subtrai a quantidade de clientes promotores pelos detratores, dividindo essa diferença pelo número total de participantes.

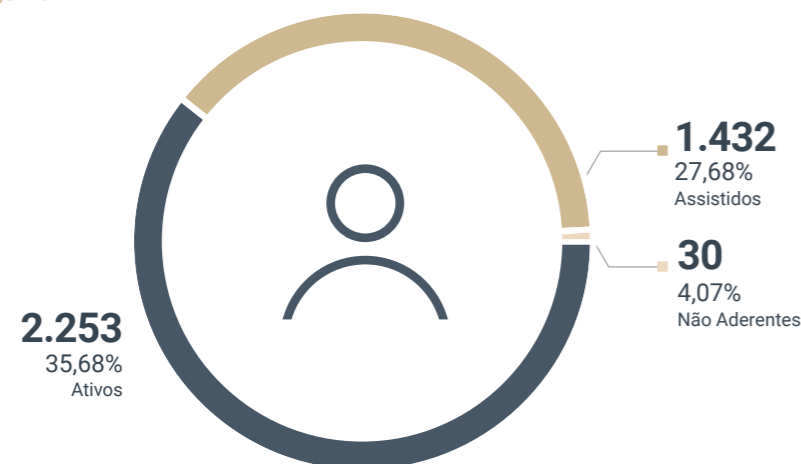
O resultado final é uma porcentagem que pode ser classificada em quatro zonas:



RESULTADO

TOTAL DE RESPONDENTES:

3.700
30,39%



RESULTADO POR PERFIL



Com um resultado geral de 69,19%, a Capef se enquadra na Zona de Qualidade, o segundo maior nível desta metodologia.

A porcentagem é ainda maior se observarmos os participantes assistidos com 75,84%, colocando a Capef na Zona de Excelência, a melhor classificação da pesquisa.

Este resultado só comprova que o esforço da Capef em garantir excelên-

cia na execução de suas tarefas tem proporcionado uma experiência muito satisfatória aos nossos participantes.

Mas também demonstra que ainda temos que fazer muito. Por isso, continuaremos empenhados em buscar atingir números maiores. Somos comprometidos em assegurar uma gestão mais eficiente, que possa, ao mesmo tempo, garantir o sucesso dos atuais clientes e conquistar a confiança de potenciais participantes.

Gestão da Experiência do Cliente

Visando monitorar a jornada do participante nos principais momentos de interação com a Capef, ao longo de todo o ano de 2020, foi trabalhada a gestão da experiência do cliente de uma maneira mais integrada e proativa, por meio de parceria com *startup*.

A gestão da experiência do cliente é a prática de projetar e reagir às interações do participante em tempo real para atender ou exceder às suas expectativas, levando a uma maior satisfação e lealdade à marca. Esse projeto estará totalmente concluído em 2021.



Capecf ingressa nas Redes Sociais: Linkedin e Instagram

Além de já sondar e desejar estar presente no Instagram e no LinkedIn, os resultados obtidos na pesquisa de comportamento vieram a corroborar com a nossa estratégia de ampliar a participação da Capecf nas redes sociais.

No Instagram, os seguidores passaram a ter acesso a notícias da Entidade e dos planos, conteúdos sobre educação financeira e previdenciária, promoções, fotos dos eventos e muitos vídeos. E no LinkedIn, rede que segue um propósito mais corporativo, temos artigos sobre previdência complementar, vagas de estágio e emprego, notícias sobre a Capecf e seus planos, vídeos e muito mais!

Acompanhe o perfil da Capecf pelas seguintes redes sociais:

- 
Instagram
@capecf.official
 1.470 seguidores
- 
LinkedIn
CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste
 1.876 seguidores
- 
Facebook
@capecfnaweb
 2.167 seguidores
- 
Youtube
Capecf Previdência
 322 inscritos

NÚMEROS DA COMUNICAÇÃO



285

matérias publicadas no SITE



523.538

acessos ao SITE



43.326

acessos ao APP



1,25 milhão

e-mails enviados



560

Postagens nas
Redes Sociais



220
POSTAGENS

10.081
INTERAÇÕES



222
POSTAGENS

3.442
INTERAÇÕES



118
POSTAGENS

1.238
INTERAÇÕES

INTERAÇÕES:
(curtidas/comentários e
compartilhamentos)



Novidade no Clube de Benefícios: CASHBACK

Lançado em 2019, o Clube de Benefícios da Capef tem o objetivo de proporcionar aos Participantes acesso a condições especiais, como preços mais competitivos nas compras em diversos estabelecimentos.

Visando tornar o Clube ainda mais atrativo para o nosso público, agregamos um novo serviço, denominado "Cashback", traduzida do inglês, a expressão quer dizer dinheiro de volta e funciona da seguinte maneira: ao realizar compras em algumas lojas online, o usuário recebe de volta parte do que pagou em seu Plano de Previdência. Esse valor fica acumulado na própria plataforma e, ao completar R\$ 50,00, é possível recebê-lo como aporte facultativo na conta individual ou como abatimento das parcelas de empréstimos.

Essa prática do cashback tem sido muito utilizada pelas empresas como forma de fortalecer o relacionamento com os clientes, além de funcionar também como uma ferramenta de educação financeira, algo que está na pauta diária de esforços da Capef.

QUEM PODE SE BENEFICIAR?

Os Participantes Ativos e Assistidos que estejam em um dos perfis abaixo, obedecendo a ordem de prioridade:

- 1. Participantes Ativos do Plano CV I** -> saldo do cashback será utilizado como aporte facultativo na conta individual do Plano (podendo até ser deduzido do Imposto de Renda); ou
- 2. Participantes do Plano BD e Participantes Assistidos do Plano CV I com contratos de empréstimos ativos** -> saldo do cashback será utilizado na amortização das parcelas de empréstimos.

COMO UTILIZAR?

- Realize seu cadastro
- Efetue compras online em uma das 350 lojas parceiras
- Confirme a compra e consulte seu extrato
- Reembolse parte do valor em seu Plano de Benefícios, de acordo com os perfis mencionados acima (aporte ou amortização de empréstimos).

Consumo Consciente

A ideia aqui não é incentivar o consumo, mas possibilitar ao Participante ganhos adicionais na aquisição de produtos e serviços que já estavam em seus planos, na medida em que parte dessas despesas será revertida para aportes facultativos no plano ou abatimento do saldo de empréstimo. "Assim, vimos no CASHBACK a oportunidade de conciliar interesses como: aproveitar a vida, consumindo de forma vantajosa e consciente e, ainda, planejar o futuro financeiro, avalia Raquel Ribeiro, Gerente de Desenvolvimento Institucional".



Raquel Ribeiro
gerente de Des. Institucional

Saiba Mais sobre o Clube



Parceria Premiada ultrapassa 4.500 cadastros

Assim como o Clube de Benefícios, que oferta benefícios e descontos aos atuais participantes, o Programa Parceria Premiada também foi lançado com intuito principal de fidelizar, por meio de pontuação e troca por brindes, os participantes mais engajados.

Lançado em 2019, o Parceria Premiada já contempla mais de 4.500 participantes cadastrados. Para essas pessoas, todo acesso aos informativos da Capef que apresentam o selo do Programa, participação em eventos, uso dos canais de autoatendimento no site e aplicativo, além de aportes facultativos e outras iniciativas previdentes, geram pontos que podem ser trocados por prêmios institucionais.

Passo a passo para acumular pontos e trocar por prêmios

1º PASSO:

Cadastre-se no link: www.capef.com.br/parceriapremiada;

2º PASSO:

Seus acessos já serão pontuados automaticamente nos eventos que possuem o selo do programa;

3º PASSO:

Consulte seu saldo no sistema de pontos;

4º PASSO:

Troque seus pontos por prêmios.

CONFIRA OS NÚMEROS DE CADASTRO NO PROGRAMA:

MÊS	Nº DE PARTICIPANTES ENTRANTES	Nº DE PARTICIPANTES ACUMULADO NO PROGRAMA
JAN	176	2.990
FEV	99	3.089
MAR	167	3.256
ABR	86	3.342
MAI	64	3.406
JUN	89	3.495
JUL	133	3.628
AGO	60	3.688
SET	338	4.026
OUT	291	4.317
NOV	93	4.410
DEZ	114	4.524
TOTAL	1.710	4.524

HISTÓRICO DE CADASTROS

2019
2.814

2020
1.710

TOTAL
4.524

Saiba Mais sobre o Programa

10 Anos Plano CV I

Plano CV I: UMA DÉCADA DE CONQUISTAS

Em maio de 2010, o Plano CV I completou 10 anos de existência! De lá pra cá, muitos quilômetros de estrada foram percorridos para torná-lo conhecido entre todos os funcionários do Banco, muitas visitas, informativos, campanhas, apresentações, encontros presenciais e virtuais para esclarecer dúvidas e incentivar adesões.

Os resultados advindos do esforço e dedicação da equipe da Capef, juntamente com o apoio incondicional do Patrocinador Banco do Nordeste, começaram a aparecer e, após dez anos de existência, atestam solidez e sucesso.



10 ANOS

de existência



120

adesões em 2020



+ de 6 MIL

Participantes



+ de R\$ 2,3 Milhões

de pagamento de TSP em 2020



R\$ 1,4Bi

Patrimônio de Investimentos



de R\$ 2,2 Milhões

de Aportes em 2020

Para comemorar a data especial, fortalecemos os números/resultados do Plano, destacando o seu principal protagonista: o Participante. As estrelas da campanha foram os Participantes, com seus diversos exemplos, como: o primeiro a aderir; aqueles que cancelaram o Plano, se arrependeram e retornaram, aqueles que efetuam aportes facultativos frequentes; aqueles que aderiram por indicação de um amigo; aqueles que já possuem benefício projetado, semelhante ao salário de ativo; dentre outros.

Uma das primeiras a aderir ao Plano



Efetuem aportes frequentes



Cancelaram e Retornaram ao Plano



Renda projetada similar ao salário atual



Comemorações do Mês do Cliente e do Dia do Participante

A Capef está sempre atenta às datas comemorativas que fazem alusão aos nossos “clientes”, que carinhosamente chamamos de Participantes. Por esse motivo sempre comemora essas datas de uma maneira especial.

Dia do Participante

No início do ano, antes da pandemia, em comemoração ao Dia do Participante, a Capef promoveu um jantar dançante na sede do BNB Clube em Fortaleza. O evento reuniu aproximadamente 200 convidados entre ativos, aposentados e pensionistas.



Mês do Cliente

A Capef resolveu aproveitar a data em que o comércio comemora o Dia do Cliente, dia 15 de setembro, para agradecer a cada um de seus Participantes.

Como forma de agradecimento pela confiança depositada na Entidade ao longo de todos esses anos, o mês do cliente foi comemorado com promoções, sorteio de prêmios e bonificações dobradas para os Participantes que se engajaram nas ações.



PARCERIA PREMIADA

Pontuação em dobro durante todo o mês de setembro.

Durante o mês de setembro, os participantes cadastrados no Parceria Premiada receberam pontos dobrados em todas as ações que possuem o selo do Programa.



PESQUISA DE COMPORTAMENTO

Sorteio de um smartphone entre os respondentes.

A Pesquisa de Comportamento, comentada anteriormente, foi

uma das ações lançadas no mês do Cliente, que teve como objetivo conhecer melhor as preferências do público e sortear um prêmio entre os respondentes.



EVENTOS ONLINE

Sorteio de brindes e cupons dobrados no sorteio do smartphone para os participantes dos eventos.

A suspensão das atividades presenciais durante o período de isolamento social expandiu o uso das ferramentas digitais em nosso cotidiano. Nesse período, a Capef aderiu ao regime de home office e iniciou a realização de eventos online.

Foram realizados dois eventos online, um sobre inclusão digital, mais direcionado ao público de assistidos e outro sobre o Plano CV I, direcionado aos ativos, que serão detalhados adiante. Todos os que assistiram aos eventos participaram de sorteio de brindes e receberam cupons dobrados para o prêmio da Pesquisa de Comportamento.

Canais de Relacionamento

A Área de Relacionamento da Capef se empenha em atender de forma tempestiva e qualificada as demandas recepcionadas em cada canal de contato. Para isso, contamos com uma equipe multidisciplinar, preparada para prestar atendimento a todos os serviços e produtos previdenciários.

NÚMEROS DO ATENDIMENTO



19.731
TELEFONE



10.164
E-MAIL



3.334
WHATSAPP



1.771
ATIVO
(Contatos para adesão)



1.185
PRESENCIAL



680
CORRESPONDÊNCIA



36.865
TOTAL

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS DETALHADA POR PERFIL, PÚBLICO E POR ASSUNTO

POR PERFIL	POR PÚBLICO	POR ASSUNTO
21.262 ASSISTIDOS	24.477 PLANO BD	31.152 PLANOS BD E CV I
11.256 ATIVOS	11.090 PLANO CV I	2.429 OUTROS ATENDIMENTOS
2.944 OUTROS*	1.298 OUTROS*	1.771 CONTATOS PARA ADESÃO
1.027 BENEFIC. DE PECÚLIO		513 CONVÊNIO INSS
376 PENSIONISTA DE ALIMENTOS		

*Registros não identificados no sistema de atendimento e não aderentes

TOTAL 36.685



Equipe da Área de Relacionamento da Capef

Números da Ouvidoria

A Ouvidoria responde pelos atendimentos de segundo nível, registradas sob a forma de reclamações, denúncias, sugestões, solicitações e elogios.

COMPARATIVO DE ATENDIMENTOS ENTRE 2019 E 2020:

NATUREZA	2019	2020
Solicitações	138	64
Reclamações	94	95
Sugestões	95	100
Elogios	11	49
TOTAL	338	308
Plano BD	77%	71%
Plano CV I	23%	29%

Observamos pouca variação nas demandas em relação aos participantes dos planos administrados pela Capef, com indicativo de pequena evolução nos atendimentos do Plano CV I em 2020, fruto da busca de informações para a aposentadoria, em decorrência do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) do Patrocinador.

Quanto à natureza das demandas de 2020, em relação ao ano anterior, destacamos a redução de atendimentos (solicitações) pela Ouvidoria, significando que os canais de atendimento do 1º nível atuaram com mais êxito. Igualmente, é significativo o aumento dos elogios à Capef, baseados na melhoria dos canais de atendimento, na adoção de medidas em favor do bem-estar dos participantes, além de maior aproximação com o público-alvo por meio das ações de relacionamento e comunicação e em decorrência dos encontros com participantes online, apresentados no tópico posterior.



Aperfeiçoamento do Time

Para executar um trabalho de excelência, a Capef capacita o seu time de colaboradores.

Em 2020, a Entidade investiu em treinamentos e incentivou os seus

colaboradores a participarem de encontros, seminários e cursos, totalizando o **valor de R\$ 62.680,37** e uma carga horária de treinamentos de **2.462 horas**.

ESCOLARIDADE DOS COLABORADORES:

			
ESPEC. / MBA	12	12	24
MESTRADO	2	1	3
SUPERIOR COMPLETO	14	9	23
SUPERIOR INCOMPLETO	2	7	9
TOTAL	30	29	59

+ 1 menor aprendiz com Ensino Médio completo

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Além de prover o pagamento de benefícios previdenciários, a Capef promove ações de educação financeira e previdenciária, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus diversos públicos e desenvolve ações responsáveis para o meio onde está inserida.

Webinar sobre a Reforma da Previdência e seus Impactos na Capef



Marcos Marinelli, Fran Bezerra e Sérgio Cardoso apresentam webinar sobre a Reforma da Previdência

A Reforma da Previdência trouxe uma série de modificações ao sistema previdenciário brasileiro. Foram alterações na idade para requerer os benefícios, novo tempo mínimo de contribuição e regras de transição para quem já é segurado, dentre outras mudanças.

Atenta aos anseios dos participantes, que intencionavam entender melhor as mudanças e os impactos em seus planos previdenciários, a Capef, em

conjunto com o Banco do Nordeste, decidiu promover um webinar sobre o tema.

Na oportunidade, o superintendente de Desenvolvimento Humano do BNB, Marcos Marinelli, o diretor de Previdência da Capef, Fran Bezerra, e o atuário da Entidade, Sérgio Cardoso, explanaram o assunto e esclareceram dúvidas ao vivo pela plataforma educacional do Banco, disponível para os funcionários ativos.

Saiba Mais!

Confira todo o webinar que ficou gravado e veja também um folder explicativo com as principais mudanças da Reforma da Previdência.

Campanha de Retenção: Eu Tenho um Plano Pensando no Futuro!

Para tentar incentivar uma reflexão daqueles participantes que pensam em cancelar o Plano em momentos de aperto financeiro, a Capef desenvolveu uma campanha de conscientização sobre as vantagens de manter as contribuições ativas ao Plano e as desvantagens de um possível cancelamento.

A Campanha, denominada “Eu tenho um Plano Pensando no Futuro”, abordou as verdades e mitos do cancelamento, por meio de vídeo, que incentivava as pessoas a assistirem até o final para concorrer ao sorteio de brindes institucionais.



Saiba Mais sobre a Promoção

Plano CV I obtém recordes de Aportes Facultativos em 2020

Com registro de R\$ 2,29 milhões, o Plano CV I atingiu nível recorde de aportes facultativos realizados pelos Participantes durante o ano de 2020, considerado o período desde a criação do Plano, em 2010.

A título de comparação, em 2019, ano que finalizou com valor recorde até aquele momento, foi aportado R\$ 1,47 milhão. Isso significa que em 2020 registrou-se um crescimento de 56% em relação ao ano anterior.

Um fator que contribuiu para esse crescimento significativo foi a criação do simulador de maximização do ganho fiscal do Plano CV I, disponível no site e no aplicativo da Capef. Com esse novo recurso, o Participante consegue planejar aportes facultativos

para obter o máximo de ganho fiscal possível com seu plano de Previdência, reduzindo a mordida do leão e, de quebra, aumentando a sua reserva financeira para a aposentadoria.

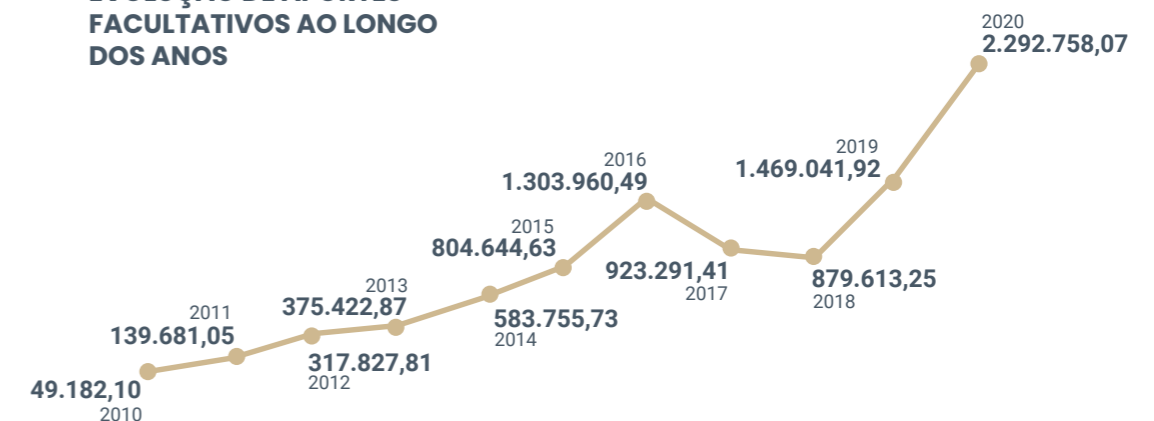
Para o Diretor de Previdência da Capef, Fran Bezerra, há ainda três fatores que podem ter contribuído para esse avanço nos números.

“Em momentos de crise é natural que as pessoas entendam o quanto o seu tempo presente está fragilizado e busquem conquistar situações mais estáveis e promissoras no futuro. Uma segunda razão, essa talvez mais específica para o caso dos funcionários do Banco do Nordeste, onde não houve demissões ou reduções salariais motivadas pela pandemia, recursos

que seriam utilizados em viagens, idas a restaurantes, lazer de uma maneira geral, atividades que se tornaram mais raras devido às condutas de isolamento social, podem ter sido carreados para a formação de poupança. Como as pessoas já perceberam que o Plano CV é uma excelente alternativa de investimento de longo prazo, parte desses recursos foram aportados

aqui. Uma terceira explicação seria a consciência cada vez maior que as pessoas estão tendo da necessidade de realizar um bom planejamento tributário para suas finanças pessoais. E aí novamente o Plano CV I surge como alternativa bastante interessante de evitar uma tributação mais forte e acumular maiores recursos para seu futuro.” Fran Bezerra – Diretor de Previdência da Capef

EVOLUÇÃO DE APORTES FACULTATIVOS AO LONGO DOS ANOS



“

Em momentos de crise é natural que as pessoas entendam o quanto o seu tempo presente está fragilizado e busquem conquistar situações mais estáveis e promissoras no futuro.”

Fran Bezerra

Diretor de Previdência da Capef



Transparência na Gestão: Encontros Online



Quando surgiu a pandemia e com ela a necessidade de isolamento, uma das maiores preocupações da gestão da Capecf foi de perder esse “estreito” relacionamento, que já conquistou junto aos participantes.

Inicialmente, a inquietação surgiu por não poder realizar os Encontros com Participantes para prestação de contas, esclarecimento de dúvidas e aquele contato “olho no olho”, que já é uma marca registrada da Entidade.

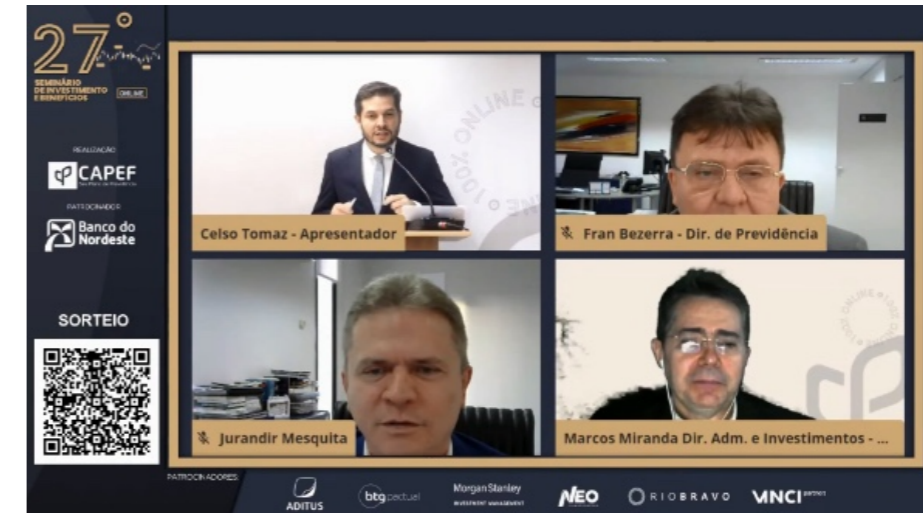
Os dias foram passando e a necessidade de adaptação foi evoluindo. Novas possibilidades surgiram rapidamente, como: a contratação de plataforma de assinatura eletrônica, a adoção de plataformas de videoconferências, e a elaboração de tutoriais para facilitar o acesso do público-alvo a essas novas ferramentas.

Após estudos, em agosto de 2020, a Capecf realizou o seu 1º Encontro com Participantes online e foi um sucesso. A partir daí, o público sempre compareceu, interagiu, sugeriu e compartilhou as novidades com os colegas. E assim, os próximos eventos foram sempre sendo aperfeiçoados.

Além dos Encontros com Participantes, cujo objetivo é apresentar a situação atual dos Planos e promover o debate, a Capecf realizou um evento de inclusão digital com a presença de uma especialista em educação, que apresentou dicas de utilização da internet para facilitar a rotina, um evento exclusivo para os Participantes do Plano CV I, para esclarecer dúvidas, além da realização do 27º Seminário de Investimentos e Benefícios, detalhado a seguir.

EVENTOS ONLINE	QTDE. DE PARTICIPANTES (ZOOM E YOUTUBE)
1º Encontro (Ago/2020)	248
2º Encontro (Set/2020)	389
3º Encontro (Out/2020)	354
Inclusão Digital (Set/2020)	310
Plano CV I de A a Z (Out/2020)	516
27º Seminário (Nov/2020)	790
TOTAL	2.607

27ª edição do Seminário de Investimentos e Benefícios



Diretores da Capecf participam do 27º Seminário de Investimentos e Benefícios 100% online

Pela primeira vez em 27 anos, a Capecf promoveu o maior evento de sua agenda anual de forma 100% online, nos dias 23 e 24 de novembro de 2020.

Com transmissão ao vivo pelo Youtube para convidados de todo o País, o 27º Seminário de Investimentos e Benefícios foi acompanhado por mais de 790 espectadores, dentre participantes e gestores da Capecf, dirigentes das associações representativas dos funcionários e aposentados do Banco do Nordeste, além de profissionais de outras Entidades e instituições do segmento de previdência complementar espalhados pelo Brasil.

Trata-se de um recorde, ao se comparar com os anos anteriores, quando o evento ocorreu no formato presencial.

Ao longo dos dois dias, o Seminário trouxe palestras e debates enriquecedores, cujos temas subsidiaram a proposta da Política de Investimentos para o próximo ano.

Responsável pela abertura, o Diretor Presidente, Jurandir Mesquita, justificou a importância do Seminário,

sobretudo pelo atual momento econômico brasileiro, intensificado pela conjuntura atípica em que o mundo está contextualizado.

“Os gestores têm que buscar alternativas de realocação dos investimentos para alcançar as metas atuariais”

Jurandir Mesquita
Presidente



“Este novo cenário econômico-financeiro, de redução da taxa de juros que está acontecendo em nosso país, se intensificou por conta da crise sanitária, mas é um cenário que já vinha acontecendo anteriormente. Em função disso, os gestores dos fundos de pensão têm que buscar caminhos alternativos de realocação, novas alocações e novas classes de ativos, para poder alcançar a nossa meta atuarial. É um cenário que envolve mais risco e, por isso, temos que ter mais critérios de avaliação, comentou o dirigente.



Eu acredito na lisura da Capef, na gestão dos investimentos, sempre acreditei.

Romildo Rolim
Presidente do BNB



O Presidente do Banco do Nordeste, Romildo Rolim, também participou da abertura do evento.

Eu acredito na lisura da Capef na gestão dos investimentos, sempre acreditei. Tive uma participação na Entidade por quase cinco anos, como presidente do Conselho Deliberativo. Sei da seriedade de todos os colaboradores, da gestão, da governança, para que possamos ter os recursos necessários para pagar os benefícios daqueles que construíram esse sonho de futuro, que é exatamente a melhoria e manutenção da qualidade de vida durante a aposentadoria – complementou Romildo Rolim.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2021

Após dois dias de apresentações e debates entre participantes e dirigentes, Marcelo Dagostino, Gerente de Investimentos da Capef, apresentou proposta para a Política de Investimentos para 2021, que foi para análise e aprovação do Conselho Deliberativo.

A Política de Investimentos na íntegra encontra-se no tópico “Documentações Disponíveis”.

Cuidado com o Meio Ambiente

A Capef desenvolve ações internas para conscientizar o quadro funcional quanto ao uso eficiente de recursos e a preservação do meio ambiente, com intuito de promover a mudança de cultura e formar multiplicadores.

ADOÇÃO DA ENERGIA SOLAR



Antes da instalação da usina de energia solar (energia fotovoltaica), mesmo com todo o esforço para redução, o custo financeiro da Entidade com energia elétrica ainda era considerado bem representativo (10% do total de despesas gerais da Entidade), merecendo atenção.

Após análise da viabilidade financeira do investimento dos painéis solares e de sua posterior instalação, a energia produzida já supre todo o consumo. E o que é melhor: o valor mensal médio pago atualmente é de **R\$ 2.397,08** (valor mínimo cobrado), bem inferior ao valor mensal médio de **R\$ 11.631,50**, pago anteriormente.

Além da redução no consumo, a geração de energia fotovoltaica é uma solução sustentável, que não agride ao meio ambiente, por ser limpa, renovável e sem emissões de gases de efeito estufa.

REDUÇÃO DO USO DE PAPEL

Em março de 2020, a Capef aderiu à prática de assinatura eletrônica para

reduzir o uso de papel. Até o momento, 874 documentos já foram assinados eletronicamente.

Desde a adoção dessa medida, já foram preservadas três árvores, 108 mil litros de água e evitada a emissão de 486 quilogramas de gás carbônico. A adesão modificou a rotina de toda a Entidade.

“De maneira especial, ela trouxe um ganho em diversos aspectos, como a economia de tempo na produção e assinatura de documentos, também não é mais necessário arquivar documentos físicos, em papel. Por fim, um ponto importante a destacar é que a ferramenta garante autenticidade, integridade, temporalidade e auditabilidade dos documentos assinados”, declara Ponciano de Oliveira, gerente jurídico da Capef

As assinaturas eletrônicas estão disponíveis também para o público externo, especialmente para os participantes que pretendem contratar empréstimos.



A ferramenta garante autenticidade, integridade, temporalidade e auditabilidade”

Ponciano de Oliveira
gerente jurídico da Capef





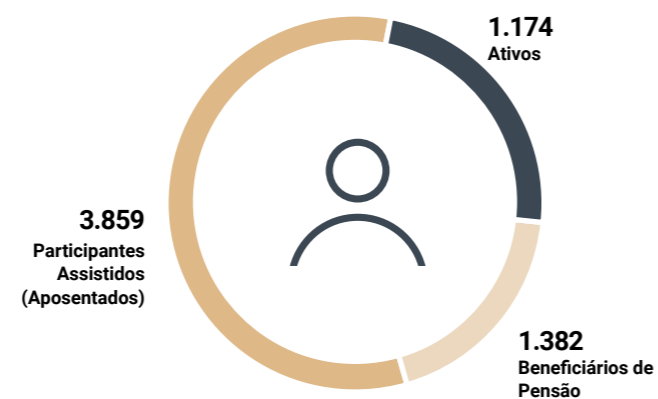
PLANOS DE BENEFÍCIOS: GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E ATUARIAL

Conheça o perfil dos Planos Previdenciários e seus respectivos resultados atuariais.

PLANO BD

DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DE PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

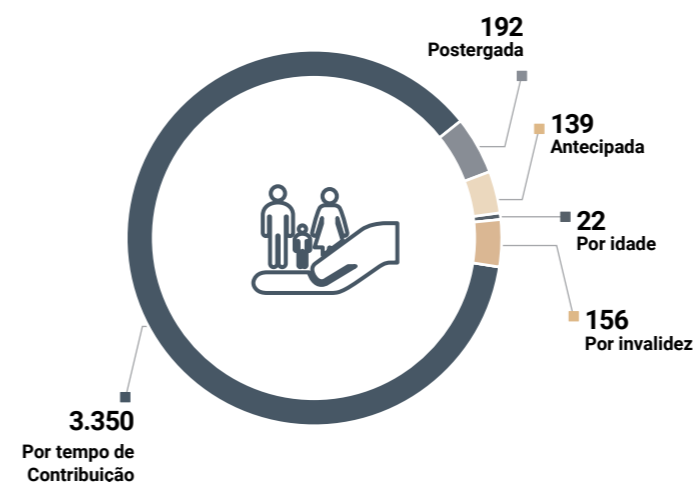
O quantitativo de Aposentados do Plano BD evidencia a maturidade do Plano, demonstrado pelo número de Participantes Assistidos bem superior a quantidade de Participantes Ativos.



Total: 6.415

TIPOS DE APOSENTADORIA

Destaca-se ainda que a maioria dos Assistidos aposentou-se por tempo de contribuição (86,81%).



ASSISTIDOS

Dos 3.859 aposentados, 2606 (67,53%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 961 (36,88%) com idades entre 65 e 74 anos. Das 1.253 mulheres, 721 (57,54%) pertencem à faixa etária de 65 a 74 anos. Destaca-se ainda no quadro abaixo, 1.427 Assistidos com idade superior a 75 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEM.	MASC.	TOTAL
45 a 54	31	7	38
55 a 64	365	347	712
65 a 74	721	961	1.682
75 a 84	107	1.071	1.178
Acima de 85	29	220	249
TOTAL	1.253	2.606	3.859

ATIVOS

Dos 1.174 Participantes Ativos, 769 (65,50%) pertencem ao sexo masculino, dos quais 608 (79,06%) com idade entre 45 e 64 anos. Das 405 mulheres, 345 (85,19%) pertencem à mesma faixa etária. Destaca-se ainda no quadro abaixo, 221 Participantes Ativos com mais de 65 anos de idade.

FAIXA ETÁRIA	FEM.	MASC.	TOTAL
45 a 54	110	165	275
55 a 64	235	443	678
65 a 74	60	159	219
75 a 84		2	2
TOTAL	405	769	1.174

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

Dos 1.382 Beneficiários de Pensão, 1.274 (92,19%) pertencem ao sexo feminino. Destaca-se ainda no quadro abaixo, grande quantidade de Beneficiários com idade superior a 75 anos de idade (623).

FAIXA ETÁRIA	FEM.	MASC.	TOTAL
Até 24	25	32	57
25 a 34	3	1	4
35 a 44	14	5	19
45 a 54	55	13	68
55 a 64	168	14	182
65 a 74	404	25	429
75 a 84	413	14	427
Acima de 85	192	4	196
TOTAL	1.274	108	1.382

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2020, o Plano BD obteve o total de R\$ 172,62 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.

PLANO BD R\$ 172.621.874,15



BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2020, foram pagos R\$ 399,26 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 49.919 pagamentos, com valor médio de R\$ 7.998,18. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 63,54 milhões, distribuídos em 16.930 pagamentos, com valor médio de R\$ 3.753,65.

BENEFÍCIOS PAGOS	QTDE.	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Aposentadoria	49.919	399.261.131,36	7.998,18
Pensão	16.930	63.549.282,46	3.753,65
TOTAL	66.849	462.810.413,82	6.923,22

Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições

PLANO CV I

PLANO CV I ULTRAPASSA 6.000 PARTICIPANTES

As ações de educação financeira e previdenciária, a parceria com o Patrocinador e o contato dos profissionais do atendimento com os empregados do Banco têm ampliado o nível de interesse das pessoas em aderir ao Plano CV I e em acompanhar mais de perto a gestão de seu plano.

Como resultado desse trabalho, o Plano CV I ultrapassa no final de 2020 a marca de 6.000 Participantes.

Os dois Planos possuem 12.479 Participantes, entre Ativos, Assistidos e Beneficiários de Pensão segregados, conforme o quadro a seguir:

PARTICIPANTES	BD	CVI	TOTAL
ATIVOS	1.174	5.689	6.863
CONTRIBUINTES	15	5.417	5.432
NÃO CONTRIBUINTES	1.159	128	1.287
ASSISTIDOS	5.241	375	5.616
APOSENTADOS	3.859	328	4.187
BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO	1.382	47	1.429
TOTAL	6.415	6.064	12.479*

*Em 31/12/2020, registra-se 741 participantes associados aos dois Planos (BD e Plano CV I)

DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DE PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

O Plano CV I conta com um total de 6.064 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, 93,82% deste total correspondem aos Participantes Ativos.

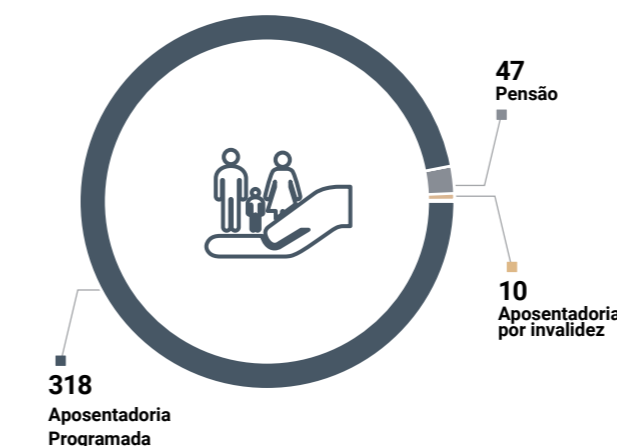


ATIVOS

Dos 5.689 Participantes Ativos, 3.772 (66,30%) são homens, dos quais 2.624 (69,57%) pertencem a uma faixa etária dos 25 aos 44 anos. Entre as mulheres, observamos que 1372 (71,57%) pertencem à mesma faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	FEM.	MASC.	TOTAL
20 a 24	7	16	23
25 a 34	368	777	1.145
35 a 44	1004	1.847	2.851
45 a 54	348	652	1000
55 a 64	179	406	585
65 a 74	11	71	82
75 a 84		2	2
Acima de 85		1	1
TOTAL	1.917	3.772	5.689

TIPOS DE BENEFÍCIOS



ASSISTIDOS

Dos 328 Participantes Assistidos, a maioria (66,46%) está na faixa etária de 55 a 64 anos.

FAIXA ETÁRIA	FEM.	MASC.	TOTAL
35 a 44	1	3	4
45 a 54	9	6	15
55 a 64	91	127	218
Acima de 65	39	52	91
TOTAL	140	188	328

BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO

Dentre os 47 Beneficiários de Pensão, destacamos que 36 deles pertencem ao sexo feminino e 11 pertencem ao sexo masculino

FAIXA ETÁRIA	FEM.	MASC.	TOTAL
0 a 19	11	5	15
20 a 24	0	2	2
25 a 34	2	0	2
35 a 44	5	1	6
45 a 54	7	1	8
55 a 64	8	1	9
65 a 74	2	1	3
Acima de 85	1	0	1
TOTAL	36	11	47

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2020, o Plano CV I obteve o total de R\$ 139,10 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.

PLANO CV I

R\$ 139.102.850,06



BENEFÍCIOS PAGOS

Em 2020, foram pagos R\$ 7.984 mil em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 3.648 pagamentos, com valor médio de R\$ 2.188,82. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 672 mil, distribuídos em 412 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.632,45. As alterações nos valores, por conseguinte, influenciará no valor médio dos benefícios.

BENEFÍCIOS PAGOS	QTDE.	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
Aposentadoria	3.648	7.984.825,65	2.188,82
Pensão	412	672.568,66	1.632,45
TOTAL	4.060	8.657.394,31	2.132,36

Por ser um Plano novo e ainda em fase de arrecadação de contribuições da maioria dos Participantes, o valor arrecadado com contribuições do Plano CV I supera intensamente o valor pago com benefícios.

RESULTADO ATUARIAL

PLANO BD

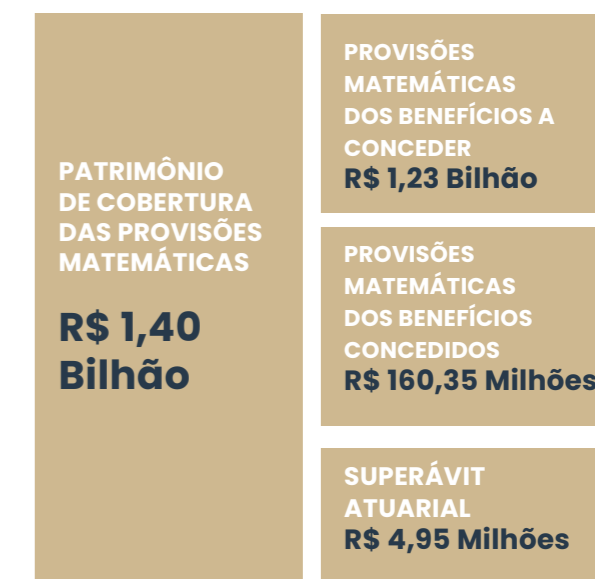
O Plano de Benefícios Definidos possuía, em 31/12/2020, R\$ 3,82 bilhões de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 3,30 bilhões e para os benefícios a conceder em R\$ 516,75 milhões, e são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2020 foi de R\$ 2,02 milhões, portanto, o Plano BD apresenta superávit, conforme demonstrado a seguir:



Fonte: Balanço Atuarial do Plano BD
Posição: dez/2020

PLANO CV I

O Plano de Contribuição Variável I possuía, em 31/12/2020, R\$ 1,40 bilhão de recursos acumulados para fazer frente às obrigações do plano. Tais obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas para os benefícios a conceder R\$ 1,23 bilhão e para os benefícios concedidos, R\$ 160,35 milhões. As provisões matemáticas são dimensionadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2020 foi de R\$ 4,95 milhões, portanto, o Plano CV I apresenta superávit, conforme demonstrado a seguir:



Obs: Os Fundos Previdenciais do Plano totalizam R\$ 44,68 milhões (Fundo de Solvência R\$ 26,89 milhões e de Risco R\$ 17,79 milhões)

Fonte: Balanço Atuarial do Plano CVI
Posição: dez/2020

DESTAQUES DE 2020

Após o desempenho positivo dos investimentos em 2019, foi possível realizar estudos atuariais que proporcionaram os seguintes benefícios aos Participantes:



REDUÇÃO DA TAXA DE CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLANO BD

Com essa medida, a taxa de contribuição chega ao seu menor nível desde 1986 (de 20% para 19,20%), o que representa mais uma conquista histórica para os associados, que veem o Plano BD fortalecido, proporcionando melhorias ano a ano, de forma equilibrada.



REDUÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS BD E CV I.

A partir da atualização dos estudos atuariais, para o exercício de 2020, a taxa de administração do Plano BD foi reduzida de 8% para 7%, o que permite o aumento da reserva utilizada para pagar as obrigações aos associados. Já no Plano CV I, a taxa de administração do Participante Ativo reduziu de 5% para 4,5%, gerando o mesmo efeito de acréscimo para a conta individual de cada participante, pela redução dessas despesas. Para que essas medidas fossem possíveis, foi necessário que houvesse a combinação de dois fatores: redução de despesas administrativas e aumento do número de Participantes.



REDUÇÃO DA TAXA DE SOLVÊNCIA DO PLANO CV I (DE 1,4% PARA 0,7%).

Da mesma forma, com base nos estudos de adequação da taxa de solvência atuarial do Plano CV I (taxa destinada a garantir o equilíbrio atuarial do plano referente aos benefícios vitalícios, concedidos em regime mutualista), concluiu-se pela possibilidade de redução, tendo em conta a evolução na maturidade do plano, em sua modalidade de contribuição definida. Dessa forma, o Participante do plano terá mensalmente 1,4 p.p. (0,7 p.p. da contribuição do Participante + 0,7 p.p. da contribuição do Patrocinador) a mais em sua conta individual mensalmente.

DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

Conheça os resultados obtidos pelos Planos Previdenciários BD e CVI em 2020

SUPERAÇÃO DAS METAS ATUARIAIS DOS PLANOS

Em um misto de crise e oportunidades, 2020 foi um ano repleto de desafios em todas as esferas, ocasionados, sobretudo, pela pandemia do novo coronavírus. No âmbito dos investimentos, os desafios foram ainda mais acentuados pelo cenário histórico de baixa na taxa de juros. Ainda assim, a Capef conseguiu alcançar bons resultados e, pelo 5º ano seguido, os Planos BD e CVI superaram suas respectivas metas de rentabilidade.

O Plano BD apresentou rentabilidade de **15,11%**, frente a uma meta atuarial de **11,25%**; já o Plano CV I apresentou rentabilidade de **9,77%** frente a uma meta de **9,74%**.

Os Investimentos dos Planos BD e CV são resilientes

“Como afirmamos aos Participantes no auge da pandemia, os investimentos dos Planos BD e CV são resilientes. E nada melhor que os resultados alcançados para comprovar isso. De início, destacamos a manutenção de uma liquidez adequada em ambos os planos, com recursos suficientes para honrar os compromissos de pagamento de benefícios aos participantes, sem necessidade de venda de ativos, portanto sem ter que incorrer em realização de perdas. Assim, passamos pelas oscilações bruscas quando o mercado ‘desceu de elevador’ e, à medida que o mercado retomava sua ‘subida de escada’, o Comitê

de Investimentos adotou estratégias de ampliar a diversificação, com alocações em segmentos que proporcionassem maior retorno, sempre sob o crivo de um constante e consistente monitoramento dos riscos, devidamente acompanhado pelo nosso Conselho Deliberativo, reforçado também pelo olhar do Conselho Fiscal. Claro, não podemos deixar de mencionar a contribuição do segmento Renda Fixa de ambos os planos, cuja estratégia de longo prazo já remonta a um bom tempo, com investimentos em Títulos Públicos Federais com taxas de juros que, na média, superaram as respectivas metas atuariais.”

Os investimentos dos Planos BD e CV são resilientes. E nada melhor que os resultados alcançados para comprovar isso.”

Marcos Miranda
Diretor de Adm.
e Investimentos



PLANO BD

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano BD encerrou o ano de 2020 com um total de investimentos de R\$ 3,96 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Capef adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	3.474.732,46	87,65
RENDA VARIÁVEL	150.904,11	3,81
IMOBILIÁRIO	251.969,15	6,36
ESTRUTURADOS	5.706,63	0,14
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	80.814,21	2,04
TOTAL INVESTIMENTOS	3.964.126,57	100,00

RENTABILIDADE

Em 2020, o Plano BD alcançou rentabilidade de 15,11%, acima da meta atuarial (INPC+5,50% a.a., equivalente a 11,25%). Dentre os segmentos de aplicação, o de Renda Fixa foi o destaque, com retorno positivo de 17,28%, seguido pelo segmento Estruturado com rentabilidade de 14,13%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	17,28
RENDA VARIÁVEL	(3,73)
IMOBILIÁRIO	2,81
ESTRUTURADOS	14,13
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	11,86
TOTAL INVESTIMENTOS	15,11

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS (%)

No acumulado dos últimos 5 anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em 17,35 p.p. Referida superação foi o que possibilitou a concessão de reajuste integral dos benefícios do Plano.

DESCRIÇÃO	2020	2019	2018	2017	2016	ACUM.
Rentabilidade Nominal	15,11	11,56	11,97	9,74	13,67	79,37
Meta Atuarial (*)	11,25	10,23	9,12	7,68	12,44	62,02
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial	3,66	1,28	2,76	2,01	1,15	

(*) Meta Atuarial: INPC+5,5% a.a.

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 7,67% a.a., calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

RENDA FIXA

Ao final de 2020, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 17,28%, superior à meta atuarial em 6,03 p.p. Nesse segmento, estão alocados 87,65% dos recursos do Plano BD (R\$ 3.474,73 milhões), distribuídos da seguinte forma: Fundo de Investimento Exclusivo Renda Fixa (R\$ 2.921,91 milhões) administrado pelo BNB, em gestão compartilhada com a equipe da Capef; um Fundo Exclusivo, Fortaleza Multimercado (R\$ 114,73 milhões) sob gestão da Capef; quatro Fundos abertos, um administrado pelo BTG Pactual (R\$ 0,21 milhão), um administrado pelo Santander (R\$ 3,16 milhões) e dois sob gestão da Vinci Partners (R\$ 10,27 milhões); e uma parcela alocada em Títulos Públicos Federais (R\$ 424,45 milhões).

FI MULTIMERCADO

A Gestão Própria do Fundo Fortaleza Multimercado FI apresentou uma rentabilidade de 0,22% em 2020, inferior à meta atuarial em 11,03 p.p. O fundo foi

impactado, no ano, pela crise econômica e sanitária causada pela Covid-19. Na posição de 31/12/2020, a carteira do fundo possuía um patrimônio de R\$ 114,73 milhões, com a seguinte composição: 7,35% em Renda Variável (R\$ 8,44 milhões), 74,36% em ativos de Renda Fixa (R\$ 85,30 milhões) e 18,29% em Fundos Imobiliários (R\$ 20,99 milhões).

RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável do Plano BD (R\$ 150,90 milhões) é composta atualmente por ações ordinárias do Banco do Nordeste (R\$ 20,69 milhões), por uma carteira composta por 10 ações pagadoras de dividendos (R\$ 30,94 milhões), por cotas dos fundos BOVV11 (R\$ 39,10 milhões) e SMAL (R\$ 59,66 milhões) e por provisões de dividendos a receber no valor de R\$ 0,51 milhão. As ações ordinárias do BNB são caracterizadas pela baixa liquidez na Bovespa. No ano, o resultado do segmento foi negativo em -3,73%.

IMOBILIÁRIO

O segmento Imobiliário, com um patrimônio de R\$ 251,97 milhões, é composto por Fundos Imobiliários integrantes da Carteira Própria da Capef, com patrimônio de R\$ 34,51 milhões e pela Carteira de Imóveis com um patrimônio de R\$ 217,46 milhões. Em 2020, o resultado do segmento foi de 2,81%, abaixo da meta atuarial devido a performance dos fundos imobiliários com retorno negativo de -11,99% e da carteira de Imóveis com valorização de 5,97% no ano. Os fundos imobiliários, que tem suas cotas negociadas na bolsa de valores, foram bastante afetados pela crise econômica vivenciada no ano.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 5,49% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 5,97%, ficando abaixo, portanto, da meta atuarial de 11,25%. O principal fator que impactou no resultado foi o desfavorável cenário econômico nacional vivenciado,

agravado pela pandemia, que atingiu diretamente o mercado imobiliário, prejudicando novas locações e pressionando as rescisões de contrato e renegociações para redução de valores de locação.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 2,04% dos recursos do Plano BD, compreende os Empréstimos aos Participantes e os Financiamentos Imobiliários. Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 11,86%, superando a meta atuarial de 11,25%.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No exercício de 2020, o Plano BD realizou 2.206 liberações de empréstimos. O portfólio no final do ano foi de 8.676 contratos ativos, totalizando R\$ 73.903 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas.

Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capef mantém o fundo garantidor de empréstimo, com custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento. Ao final de 2020, o fundo registrou saldo de R\$ 17.769 mil.

No Plano BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 12,91%, superando a meta atuarial (INPC + 5,50%) de 11,25%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 598,67 mil no período.

FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo 36 contratos ativos, todos cobertos por apólice de seguro prestamista. Ao final de 2020, o valor total dos contratos, líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 6.910 mil, apresentando uma rentabilidade de -0,21%.

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE

PLANO BD

SEGMENTOS	2019			2020			POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020 (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	DEZ - R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	3.737.048,62	-	11,56	3.959.441,85	-	15,11	-
Total Investimentos	3.740.792,58	100,00	-	3.964.126,57	-	-	-
Renda Fixa	3.269.240,38	87,39	11,07	3.474.732,46	87,65	17,28	68 - 100
Renda Variável	126.921,10	3,39	71,84	150.904,11	3,81	(3,73)	0 - 06
Investimentos Estruturados	-	-	-	5.706,63	0,14	14,13	0 - 03
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-	0 - 03
Imobiliários	259.705,87	6,94	7,29	251.969,15	6,36	2,81	0 - 10
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	44.659,60	1,19	43,71	34.505,42	0,87	(12,00)	-
Imóveis	215.046,28	5,75	3,31	217.463,73	5,49	5,97	-
Operações com Participantes	84.925,23	2,27	9,98	80.814,21	2,04	11,86	0 - 10
Empréstimos	77.988,68	2,08	10,76	73.903,29	1,86	12,91	-
Financiamentos Imobiliários	6.936,55	0,19	(0,36)	6.910,92	0,17	(0,21)	-
Disponível - Caixa	141,74	-	-	204,01	-	-	-
Outro realizáveis (Relacionados com Tributos)	778,89	-	-	1.175,75	-	-	-
Passivo de Investimentos	(1.498,23)	-	-	(1.838,05)	-	-	-
Contingência de Investimentos	(3.166,35)	-	-	(4.226,43)	-	-	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	-	5,96	-	-	2,76	-
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	-	29,15	-	-	3,62	-
Meta Atuarial (INPC + 5,5% a.a.)	-	-	10,23	-	-	11,25	-

GESTÃO TERCEIRIZADA

PLANO BD

FUNDOS	GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	RETORNO DO FUNDO EM 2020 (%)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
BNB - FIF Previdenciário	Banco do Nordeste	2.921.897,97	95,25	73,71	18,28	0,04
Ishares - SMAL11	BlackRock Investimentos	59.661,89	1,94	1,51	(0,84)	0,50
FII Br Plural Fundo de Fundos - BPPF11	Brasil Plural	4.039,27	0,13	0,10	(30,56)	0,40
Fundo de RF - BTG Pactual Capital	BTG Pactual Gestora de Recursos	207,08	0,01	0,01	(0,75)	0,25
IT Now - BOVV11 (*)	Itaú Unibanco	39.102,10	1,27	0,99	34,60	0,30
FII Rio Bravo IFIX Fundo de Fundos - RBFF11	Rio Bravo Investimentos	5.603,68	0,18	0,14	(28,25)	0,80
FII Rio Bravo Renda Educacional - RBED11	Rio Bravo Investimentos	7.022,20	0,23	0,18	(10,51)	0,37
Fundo de RF - Santander FIC FI Institucional	Santander Brasil Asset Management	3.163,41	0,10	0,08	2,10	0,20
FII GGR Covepi Renda - GGRC11	Supernova Capital	14.594,72	0,48	0,37	0,99	1,10
Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci	Vinci Partners	7.167,71	0,23	0,18	10,80	0,06
Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci II	Vinci Partners	3.102,80	0,10	0,08	8,37	0,84
FII Shopping Center Vinci - VISC11	Vinci Partners	2.183,67	0,07	0,06	(14,00)	1,35
TOTAL		3.067.746,48	100,00	77,39	-	-

GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

PLANO BD

TIPO DE GESTÃO	2020	
	DEZ - R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	895.306,44	22,59
Títulos Públicos	424.448,40	10,71
Ações + Dividendos a receber	52.140,12	1,32
Fundo Exclusivo	114.733,35	2,89
Imóveis	217.463,73	5,49
Operações com Participantes	80.814,21	2,04
Certificado de Operações Estruturadas	5.706,63	0,14
GESTÃO TERCEIRIZADA	3.068.820,13	77,41
Fundo Exclusivo	2.921.897,97	73,71
Cotas de Fundos + Dividendos a receber	145.848,51	3,68
A pagar/receber	1.073,65	0,03
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.964.126,57	100,00

CUSTOS CARTEIRA PRÓPRIA

PLANO BD

CUSTOS	R\$
CARTEIRA PRÓPRIA BD	407.682,13
CVM /CBLC	3.406,99
Custódia	60.522,77
Selic/Cetip	95.850,39
Corretagem/Emolumentos	247.901,98

CUSTOS FUNDOS EXCLUSIVOS

PLANO BD

FUNDOS EXCLUSIVOS	R\$
EMPRESARIAL	1.482.620,19
Taxa de Administração	978.537,06
Custódia	279.582,04
Selic/Cetip	128.714,11
Auditoria	21.372,42
CVM/CBLC	67.666,24
Anbima	6.540,00
Outras despesas	208,32
FORTALEZA MULTIMERCADO	290.525,58
Taxa de Administração	133.698,27
Custódia	38.199,58
Selic/Cetip	35.221,15
Auditoria	5.036,06
CVM/CBLC	37.223,91
Anbima	4.650,00
Outras despesas	440,35
Corretagem/Emolumentos	36.056,26

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

PLANO BD

	R\$ (mil)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.965.302.319,74
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	424.448.395,53
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	424.448.395,53
CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	5.706.634,14
COE - Morgan Stanley	5.706.634,14
AÇÕES	52.140.121,34
Companhias Abertas	30.940.726,00
Patrocinador(es)	20.688.948,00
Dividendos a receber/ Juros Cap.	510.447,34
FUNDOS DE INVESTIMENTO	3.183.553.475,53
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	2.935.550.722,92
BNB - FIF Previdenciário	2.921.897.971,79
BTG Pactual Capital Markets	207.076,73
Crédito Imobiliário - Vinci	7.167.705,22
Crédito Imobiliário - Vinci II	3.102.799,42
Santander FIC FI Institucional	3.163.406,03
A receber	11.763,73
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO MULTIMERCADO	114.733.346,54
Fortaleza Multimercado FI	114.733.346,54
COTAS DE FUNDOS ÍNDICE DE MERCADO	98.763.986,00
IT Now - BOVV11	39.102.098,00
Ishares - SMAL11	59.661.888,00
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	34.505.420,07
Br Plural Fundo de Fundos - BPF11	4.039.269,00
Rio Bravo IFIX Fundo de Fundos - RBFF11	5.603.678,76
GGR Covepi Renda - GGRC11	14.594.720,00
Shopping Center Vinci - VISC11	2.183.666,58
Rio Bravo Renda Educacional - RBED11	7.022.200,40
A receber FII	1.061.885,33
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	217.463.733,95
Imóveis	217.463.733,95
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	80.814.213,27
Empréstimos	73.903.291,19
Fin. Imobiliário	6.910.922,08
DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS	670.825,81
Depósito Judicial	659.366,18
Depósito Recursal	11.459,63
OUTROS REALIZÁVEIS	504.920,17
Impostos a Compensar	10.478.491,50
Provisão para perda - Impostos a Compensar	(9.973.571,33)

CUSTOS COM INVESTIMENTOS
INCORRIDOS EM 2020

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A Capef mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.000,00 por mês.

A Capef mantém atualmente também um contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.049,00 por mês.

CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciários Exclusivo é de 0,01%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,015%.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO

Taxa de Gestão e Administração dos Fundos de Investimentos: 0,035% a.a. a 1,35% a.a.

Administrador Responsável

Gestor:
Marcos José Rodrigues Miranda

E-mail:
marcos.miranda@capef.com.br

Telefone:
(85) 4008 5813.

PLANO CV I

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de investimentos de R\$ 1,4 bilhão. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição dos investimentos do Plano CV I.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
RENDA FIXA	997.387,16	69,00
RENDA VARIÁVEL	199.087,63	13,77
IMOBILIÁRIO	79.620,72	5,51
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	35.603,65	2,46
ESTRUTURADO	64.591,42	4,47
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	69.258,12	4,79
TOTAL	1.445.548,70	100,00

RENTABILIDADE

O Plano CV I obteve rentabilidade de 9,77%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5%) no mesmo período foi de 9,74%. Dentre os segmentos de aplicação, o de investimentos no Exterior foi o destaque com uma performance positiva de 16,69%, seguido pelo segmento de Renda Fixa com um retorno de 14,52%. Conforme apresentado no quadro a seguir:

RENTABILIDADE	%
RENDA FIXA	14,52
RENDA VARIÁVEL	(4,36)
IMOBILIÁRIO	(9,26)
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	16,69
ESTRUTURADO	9,29
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	11,99
TOTAL INVESTIMENTOS	9,77

A tabela seguinte demonstra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 5 anos. Observa-se que, ao longo desse período, o Plano CV I superou a sua meta atuarial em todos os anos.

DESCRIÇÃO	2020	2019	2018	2017	2016	ACUM.
Rentabilidade Nominal	9,77	14,23	12,75	10,03	13,86	77,10
Meta Atuarial (*)	9,74	9,78	9,19	8,61	12,14	60,22
Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial	0,03	4,26	3,42	1,38	1,62	

(*) Meta atuarial: IPCA+5% a.a. em 2020; IPCA+5,25% a.a. em 2019 e 2018; e de IPCA+5,5% a.a. em 2017 e 2016.

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 7,43% a.a, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

RENDA FIXA

Ao final de 2020, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 14,52% superando a meta atuarial em 4,78 ponto percentual. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 69% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por Títulos Públicos Federais, fundos de Renda Fixa, debêntures e letras financeiras.

RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável do Plano CV I apresentou uma rentabilidade de -4,36% em 2020, impactada pela crise econômica e financeira causada pela Covid-19. O segmento representa 13,77% do total dos investimentos do plano, composto por uma carteira de ações, por cotas dos fundos BOVV11 e SMAL11 e por oito fundos de ações abertos, administrados por gestores externos.

IMOBILIÁRIO

O segmento imobiliário é composto por cotas de Fundos Imobiliários. A performance do segmento foi de -9,26%. As cotas dos fundos imobiliários são ativos negociados em bolsa, os quais foram fortemente impactados pela crise econômica ocasionada pela Covid-19.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

O segmento é composto por um fundo multimercado, Western Asset Macro Opportunities, gerido pela Western Asset, e por três fundos de ações: Itaú World Equities Investimento no Exterior FIC Ações, gerido pelo Itaú; Legg Mason Martin Currie Global, gerido pela Western Asset e MS Global Opportunities, gerido pela XP Investimentos. As cotas dos referidos fundos acompanham a performance de ativos negociados nos mercados externos. Em 2020, a rentabilidade do segmento foi de 16,69%, superior à meta atuarial do Plano em 6,95 p.p.

ESTRUTURADO

O segmento é composto por fundos classificados como multimercados e por fundos de investimentos em participações-FIP. A carteira é composta por cinco fundos multimercados geridos por gestores independentes: Captalys (R\$ 27,85 milhões), dois fundos sob gestão da Vinci Partners (R\$ 9,79 milhões), Ibiuna Investimentos (R\$ 11,74 milhões) e Absolute Investimentos (R\$ 10,38 milhões), e, b); e por dois FIP's geridos por BTG Pactual (R\$ 3,36 milhões) e Vinci Partners (R\$ 1,47 milhões). A performance do segmento foi de 9,29% no ano.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 4,79% dos recursos do Plano CV I, é composto somente por Empréstimos aos Participantes. Durante o exercício de 2020, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 11,99%, superando a meta atuarial em 2,25 p.p, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, no qual acarretou despesas da ordem de R\$ 607,45 mil no período.

No exercício de 2020, o Plano CV I realizou 4.163 liberações na linha EAP 2012 - CV, encerrando o ano com 13.042 contratos ativos, no valor de R\$ 69.258 mil (saldo líquido após o desconto de provisões de perdas). A carteira, em sua totalidade, é remunerada pela variação do IPCA. Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, foi constituído o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2020, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 1.706 mil.

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE

PLANO CV I

SEGMENTOS	2019			2020			POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020 (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	DEZ - R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	1.196.917,64	-	14,23	1.445.643,65	-	9,77	-
Total Investimentos	1.196.860,74	100,00	-	1.445.548,70	-	-	-
Renda Fixa	866.856,43	72,43	10,08	997.387,16	69,00	14,52	50 - 100
Renda Variável	111.273,81	9,30	42,08	199.087,63	13,77	(4,36)	0 - 18
Investimentos Estruturados	52.529,60	4,39	1,36	64.591,42	4,47	9,29	0 - 07
Investimentos no Exterior	9.427,09	0,79	25,06	35.603,65	2,46	16,69	0 - 05
Imobiliário	91.975,83	7,68	48,12	79.620,72	5,51	(9,26)	0 - 10
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	91.975,83	7,68	48,12	79.620,72	5,51	(9,26)	
Operações com Participantes	64.797,97	5,41	10,51	69.258,12	4,79	11,99	0 - 10
Disponível - Caixa	115,80	-	-	118,30	-	-	-
Passivo Investimentos	(58,90)	-	-	(23,34)	-	-	-
CDI (Benchmark Renda Fixa)	-	-	5,96	-	-	2,76	-
IBrX (Benchmark Renda Variável)	-	-	29,15	-	-	3,62	-
Meta Atuarial (IPCA + 5,25% a.a. em 2019 e IPCA + 5,00% a.a. em 2020)	-	-	9,78	-	-	9,74	-

GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

PLANO CV

TIPO DE GESTÃO	2020	
	DEZ - R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	1.017.764,27	70,41
Títulos Públicos	815.489,71	56,41
Títulos Privados	91.846,11	6,35
Ações + Dividendos a receber	41.170,33	2,85
Operações com Participantes	69.258,12	4,79
GESTÃO TERCEIRIZADA	427.784,43	29,59
Cotas de Fundos + a receber	427.413,61	29,57
A pagar/receber	370,82	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.445.548,70	-

GESTÃO TERCEIRIZADA

PLANO CV I

FUNDOS	GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	RETORNO DO FUNDO EM 2020 (%)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Fundo de RV 4UM Marlim Dividendos FIA	4UM Investimentos	7.417,92	1,74	0,51	(7,28)	2,000
Fundo Multimercado - Absolute Vertex II	Absolute Investimentos	10.383,93	2,43	0,72	3,82	2,500
FII Allianz - ALZR11	Alianza	5.035,64	1,18	0,35	13,35	0,200
Fundo BNB - FIC FI Institucional LP	Banco do Nordeste do Brasil	3.434,66	0,80	0,24	2,38	0,350
Ishares - SMAL11	BlackRock Investimentos	57.171,02	13,38	3,95	(0,84)	0,500
Fundo de RV BNP Paribas Action FIC FIA	BNP Paribas Asset Management	9.147,90	2,14	0,63	2,60	2,000
Fundo de RV Bradesco FIA Dividendos	Bradesco Asset Management	4.664,84	1,09	0,32	(5,65)	1,500
FII Malls Br Plural - MALL11	Brasil Plural	5.191,62	1,21	0,36	(12,55)	0,500
FII Brasil Plural - BPFF11	Brasil Plural	500,45	0,12	0,03	(30,56)	0,400
FIP BTG Pactual Economia Real	BTG Pactual Gestora de Recursos	3.359,91	0,79	0,23	(1,25)	2,000
Fundo de RF - CEF Brasil Referenciado DI	Caixa Econômica Federal	118,17	0,03	0,01	2,42	0,200
Fundo Multimercado - Captalys Orion	Captalys	27.849,52	6,52	1,93	10,12	2,000
Fundo RV Constância Fundamento FIA	Constância Investimentos	10.771,92	2,52	0,75	(6,23)	2,500
FII CSHG Log - HGLG11	Credit Suisse Hedging-Griffo	3.171,84	0,74	0,22	(1,27)	0,600
FII CSHG Real Estate - HGRE11	Credit Suisse Hedging-Griffo	2.980,02	0,70	0,21	(16,24)	1,000
Fundo Multimercado - Ibiuna Hedge	Ibiuna Investimentos	11.744,82	2,75	0,81	15,53	1,960
IT Now - BOVV11	Itaú Unibanco	25.167,38	5,89	1,74	33,89	0,300
Fundo de RV Itaú Inst Phoenix FIC FIA	Itaú Unibanco	6.220,51	1,46	0,43	(21,23)	2,500
Itaú World Equities FIC FIA	Itaú Unibanco	8.369,07	1,96	0,58	19,56	0,150
Fundo de RV Neo Navitas FIC FIA	Neo Investimentos	21.805,01	5,10	1,51	4,48	1,300
FII Rio Bravo IFIX Fundo de Fundos- RBFF11	Rio Bravo Investimentos	6.114,69	1,43	0,42	(28,25)	0,800
FII Rio Bravo Renda Educ - RBED11	Rio Bravo Investimentos	5.016,03	1,17	0,35	(10,51)	0,370
FII Rio Bravo Renda Corporativa - RCRB11	Rio Bravo Investimentos	4.833,43	1,13	0,33	(34,24)	0,700
FII Rio Bravo Renda Varejo - RBVA11	Rio Bravo Investimentos	10,27	0,00	0,00	(23,99)	0,650
Fundo de RF - Santander FIC FI Institucional	Santander Brasil Asset Management	68.986,82	16,14	4,77	2,10	0,200
Fundo de RV SulAmérica Selection FIA	SulAmérica Investimentos	7.727,16	1,81	0,53	(3,41)	0,900
FII GGR Covepi Renda - GGRC11	Supernova Capital	17.346,00	4,06	1,20	0,99	1,100
FII TG Ativo Real TGAR11	TG Core Asset	7.807,00	1,83	0,54	8,57	0,120
Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci	Vinci Partners	7.168,84	1,68	0,50	10,80	0,055
Fundo de RF - Crédito Imobiliário - Vinci II	Vinci Partners	10.342,66	2,42	0,72	8,37	0,840
Fundo de RV Vinci Mosaico FIA	Vinci Partners	7.823,64	1,83	0,54	(2,20)	1,970
FII Shopping Center Vinci - VISC11	Vinci Partners	15.779,53	3,69	1,09	(14,00)	1,350
Fundo Multimercado - Vinci Valorem	Vinci Partners	7.589,46	1,78	0,53	7,34	0,960
FIP Vinci Impacto Retorno IV	Vinci Partners	1.465,56	0,34	0,10	(2,92)	2,000
Vinci Crédito FIM CP	Vinci Partners	2.198,23	0,51	0,15	3,29	0,150
Western Asset Macro Opportunities FIM - IE	Western Asset	9.927,03	2,32	0,69	5,49	0,100
Legg Mason Martin Currie	Western Asset	8.291,49	1,94	0,57	18,45	1,000
FII XP Malls - XPML11	XP Asset Management	5.480,24	1,28	0,38	(12,50)	0,750
MS Global Opportunity FIA IE	XP Asset Management	8.999,39	2,11	0,62	28,56	0,200
Total		427.413,61	100,00	29,57	-	-

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

PLANO CV I

	R\$ (mil)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.445.548.696,57
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	815.489.713,24
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	815.489.713,24
CRÉDITOS PRIVADOS	91.846.105,72
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	78.230.527,08
LETRAS FINANCEIRAS	78.230.527,08
LF e LFSN Instituições Financeiras	78.230.527,08
COMPANHIAS ABERTAS	13.615.578,64
DEBENTURES	13.615.578,64
Debêntures Cias. Abertas	13.615.578,64
AÇÕES	41.170.330,37
Companhias Abertas	40.747.765,00
Dividendos a receber/ Juros Cap.	422.565,37
FUNDOS DE INVESTIMENTO	427.784.429,61
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	90.051.341,82
BNB - FIC FI Institucional LP	3.434.658,72
Santander FIC FI Institucional	68.986.820,06
Crédito Imobiliário - Vinci	7.168.840,49
Crédito Imobiliário - Vinci II	10.342.663,17
CEF Brasil Referenciado DI	118.172,38
A Receber	187,00
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA VARIÁVEL	75.578.906,23
Neo Navitas FIC FIA	21.805.012,18
BNP Paribas Action FIC FIA	9.147.896,98
Bradesco FIA Dividendos	4.664.838,47
Itaú Inst Phoenix FIC FIA	6.220.513,95
Constância Fundamento FIA	10.771.921,17
Vinci Mosaico FIA	7.823.643,32
SulAmérica Selection FIA	7.727.163,12
4UM Marlim Dividendos FIA	7.417.917,04
COTAS DE FUNDOS ÍNDICE DE MERCADO	82.338.395,00
IT Now - BOVV11	25.167.380,00
Ishares - SMAL11	57.171.015,00
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO NO EXTERIOR	35.603.648,02
Western Asset Macro Opportunities FIM - IE	9.927.028,35
Legg Mason Martin Currie	8.291.488,46
ITAÚ World Equities FIC FIA	8.369.066,31
MS Global Opportunity FIA IE	8.999.388,01
A Receber	16.676,89
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	79.620.716,78
Rio Bravo IFIX Fundo de Fundos- RBFF11	6.114.693,30
Rio Bravo Renda Educ - RBED11	5.016.033,20
TG Ativo Real TGAR11	7.807.000,62
GGR Covepi Renda - GGRC11	17.346.000,00
Shopping Center Vinci - VISC11	15.779.528,64
CSHG Log - HGLG11	3.171.844,00
XP Malls - XPML11	5.480.240,04
Malls Br Plural - MALL11	5.191.616,79
CSHG Real Estate - HGRE11	2.980.017,00
Rio Bravo Renda Corporativa - RCRB11	4.833.428,40
Rio Bravo Renda Varejo - RBVA11	10.266,00
Alianza - ALZR1	5.035.644,90
Brasil Plural - BPF11	500.445,40
A Receber - FII	353.958,49
COTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO ESTRUTURADO	64.591.421,76
Captalys Orion FIM	27.849.515,81
Vinci Valorem FIM	7.589.461,00
Ibiuna Hedge FIM	11.744.815,08
Absolute Vertex II FIM	10.383.932,71
Vinci Impacto Retorno IV FIP	1.465.561,40
BTG Pactual Economia Real FIP	3.359.907,50
Vinci Crédito FIM CP	2.198.228,26
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	69.258.117,63
Empréstimos	69.258.117,63

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2020

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A Capef mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.000,00 por mês.

A Capef mantém atualmente também um contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.049,00 por mês.

CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciários Exclusivo é de 0,01%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,015%.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO

Taxa de Gestão e Administração dos Fundos de Investimentos: 0,035% a.a. a 1,35% a.a.

Administrador Responsável

Gestor:
Marcos José Rodrigues Miranda

E-mail:
marcos.miranda@capef.com.br

Telefone:
(85) 4008 5813.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, 98,49% dos recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento de Renda Fixa Previdenciário

Exclusivo e 1,51% em um imóvel sede da Entidade. Em 31/12/2020, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 102,95 milhões

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	101.398,45	98,49
Imobiliário	1.554,87	1,51
TOTAL INVESTIMENTOS	102.953,33	100,00

RENTABILIDADE

RENTABILIDADE	%
Renda Fixa	18,24
Imobiliário	0,42
TOTAL INVESTIMENTOS	17,93

DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO E RENTABILIDADE

PLANO PGA

SEGMENTOS	2019			2020			POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020 (INTERVALOS)
	DEZ - R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	DEZ - R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO (%)	RENTABILIDADE (%)	
Total Investimentos	84.796,10	100,00	10,76	102.953,33	100,00	17,93	-
Renda Fixa	83.222,34	98,14	10,80	101.398,45	98,49	18,24	92 - 100
Imobiliário	1.573,76	1,86	8,63	1.554,87	1,51	0,42	0 - 8

GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

PLANO PGA

TIPO DE GESTÃO	2020	
	DEZ - R\$ (MIL)	%
GESTÃO PRÓPRIA	1.554,87	1,51
Imóveis	1.554,87	1,51
GESTÃO TERCEIRIZADA	101.398,45	98,49
Fundo Exclusivo	101.398,45	98,49
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	102.953,33	-

GESTÃO TERCEIRIZADA

PLANO PGA

FUNDOS	GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	RETORNO DO FUNDO EM 2020 (%)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
BNB - FIF Previdenciário	Banco do Nordeste	101.398,45	100,00	100,00	18,28	0,035
Total		101.398,45	-	-		-

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

PLANO PGA

	R\$ (mil)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	102.953.326,99
FUNDO DE INVESTIMENTO	101.398.454,99
Cotas de Fundos Investimento Renda Fixa	101.398.454,99
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	1.554.872,00
Imóveis	1.554.872,00

RESUMO DOS INVESTIMENTOS

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

SEGMENTOS	2019		2020		(% POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS))
	DEZ R\$ (MIL)	% POR PLANO	DEZ R\$ (MIL)	% POR PLANO	
Total dos Recursos da Entidade	5.018.762,37		5.508.038,83		
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD	3.737.048,62	-	3.959.441,85	100,00	-
Total Investimentos	3.740.792,58	100,00	3.964.126,57	100,00	-
Renda Fixa	3.269.240,38	87,39	3.474.732,46	87,65	68 - 100
Renda Variável	126.921,10	3,39	150.904,11	3,81	0 - 06
Investimentos Estruturados	-	-	5.706,63	0,14	0 - 03
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 03
Imobiliários	259.705,87	6,94	251.969,15	6,36	0 - 10
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	44.659,60	1,19	34.505,42	0,87	-
Imóveis	215.046,28	5,75	217.463,73	5,49	-
Operações com Participantes	84.925,23	2,27	80.814,21	2,04	0 - 10
Empréstimos	77.988,68	2,08	73.903,29	1,86	-
Financiamentos Imobiliários	6.936,55	0,19	6.910,92	0,17	-
Disponível - Caixa	141,74	-	204,01	-	-
Outro realizáveis (Relacionados com Tributos)	778,89	-	1.175,75	-	-
Passivo de Investimentos	(1.498,23)	-	(1.838,05)	-	-
Contingência de Investimentos	(3.166,35)	-	(4.226,43)	-	-
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV	1.196.917,64	-	1.445.643,65	100,00	-
Total Investimentos	1.196.860,74	100,00	1.445.548,70	100,00	-
Renda Fixa	866.856,43	72,43	997.387,16	69,00	50 - 100
Renda Variável	111.273,81	9,30	199.087,63	13,77	0 - 18
Investimentos Estruturados	52.529,60	4,39	64.591,42	4,47	0 - 07
Investimentos no Exterior	9.427,09	0,79	35.603,65	2,46	0 - 05
Imobiliário	91.975,83	7,68	79.620,72	5,51	0 - 10
Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários - FII	91.975,83	7,68	79.620,72	5,51	0
Operações com Participantes	64.797,97	5,41	69.258,12	4,79	0 - 10
Disponível - Caixa	115,80	-	118,30	-	-
Passivo Investimentos	(58,90)	-	(23,34)	-	-
Total Investimentos - PGA	84.796,10	100,00	102.953,33	100,00	-
Renda Fixa	83.222,34	98,14	101.398,45	98,49	92 - 100
Imobiliário	1.573,76	1,86	1.554,87	1,51	0 - 8

CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2020

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A Capef mantém atualmente um contrato de consultoria de análise de investimentos de ativos de crédito privado com a consultoria Aditus, no valor de R\$ 1.000,00 por mês.

A Capef mantém atualmente também um contrato de prestação de serviços técnicos especializados de análise de mercado e de recomendações elaborados pelos analistas independentes da Eleven Financial no valor de R\$ 1.083,29 por mês.

CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciários Exclusivo é de 0,01%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,015%.

AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO

Taxa de Gestão e Administração dos Fundos de Investimentos: 0,035% a.a. a 1,35% a.a.

Administrador Responsável

Gestor:
Marcos José Rodrigues Miranda

E-mail:
marcos.miranda@capef.com.br

Telefone:
(85) 4008 5813.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Saiba como cuidamos do seu Patrimônio e controlamos as nossas despesas administrativas

Para alcançar a diretriz estratégica de racionalização das despesas administrativas, a Capef adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarks do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, como por exemplo, variação orçamentária, índice de cobertura das despesas administrativas, custo administrativo mensal por participante, dentre outros, apresentam desempenho superior à meta estabelecida. O custo administrativo anual por participantes, por exemplo, tem apresentado uma curva decrescente nos últimos 2 anos consecutivos e quando comparado ao desempenho dos demais fundos de pensão, encontra-se em nível inferior à média do mercado, demonstrando a economicidade da gestão da Capef.

Limite para cobertura das despesas administrativas

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capef são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das coberturas previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC Nº. 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capef, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB,

que correspondiam a R\$ 54.051 mil em 2020 (R\$ 49.340 mil em 2019).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capef desconta: 7% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 4,5% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada participante assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2020 R\$ 19.545 mil (R\$ 21.256 mil, em 2019), que correspondeu a 0,36% dos RGPB, (0,43% em 2019), conforme detalhamento no quadro abaixo.

PLANOS DE BENEFÍCIOS	2020	2019
PLANO BD	12.084	13.831
PLANO CV I	7.461	7.425
CONSOLIDADO	19.545	21.256
Percentual dos RGPB	0,36%	0,43%
LIMITE (1% RGPB)	54.051	49.340



Orçamento Administrativo

Com base na análise dos controles da execução orçamentária, ao término do exercício de 2020, o valor efetivamente recebido de custeio administrativo foi superior à previsão orçamentária em 10,48%, enquanto as despesas administrativas ficaram abaixo 2,88% do valor orçado para o período. Em 2020, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 16.671 mil (R\$ 16.629 mil, em 2019) e foram utilizados R\$ 16.191 mil (R\$ 15.698 mil, em 2019), de forma que a variação entre a previsão e a despesa

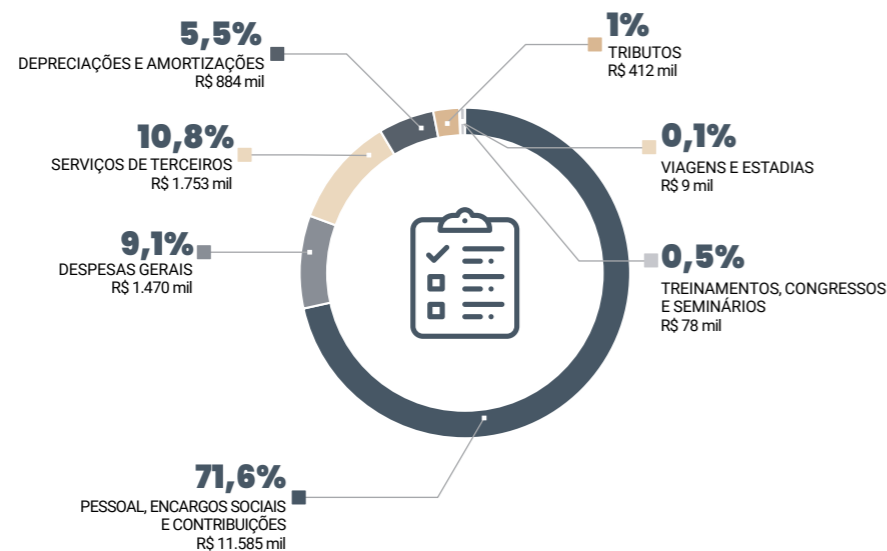
administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 480 mil.

Cabe ressaltar que as despesas previstas para o ano de 2020 foram impactadas diretamente pelo atual cenário mundial da pandemia de COVID-19, que direcionou as empresas para o regime de teletrabalho, mudança que propiciou a redução de muitos insumos, além do êxito nas negociações dos contratos da Entidade e da mudança de modalidade de cursos, do presencial para o EAD online, gerando também uma economia com passagens e estadias.

Despesas Administrativas

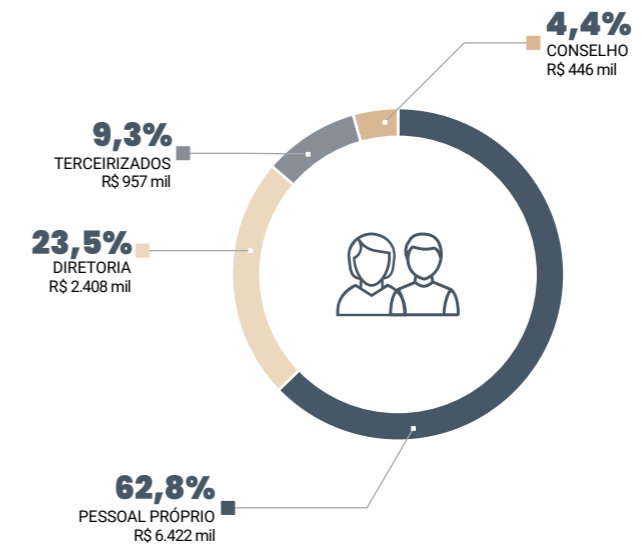
As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC,

e os maiores gastos são com Pessoal e Encargos, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais



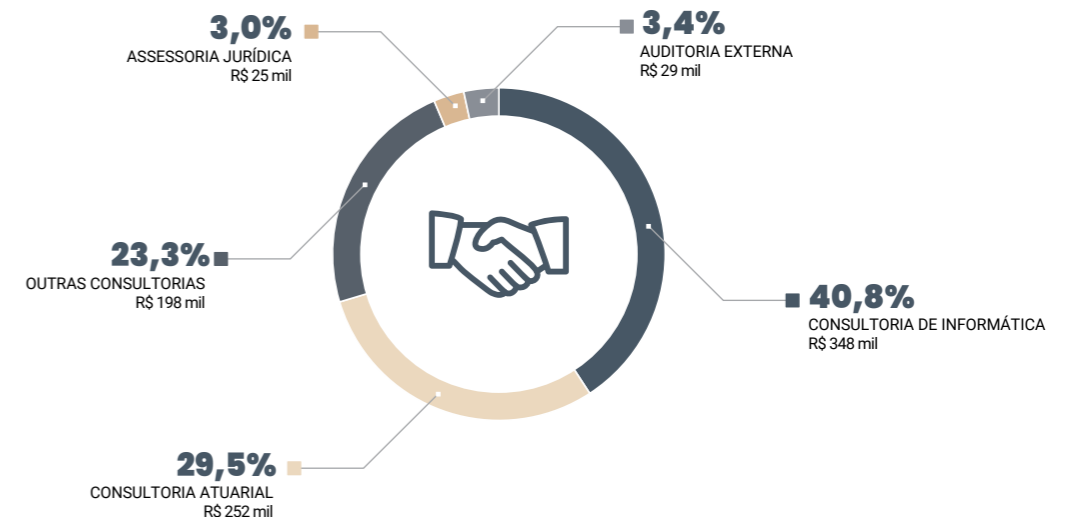
O gráfico a seguir demonstra a distribuição das despesas com Pessoal da Capef discriminadas em despesas

com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.



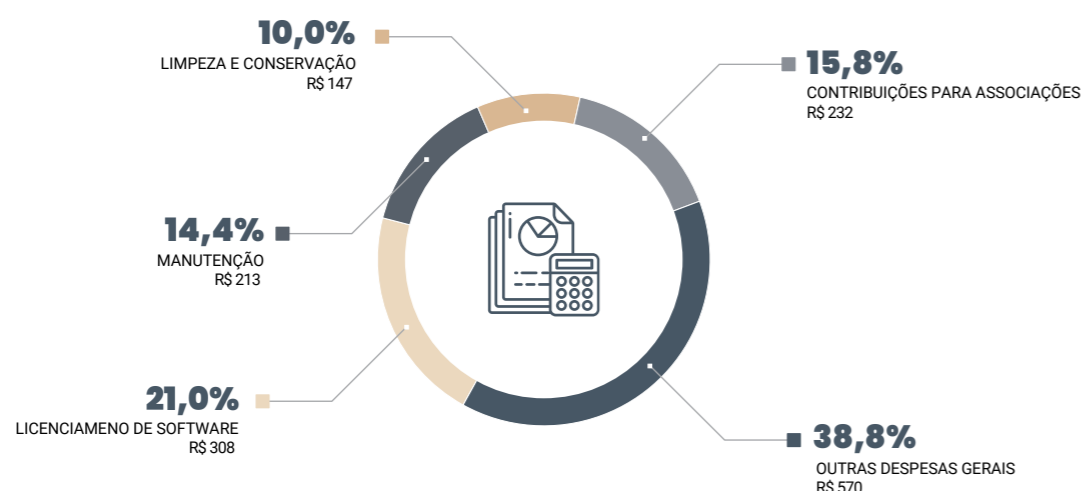
O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas. Apresentamos, abaixo, os valores gastos pela entidade com Consultoria Atuarial, Auditoria Independente, contratada para auditar as Demonstrações Contábeis da Entidade, despesas

com Assessoria Jurídica, para defesa em processos judiciais e Outras Consultorias contratadas pela Capef, onde podemos destacar: as Consultorias de Investimentos; e em 2020, a Consultoria contratada para adequação da Entidade aos preceitos da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com licenciamento de software, serviços de manutenção, limpeza e conservação e contribuições para associações, que em

2020 contemplaram as contribuições associativas regulares e o ressarcimento de honorários advocatícios relacionados ao êxito em ação judicial movida em representação às EFPC.



Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funciona-

mento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2020, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 112.780 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

	R\$ MIL
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	95.618
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	15.464
(+) Custeio dos planos de benefícios	19.545
(+) Outras receitas administrativas	20
(-) Despesas Administrativas	16.191
(-) Contingências	1.676
Saldo Final do Fundo Administrativo	112.780

A Entidade questiona junto à esfera judicial o recolhimento do PIS e da COFINS incidentes sobre suas receitas administrativas. Em 2020, os depósitos efetuados pela CAPEF somaram R\$ 1.628 mil.

O controle de despesas, com a estipu-

lação de metas, o êxito nas negociações de contratos com fornecedores e prestadores de serviços e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão de forma a preservar a solvência do fundo administrativo da CAPEF.

Principais Indicadores de Gestão

A Resolução CGPC N° 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12 que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas es-

tabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19, da Resolução n° 13, de 2004.

Seguem os indicadores de gestão da Capef, aprovados pelo Conselho Deliberativo:

Indicadores Quantitativos

- Varição Orçamentária:** mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- Custo Médio de Administração por Participante e Assistido:** representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido;
- Taxa de Administração:** corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
- Taxa de Carregamento:** corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- Índice de Cobertura das Despesas Administrativas:** equivale à relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

Em 2020, a Capef atingiu as metas dos indicadores de gestão das despesas administrativas estipuladas para o ano conforme demonstrado no quadro a seguir:

Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas - Quantitativos		
INDICADORES	META	REALIZADO
Varição Orçamentária	+/- 10%	-2,88%
Custo Médio de Administração por Participante	R\$ 1.325,81	R\$ 1.297,48
Taxa de Administração	0,3145%	0,2996%
Taxa de Carregamento	2,1634%	2,0451%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	1,06	1,21

As despesas administrativas realizadas apresentaram uma variação de -2,88% em relação aos valores orçados para o ano. A aproximação entre

a previsão anual efetuada e a concretização das despesas administrativas para 2020 evidencia o controle nos gastos administrativos da entidade.



O alcance da meta estipulada para o Custo Médio de Administração por Participante demonstra a eficiência da gestão. O indicador corresponde ao custo total médio para administrar os benefícios de cada participante por ano, e em 2020, contribuíram para o alcance desse indicador, o ingresso de novos participantes ao plano CV I, o êxito nas negociações junto a nossos fornecedores e prestadores de serviços com reajustes nos contratos abaixo da inflação, a economia de insumos proporcionada pela adoção do regime de teletrabalho e a redução de despesas com treinamentos e viagens e estadias em virtude da maior participação em cursos de modalidade EAD.

Já as taxas de Administração e de Carregamento da Capecf, que medem a relação das despesas administrativas com os recursos garantidores dos planos de benefícios e com o fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade, respectivamente, termina-

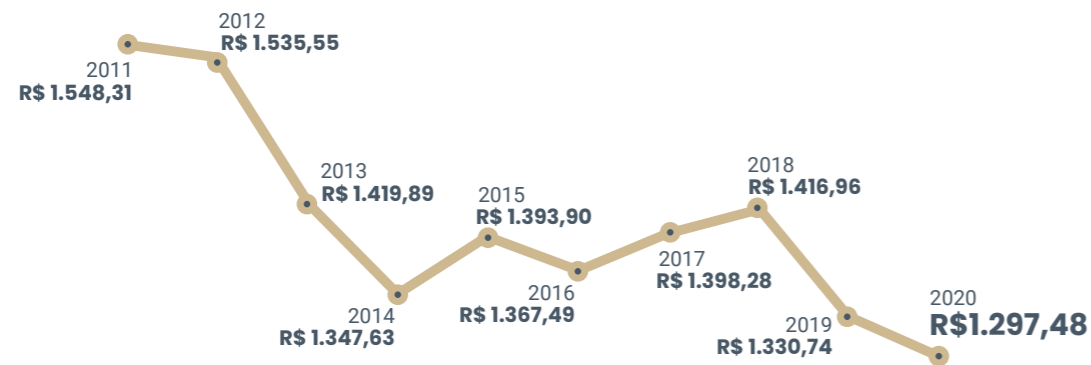
ram o ano de 2020 com resultados melhores que as metas estipuladas, demonstrando o ótimo resultado alcançado pela Capecf no ano, haja vista que quanto menor for essa relação, mais eficiente é a gestão da Entidade. O recebimento de contribuições em virtude de adesões ao Plano CV I, da compra do tempo de serviço passado e de aportes facultativos contribuíram para o bom desempenho desses indicadores.

O Índice de Cobertura das Despesas Administrativas, relação entre as fontes de custeio do Plano de Gestão Administrativa da Capecf e suas despesas administrativas ou, quanto as receitas administrativas do plano suportam suas despesas, demonstrou equilíbrio com o resultado apresentado 1,21 (meta de 1,06). Os aportes extras (contratação de tempo de serviço passado e aportes facultativos), além da execução de gastos administrativos menores foram fatores que propiciaram o alcance do resultado apontado.

Custo Médio de Administração por Participante

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capecf, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre esses indicadores, me-

rece destaque o Custo Administrativo por Participante, o qual tem apresentado uma curva decrescente nos últimos dois anos consecutivos, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Comparativo da Gestão Administrativa da CAPEF com as demais EFPC

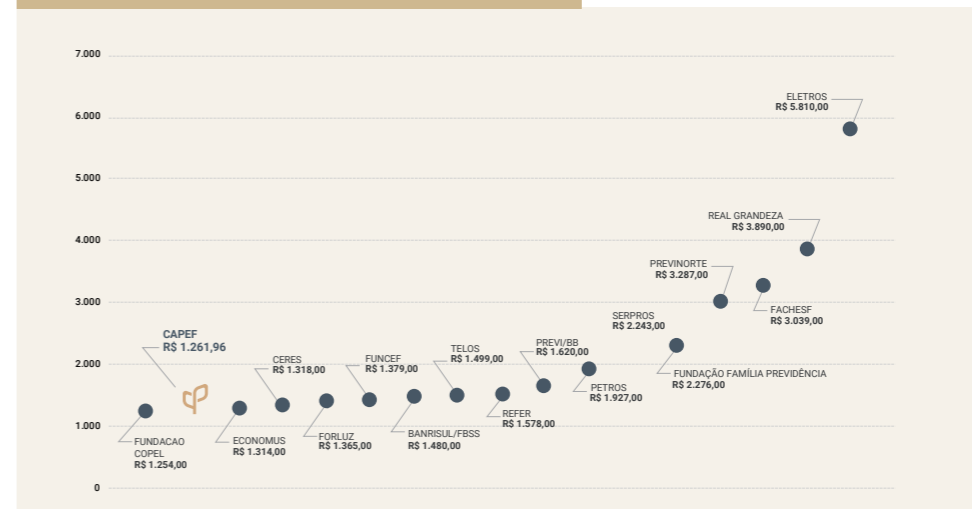
Ao comparar o seu desempenho com os demais fundos de pensão, a Capecf observou que seu Custo Administrativo por Participante se mantém em patamar inferior à média do mercado, inclusive abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de participantes superior, conforme benchmark efetuado com as 17 maiores entidades do país.

Segue abaixo o comparativo desse indicador realizado com base no 9º Estudo de Despesas Administrativas das EFPC, elaborado pela PREVIC

- Superintendência Nacional de Previdência Complementar. De acordo com o critério de ativo total, a Capecf enquadra-se no Grupo B, composto por 265 entidades, com ativos de R\$ 2 a 15 bilhões.

Quando comparado com o próprio Grupo, a Capecf continua com números melhores do que a média da categoria, resultado que evidencia a eficiência da gestão da Entidade. Ressalta-se que o estudo data de 2019, última versão divulgada por aquela superintendência.

Custo Administrativo Anual por Participante – R\$

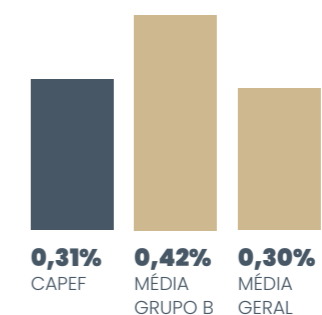


*Fonte: Previc - 9º Estudo das Despesas Administrativas das EFPCs.

**Posição: Dezembro/2019.

Ainda de acordo com levantamento divulgado pela PREVIC, com dados de 2019, a taxa de administração média da Capecf foi de 0,31%. Esse número é bem menor que a média do grupo B (0,42%), o qual a Capecf está classificada e aproxima-se da média percentual apresentada pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) no mesmo período, de 0,30%.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO



*Fonte: PREVIC - 9º Estudo das Despesas Administrativas das EFPCs.

**Posição: Dezembro/2019.

Indicadores Quantitativos

- a) Cumprimento do calendário de obrigações legais: mede a quantidade de obrigações legais cumpridas no prazo em relação à totalidade das obrigações do período. No ano de 2020, a Capef cumpriu no prazo 100% de suas obrigações legais.
- b) Percentual de profissionais certificados: mede a relação entre a quantidade de profissionais certificados em relação à quantidade de profissionais com obrigatoriedade de certificação. Enquadram-se no rol de profissionais com obrigatoriedade de certificação os diretores, conselheiros e colaboradores de investimentos de acordo com o código de autorregulação e governança de Investimentos da Entidade. A Capef encontra-se com 100% desses profissionais certificados ao final do exercício de 2020.
- c) Cumprimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual): Mede a relação entre as ações de treinamento realizadas e o total de ações previstas no PDI dos funcionários da Entidade no período. Foram realizadas 34 ações de uma meta de 80, correspondendo a 43% da meta no período. Cabe destacar que esse indicador foi bastante impactado pela pandemia de COVID-19, devido à suspensão de treinamentos presenciais e o cancelamento de turmas programadas pelas instituições de ensino.

Indicadores de Gestão das Despesas Administrativas - Quantitativos

INDICADORES	META	REALIZADO
Cumprimento do calendário de obrigações legais	100%	100%
Percentual de profissionais certificados	100%	100%
Cumprimento do PDI	100%	43%

DOCUMENTAÇÃO DISPONÍVEL

Confira todos os documentos disponíveis, segregados por Planos de Benefícios.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

PARECERES

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de Dezembro

ATIVO	Exercício 2020	Exercício 2019	PASSIVO	Exercício 2020	Exercício 2019
DISPONÍVEL	328	272	EXIGÍVEL OPERACIONAL	9.024	8.043
			Gestão Previdencial	4.750	4.768
			Gestão Administrativa	2.360	1.697
			Investimentos	1.914	1.578
REALIZÁVEL	5.532.715	5.053.526	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	139.864	166.980
Gestão Previdencial	12.070	24.376			
Gestão Administrativa	6.841	5.923			
Investimentos	5.513.804	5.023.227			
Títulos Públicos	1.239.938	1.008.434	Gestão Previdencial	128.241	158.094
Créditos Privados e Depósitos	97.553	85.914	Gestão Administrativa	7.397	5.720
Ações	93.310	75.181	Investimentos	4.226	3.166
Fundos de Investimentos	3.712.736	3.486.576			
Investimentos Imobiliários	219.019	216.620	PATRIMÔNIO SOCIAL	5.396.944	4.891.099
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	150.072	149.723	Patrimônio de Cobertura do Plano	5.219.039	4.740.399
Depósitos Judiciais/Recursais	671	279	Provisões Matemáticas	5.212.067	4.718.743
Outros Realizáveis	505	500	Benefícios Concedidos	3.461.485	3.155.885
			Benefícios a Conceder	1.750.582	1.562.858
PERMANENTE	12.789	12.324	Equilíbrio Técnico	6.972	21.656
Imobilizado	11.817	10.983	Resultados Realizados	6.972	21.656
Intangível	972	1.341	Superávit Técnico Acumulado	6.972	21.656
			Fundos	177.905	150.700
			Fundos Previdenciais	44.683	38.086
			Fundos Administrativos	112.780	95.618
			Fundos dos Investimentos	20.442	16.996
TOTAL DO ATIVO	5.545.832	5.066.122	TOTAL DO PASSIVO	5.545.832	5.066.122

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
(+/-) A) Patrimônio Social - início do exercício	4.891.099	4.526.942	8,04
1. Adições	1.128.094	855.805	31,82
(+) Contribuições Previdenciais	292.382	279.960	4,44
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	778.505	542.129	43,60
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	18.730	0	100,00
(+) Receitas Administrativas	19.565	22.676	(13,72)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	15.465	7.951	94,50
(+) Constituição de Fundos de Investimento	3.447	3.089	11,59
2. Destinações	(622.249)	(491.648)	26,56
(-) Benefícios	(479.768)	(460.561)	4,17
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(124.613)	-	100,00
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(14.000)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(16.191)	(15.698)	3,14
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.677)	(1.389)	20,73
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	505.845	364.157	38,91
(+/-) Provisões Matemáticas	493.324	338.160	45,88
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(14.685)	1.189	(1.335,07)
(+/-) Fundos Previdenciais	6.597	8.178	(19,33)
(+/-) Fundos Administrativos	17.162	13.541	26,74
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.447	3.089	11,59
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	5.396.944	4.891.099	10,34

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO BD

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
1. Ativos	4.056.632	3.833.676	5,82
Disponível	204	141	44,68
Recebível	91.126	91.964	(0,91)
Investimento	3.965.302	3.741.571	5,98
Títulos Públicos	424.448	301.210	40,91
Créditos Privados e Depósitos	5.707	0	100,00
Ações	52.140	62.338	(16,36)
Fundos de Investimentos	3.183.553	3.077.273	3,45
Investimentos Imobiliários	217.464	215.046	1,12
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	80.814	84.925	(4,84)
Depósitos Judiciais / Recursais	671	279	140,50
Outros Realizáveis	505	500	1,00
2. Obrigações	138.914	167.388	(17,01)
Operacional	6.447	6.128	5,21
Contingencial	132.467	161.260	(17,86)
3. Fundos não Previdenciais	97.809	83.352	17,34
Fundos Administrativos	79.073	67.605	16,96
Fundos dos Investimentos	18.736	15.747	18,98
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.819.909	3.582.936	6,61
Provisões Matemáticas	3.817.885	3.561.865	7,19
Superávit Técnico	2.024	21.071	(90,39)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	2.024	21.071	(90,39)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	51.428	295.447	(82,59)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	53.452	316.518	(83,11)

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	3.582.934	3.487.965	2,72
1. Adições	698.418	573.837	21,71
(+) Contribuições	172.746	173.417	(0,39)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	525.672	400.420	31,28
2. Destinações	(461.445)	(478.867)	(3,64)
(-) Benefícios	(468.090)	(451.036)	3,78
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	18.729	(14.000)	(233,78)
(-) Custeio Administrativo	(12.084)	(13.831)	(12,63)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	236.973	94.970	149,52
(+/-) Provisões Matemáticas	256.020	94.072	172,15
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(19.047)	898	(2.221,05)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.819.907	3.582.934	6,61
C) Fundos não previdenciais	97.809	83.352	17,34
(+/-) Fundos Administrativos	79.073	67.605	16,96
(+/-) Fundos dos Investimentos	18.736	15.747	18,98

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO CV I

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
1. Ativos	1.479.390	1.225.007	20,77
Disponível	118	116	1,72
Recebível	33.724	28.030	20,31
Investimento	1.445.548	1.196.861	20,78
Títulos Públicos	815.490	707.225	15,31
Créditos Privados e Depósitos	91.846	85.914	6,90
Ações	41.170	12.843	220,56
Fundos de Investimentos	427.784	326.081	31,19
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	69.258	64.798	6,88
2. Obrigações	164	196	(16,33)
Operacional	164	196	(16,33)
3. Fundos não Previdenciais	35.413	29.262	21,02
Fundos Administrativos	33.707	28.013	20,33
Fundos dos Investimentos	1.706	1.249	36,59
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.443.813	1.195.549	20,77
Provisões Matemáticas	1.394.182	1.156.878	20,51
Superávit Técnico	4.948	585	745,81
Fundos Previdenciais	44.683	38.086	17,32
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	4.948	585	745,81
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.234	2.158	49,86
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	8.182	2.743	198,29

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CV I

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.195.548	942.992	26,78
1. Adições	267.403	269.506	(0,78)
(+) Contribuições	139.182	127.797	8,91
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	128.221	141.709	(9,52)
2. Destinações	(19.139)	(16.949)	12,92
(-) Benefícios	(11.678)	(9.524)	22,62
(-) Custeio Administrativo	(7.461)	(7.425)	0,48
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	248.264	252.557	(1,70)
(+/-) Provisões Matemáticas	237.304	244.088	(2,78)
(+/-) Fundos Previdenciais	6.597	8.178	(19,33)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	4.363	291	1.399,31
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.443.812	1.195.548	20,77
C) Fundos não previdenciais	35.413	29.262	21,02
(+/-) Fundos Administrativos	33.707	28.013	20,33
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.706	1.249	36,59

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	95.618	82.077	16,50
1. Custeio da Gestão Administrativa	35.030	30.628	14,37
1.1. Receitas	35.030	30.628	14,37
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	19.545	21.256	(8,05)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	15.465	7.951	94,50
Outras Receitas	20	1.421	(98,59)
2. Despesas Administrativas	16.191	15.698	3,14
2.1. Administração Previdencial	8.372	8.099	3,37
Pessoal e encargos	5.998	5.779	3,79
Treinamentos/congressos e seminários	39	56	(30,36)
Viagens e estadias	4	51	(92,16)
Serviços de terceiros	928	742	25,07
Despesas gerais	755	793	(4,79)
Depreciações e amortizações	442	490	(9,80)
Tributos	206	188	9,57
2.2. Administração dos Investimentos	7.819	7.599	2,90
Pessoal e encargos	5.587	5.516	1,29
Treinamentos/congressos e seminários	39	44	(11,36)
Viagens e estadias	5	65	(92,31)
Serviços de terceiros	825	654	26,15
Despesas gerais	715	641	11,54
Depreciações e amortizações	442	491	(9,98)
Tributos	206	188	9,57
3. Constituição de Contingências Administrativas	1.677	1.389	20,73
6. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3)	17.162	13.541	26,74
7. Constituição do Fundo Administrativo (6)	17.162	13.541	26,74
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	112.780	95.618	17,95

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/0-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.977.561	3.766.074	5,62
1. Provisões Matemáticas	3.817.885	3.561.865	7,19
1.1. Benefícios Concedidos	3.301.139	3.037.193	8,69
Benefício Definido	3.301.139	3.037.193	8,69
1.2. Benefício a Conceder	516.746	524.672	(1,51)
Benefício Definido	516.746	524.672	(1,51)
2. Equilíbrio Técnico	2.024	21.071	(90,39)
2.1. Resultados Realizados	2.024	21.071	(90,39)
Superávit Técnico acumulado	2.024	21.071	(90,39)
Reserva de Contingência	2.024	21.071	(90,39)
3. Fundos	18.736	15.747	18,98
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	18.736	15.747	18,98
4. Exigível Operacional	6.449	6.131	5,19
4.1. Gestão Previdencial	4.610	4.632	(0,47)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.839	1.499	22,68
5. Exigível Contingencial	132.467	161.260	(17,86)
5.1. Gestão Previdencial	128.241	158.094	(18,88)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.226	3.166	33,48

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILLA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/0-8
CPF 657.772.393-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CV I

em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Exercício 2020	Exercício 2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.445.682	1.196.994	20,78
1. Provisões Matemáticas	1.394.182	1.156.878	20,51
1.1. Benefícios Concedidos	160.346	118.693	35,09
Contribuição Definida	122.096	88.108	38,58
Benefício Definido	38.250	30.585	25,06
1.2. Benefício a Conceder	1.233.836	1.038.185	18,85
Contribuição Definida	1.233.836	1.038.185	18,85
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	611.386	514.348	18,87
Saldo de contas - parcela participantes	622.450	523.837	18,83
2. Equilíbrio Técnico	4.948	585	745,81
2.1. Resultados Realizados	4.948	585	745,81
Superávit Técnico acumulado	4.948	585	745,81
Reserva de contingência	4.948	585	745,81
3. Fundos	46.389	39.335	17,93
3.1. Fundos Previdenciais	44.683	38.086	17,32
3.2. Fundos de Investimentos	1.706	1.249	36,59
4. Exigível Operacional	163	196	(16,84)
4.1. Gestão Previdencial	140	137	2,19
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	23	59	(61,02)

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (em R\$ Mil)

1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multipiano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes elegíveis, funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2020, o plano possuía 1.174 participantes ativos (1.271, em 2019), 3.859 participantes assistidos (3.867, em 2019) e 1.382 beneficiários de pensão (1.319, em 2019).

Em atendimento a Resolução CNPC nº 30/2018 e em conformidade com a Instrução PREVIC nº 10/2018, foi realizado estudo de adequação e aderência das hipóteses atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 2020. O estudo, apresentado e aprovado pelo Conselho Deliberativo, recomendou a alteração das seguintes hipóteses para o Plano BD: tábua de mortalidade geral de válidos, tábua de entrada em invalidez, taxa real anual de juros, taxa de inflação e hipótese de entrada em aposentadoria. Assim, a avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2020, utilizou as seguintes hipóteses:

	Hipóteses Utilizadas - Plano BD
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 proj. 2020 por sexo, suavizada em 20%.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC Fraca.
Tábua de Entrada em Invalidez	Hunters suavizada em 85%.
Hipótese familiar	Família observada no cadastro.
Taxa Real Anual de juros	5,25% a.a. (cinco e vinte e cinco por cento ao ano).
Indexador do Plano	(INPC) 3,50% a.a.
Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 90 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado.

2.2) Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2020, contava com 5.689 participantes ativos (5.675, em 2019), 328 participantes assistidos (267, em 2019) e 47 beneficiários de pensão (40, em 2019).

Em atendimento a Resolução CNPC nº 30/2018 e em conformidade com a Instrução PREVIC nº 10/2018, foi realizado estudo de adequação e aderência das hipóteses atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 2020. O estudo, apresentado e aprovado pelo Conselho Deliberativo, recomendou a alteração das seguintes hipóteses para o Plano CV I: tábua de mortalidade geral de válidos, hipótese familiar e inflação. Assim, a avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2020, utilizou as seguintes hipóteses:

Hipóteses Utilizadas - Plano CV	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 proj. 2020 por sexo, suavizada em 10%.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC Fraca.
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller suavizada em 85%
Hipótese familiar	Família padrão composta de cônjuge dois anos mais jovem que o participante, sem a existência de filhos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Taxa Real Anual de juros	5,00% a.a. (cinco por cento ao ano).
Indexador do Plano	(IPCA) 3,50% a.a
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador.

2.3) Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com detalhamento das despesas administrativas e responsável pela gestão cotidiana da Entidade por meio de um regulamento específico, conferindo-lhe assim maior transparência.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC N° 29, de 31 de agosto de 2009; Instrução SPC N° 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Instruções MPS/PREVIC N° 01/2011, Instrução MPS/PREVIC N° 5/2011, Instrução MPS/PREVIC N° 10/2011, Instrução MPS/PREVIC N° 06/2013, Instrução MPS/PREVIC N° 15/2014, Instrução MPS/PREVIC N° 21/2015, Instrução MTPS/PREVIC N° 25/2015, Instrução MF/PREVIC N° 9/2017, Instrução MPS/PREVIC N° 11/2018, Instrução MPS/PREVIC N° 15/2019 e pela Instrução MPS/PREVIC N° 18/2019; a Resolução CNPC N° 12, de 19 de agosto de 2013; a Resolução CNPC N° 29, de 13 de abril de 2018, alterada pela Resolução CNPC N° 37/2020; a Resolução N° 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN, alterada pela Resolução n° 4.873, de 23 de dezembro de 2020 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC N° 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A preparação das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensuração patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realização somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

4.1) Resultados das Operações

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribuições do Plano de Contribuição Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o parágrafo 2º do artigo 10, da Resolução CNPC N° 29, de 13 de abril de 2018.

Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir. Ao atingir o limite de 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento de direitos creditórios superior a 360 dias, aplica-se o reconhecimento total da despesa de direitos creditórios, tudo em consonância com as determinações legais emanadas pela Instrução MPS/SPC N° 34, de 24 de setembro de 2009 conforme anexo A, item II Procedimentos Operacionais, subitem 11, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

Quadro I
Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos

Quantidade de Dias em Atraso	Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

4.2) Composição do Ativo

4.2.1) Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribuições contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências previdenciais.

4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução N° 4.661, de 25 de maio de 2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN, alterada pela Resolução n° 4.873, de 23 de dezembro de 2020. Os títulos adquiridos pelos planos administrados pela CAPEF podem ser classificados como “destinados para negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “para negociação”. Os demais títulos, que são classificados como “mantidos até o vencimento”, respeitam o estudo de *Asset Liability Management* – ALM da Entidade.

4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro



Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente, os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que são indexadas pela variação do IPCA. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos

Este grupo incorpora as aplicações em Letras Financeiras-LF, Debêntures e Certificado de Operações Estruturadas – COE. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as Debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. O COE é um investimento que combina Renda Fixa e Variável, presente apenas na carteira do Plano BD. Os valores desses ativos registrados na categoria “títulos para negociação” são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria “mantidos até o vencimento” têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

4.2.4.3) Ações

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da B3 S.A. – BRASIL. BOLSA. BALCÃO, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

4.2.4.4) Fundos de Investimentos

a) Renda Fixa

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação - CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA e LFs estão contabilizados como “títulos mantidos até o vencimento”, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CNPC Nº 37, de 13 de março de 2020, que altera a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, estabelece que a Entidade poderá realizar operações de alienações títulos públicos federais, classificados como títulos mantidos até o vencimento, realizadas em até trinta dias da aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior aos dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da EFPC quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

b) Ações

Os fundos classificados como Ações devem ter como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado. O patrimônio das carteiras dos Fundos de Ações deverá ser composto por 67%, no mínimo, dos seguintes ativos: a) ações admitidas à negociação em mercado organizado, b) bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, c) cotas de fundos de ações e cotas dos fundos de índice de ações e, d) *Brazilian Depositary Receipts* classificados como nível II e III. Nesse segmento, estão também classificados as cotas dos fundos de investimentos em ações no exterior. Nestes fundos, suas carteiras são compostas por ativos negociados no mercado externo.

c) Multimercado

Nesse segmento estão classificadas as cotas do Fundo Fortaleza Multimercado, as cotas de Fundos Multimercados Estruturados e as cotas dos Fundos de Investimentos no Exterior. O Fundo Fortaleza Multimercado e os Fundos Multimercados Estruturados possuem políticas de investimentos que envolvem vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Nesse segmento são ainda contabilizadas as aplicações em cotas de Fundos de Investimentos no Exterior e suas carteiras são compostas por ativos negociados no mercado externo. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas cotas.

d) Índice de Mercado

Nesse segmento estão classificadas as cotas dos ETF (*Exchange Traded Fund*) BOVV11 e SMAL11, fundos negociados em bolsa de valores. A cotação do BOVV11 acompanha a variação do índice Ibovespa e a cotação do SMAL11 acompanha a variação do Índice *Small Cap*. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas cotas.

e) Participações

Nesse segmento estão classificadas as cotas dos fundos de investimentos em participações - FIP. Este tipo de fundo é uma comunhão de recursos destinado à aplicação em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste segmento de aplicação, o gestor do FIP estará presente nas companhias com poder de influência e decisão na política estratégica e gestão da Entidade; fazendo parte do processo de amadurecimento da companhia para vendê-la futuramente. Os fundos que compõem o referido segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas cotas.

f) Investimentos Imobiliários

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, *shopping centers*, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas, que podem ser negociadas na B3 S.A. – BRASIL. BOLSA. BALCÃO. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas cotas.

4.2.4.5) Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação, determinado por avaliador independente, para imóveis adquiridos há mais de três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do CNPC e do CMN.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no máximo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução MPS/SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, em seu anexo A, item II Procedimentos Operacionais, subitem 19 com as alterações dadas pela Instrução PREVIC No. 15, de 12 de novembro de 2014.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou as suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado.

4.2.4.6) Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos.

A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à do quadro I.

A rubrica Empréstimos e Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) da diferença entre o saldo devedor do financiamento e o limite de cobertura máximo contratado com a companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada ou refinanciamento, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 5,50% a.a.

4.2.4.7) Depósitos Judiciais/Recursais

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

4.2.4.8) Outros Realizáveis

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.9).

4.2.5) Ativo Permanente

4.2.5.1) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de avaliação elaborado por perito independente, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução MPS/SPC N° 34, de 24 de setembro de 2009, consideradas suas respectivas alterações.

4.2.5.2) Intangível

A rubrica Intangível, estabelecida pela Resolução CNPC N° 29, de 13 de abril de 2018, contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

4.3) Composição do Passivo

4.3.1) Exigível Operacional

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

4.3.2) Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa no item 8.4) Processos classificados como risco possíveis. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução CFC N° 1.180, de 24 de julho de 2009.

4.3.3) Patrimônio Social

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõem o Patrimônio Social: o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos. O Patrimônio de Cobertura dos Planos se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- a) Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- b) Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura dos planos e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$.

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- a) Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica. No caso da Capef, o Plano CV I possui dois fundos previdenciais denominados de Fundo de Solvência Atuarial e Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos. O Fundo de Solvência Atuarial foi constituído segundo o regulamento do plano para possível utilização no caso de eventuais insuficiências atuariais futuras. Já o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito de participantes.
- b) Gestão Administrativa – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- c) Investimentos – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que, para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios, precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN N° 4.661, de 25/05/2018, alterada pela Resolução n° 4.873, de 23 de dezembro de 2020 e para a Resolução CGPC N° 13, de 01/10/2004.

Em atendimento aos normativos acima, a Capef desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Capef.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Capef possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a) Risco de Mercado: É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico-financeiro dos planos. Para a gestão de risco de mercado a Capef utiliza-se de alguns instrumentos para mitigá-los são eles: relatórios diários com o Value at Risk – VaR; Relatório Mensal de Investimentos contendo informações sobre o desempenho e análise das

carteiras; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta projeções de rentabilidade, indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da Caepef, onde é listada a performance de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano e dispõe de um Comitê de Investimento, com reuniões mensais onde são discutidas opções de investimentos.

- b) Risco de Crédito (contraparte): É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas. O risco de crédito é mitigado por meio de utilização de um modelo próprio para aquisição de ativos, onde são levados em conta limites legais e da Política de Investimentos; análise de prazo e taxa de retorno; análise de indicadores financeiros do emissor. Por fim, no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da Caepef.
- c) Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos. A liquidez dos planos da Caepef é monitorada por meio de modelo Asset Liability Management – ALM; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento, as análises feitas no Relatório Trimestral de Risco e realização anual de Teste de Stress para o Plano BD e CV I. Adicionalmente as práticas mencionadas, a Caepef utiliza como acompanhamento os indicadores de liquidez desenvolvidos pela Previc, o índice de liquidez ampla (ILA) e o índice de liquidez restrita (ILR).
- d) Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos). O risco operacional é mitigado por meio do funcionamento de um Comitê de Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos; processos mapeados e revisados constantemente. No tocante ao risco legal, a Entidade dispõe de uma Gerência Jurídica que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual indicando todos os procedimentos relacionados à essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a consequente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.
- e) Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade dos planos de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. Para acompanhar e mitigar esses riscos atuariais a Caepef se utiliza de uma Assessoria de Estudos Atuariais.
- f) Risco Sistêmico: É o risco que afeta a economia de uma forma geral, por exemplo, um colapso no sistema financeiro ou de capitais, uma grande variação na taxa de juros ou mesmo nas taxas de câmbio. Este tipo de risco é extremamente difícil de ser mitigado pois afeta a economia como um todo. A Caepef busca mitigar o risco sistêmico diversificando a alocação dos investimentos dos planos, inclusive no exterior, bem como acompanha o comportamento dos mercados locais e internacionais. Ademais, a Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos utiliza os Relatórios de Estabilidade da Previdência Complementar, da PREVIC, e o Relatório de Estabilidade Financeira, do BACEN, para acompanhar o comportamento da estabilidade do segmento de previdência complementar, bem como a estabilidade financeira do Brasil; e o funcionamento do sistema de intermediação financeira entre famílias, empresas e governo. O referido acompanhamento de estabilidade do segmento de previdência e de estabilidade financeira permite perceber alterações sistêmicas que podem afetar os investimentos da Caepef.

A gestão de riscos da Caepef, descrita anteriormente, mostrou-se adequada durante o período de agravamento da crise, em função da pandemia de COVID-19, uma vez que as métricas utilizadas não foram alteradas durante esse período. O acompanhamento dos investimentos é realizado diariamente, reportando à Diretoria Executiva e à Gerência de Investimento as rentabilidades dos planos frente às suas metas atuariais, bem como o enquadramento dos investimentos frente aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661 e pelas Políticas de Investimentos dos planos administrados. O acompanhamento da liquidez dos planos também não sofreu alteração durante a pandemia, sendo utilizadas as mesmas métricas já estabelecidas.

4.5) Tributação

4.5.1) Imposto de Renda – IR

A Lei Nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter

previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5º, a partir de 1º de janeiro de 2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando opta pelo instituto do resgate de contribuições.

4.5.2) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC

De acordo com a Lei Nº 12.154/2009 e IN PREVIC Nº 3, de 10/10/2012, a CAPEF é obrigada a recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

4.5.3) PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei Nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre as receitas utilizadas para administração dos planos de benefício. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra aquela sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários, os quais, atualmente, encontram-se pendentes de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5.1) REALIZÁVEL – Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 45 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 11.787 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente de pensionistas de falecidos no Plano BD (R\$ 221 mil).

Plano BD		R\$ mil		Plano CV		R\$ mil	
DESCRIÇÃO	2020	2019	DESCRIÇÃO	2020	2019		
Adiantamentos	45	124	Adiantamentos	0	0		
Depósitos Judiciais/Recursais	11.787	23.741	Depósitos Judiciais/Recursais	0	0		
Outros Realizáveis	221	494	Outros Realizáveis	17	17		
TOTAL	12.053	24.359	TOTAL	17	17		

5.2) REALIZÁVEL – Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2020	2019
Contas a Receber	205	167
Contribuições para Custeio	56	34
Responsabilidade de Empregados	119	103
Responsabilidade de Terceiros	30	30
Despesas Antecipadas	154	573
Adiantamentos	36	446
Pagamentos Antecipados	104	95
Almoxarifado	14	32
Depósitos Judiciais/Recursais	6.476	5.178
Tributos a Compensar	6	5
TOTAL	6.841	5.923

O saldo deste grupamento corresponde a:

- Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a contribuições do mês de dezembro; adiantamento concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cartões-refeição a funcionários, além do estoque de materiais de expediente e de limpeza.
- Depósitos Judiciais/ Recursais: PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 11.1.
- Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente a ser ressarcido pela Receita Federal do Brasil.

5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

Os saldos consolidados dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontram-se detalhados no quadro a seguir:

Em R\$ Mil		
DESCRIÇÃO	2020	2019
INVESTIMENTOS	5.513.804	5.023.227
Títulos Públicos	1.239.938	1.008.434
Nota do Tesouro Nacional	1.239.938	986.870
Letras Financeiras do Tesouro	0	21.564
Créditos Privados e Depósitos	97.553	85.914
Instituições Financeiras	83.937	72.691
Companhias Abertas	13.616	13.223
Ações	93.310	75.181
Instituições Financeiras	0	9.185
Companhias Abertas	72.621	40.137
Patrocinadores	20.689	25.859
Fundos de Investimento	3.712.736	3.486.576
Renda Fixa	3.127.001	2.900.858
Ações	101.239	37.394
Multimercado	184.443	286.069
<i>Fundo Fortaleza</i>	114.733	224.112
<i>Investimentos no Exterior</i>	9.944	9.427
<i>Estruturados</i>	59.766	52.530
Índice de Mercado	181.102	125.620
Participações	4.825	0
Imobiliário	114.126	136.635
Investimentos Imobiliários	219.019	216.620
Empréstimos	143.161	142.786
Financiamentos Imobiliários	6.911	6.937
Depósitos Judiciais/Recursais	671	279
Outros Realizáveis	505	500

5.3.1) Títulos Públicos

5.3.1.1) Notas do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Notas do Tesouro Nacional, Série – B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos planos BD e CVI.

Segue a posição dos títulos dos planos, em de 31 de dezembro de 2020.

Carteira Própria - Plano BD – Títulos em 31/12/2020

R\$ Mil								
TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANTIDADE	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.739	35.448	35.448	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	7.500	22.303	26.586	26.586	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	8.760	26.061	31.053	31.053	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	35.448	35.448	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	35.448	35.448	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.749	35.448	35.448	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.118	19.118	19.118	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.000	7.883	11.471	11.471	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.558	19.118	19.118	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	350	950	1.338	1.338	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	21.030	21.030	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	21.030	21.030	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	21.030	21.030	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	21.030	21.030	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.500	15.552	16.842	16.842	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	22.938	24.336	24.336	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.000	13.728	14.602	14.602	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	22.886	24.336	24.336	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	2.000	9.139	9.736	9.736	MERCADO	0
TOTAL					424.448	424.448		0

Respeitando o artigo 34 da Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, na carteira própria do plano BD e no Fundo Banco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo, a Capef reclassificou no dia 30/12/2020 os títulos de renda fixa (NTN-B) marcados como “mantidos até o vencimento” para a categoria “títulos para negociação”. No caso da Carteira Própria, a reclassificação gerou um resultado positivo de R\$ 19.156 mil, refletido na cota do plano. A reclassificação visou absorver o impacto das alterações conjuntas das hipóteses da taxa real anual de juros e da tábua de mortalidade geral do Plano BD.

Segue a relação de títulos reclassificados no Plano BD, em conformidade com o Art. 34, inciso II, da Resolução CNPC nº 37/2020.

Títulos da Carteira Própria - Plano BD – Resultado da Reclassificação em 30/12/2020

R\$ Mil									
TÍTULO	QTDE	VCTO	TX CURVA	VALOR EM R\$ CURVA	PU Atualizado em 30/12/2020	Tx Anbima	PU MTM	Resultado em R\$ MTM	VALOR EM R\$ MTM
NTN-B	10.000	15/05/2021	5,958998	34.442	3.444,210058	-1,8605	3.543,045401	988	35.433
NTN-B	7.500	15/05/2021	5,959998	25.831	3.444,199806	-1,8605	3.543,045401	741	26.573
NTN-B	8.760	15/05/2021	5,948998	30.172	3.444,329672	-1,8605	3.543,045401	865	31.037
NTN-B	10.000	15/05/2021	5,939998	34.444	3.444,439034	-1,8605	3.543,045401	986	35.430
NTN-B	10.000	15/05/2021	5,939998	34.444	3.444,439034	-1,8605	3.543,045401	986	35.430
NTN-B	10.000	15/05/2021	5,949998	34.443	3.444,319420	-1,8605	3.543,045401	987	35.430
NTN-B	5.000	15/08/2022	7,419998	17.118	3.423,510001	0,0034	3.821,472627	1.990	19.107
NTN-B	3.000	15/08/2022	7,389998	10.275	3.424,979544	0,0034	3.821,472627	1.189	11.464
NTN-B	5.000	15/08/2022	7,310098	17.144	3.428,889213	0,0034	3.821,472627	1.963	19.107
NTN-B	350	15/08/2022	7,279998	1.201	3.430,365592	0,0034	3.821,472627	137	1.338
NTN-B	5.500	15/08/2022	7,019998	18.937	3.443,160873	0,0034	3.821,472627	2.081	21.018
NTN-B	5.500	15/08/2022	7,019998	18.938	3.443,160873	0,0034	3.821,472627	2.081	21.018
NTN-B	5.500	15/08/2022	7,019998	18.938	3.443,160873	0,0034	3.821,472627	2.081	21.018
NTN-B	5.500	15/08/2022	7,019998	18.938	3.443,160873	0,0034	3.821,472627	2.081	21.018
Total				315.265				19.156	334.421

Carteira Própria - Plano CV – Títulos em 31/12/2020

								R\$ Mil
TIPO	EMISSOR/PAP EL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.971	6.606	9.735	VENCIMENTO	3.129
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	10.014	13.169	19.469	VENCIMENTO	6.300
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.937	6.494	9.735	VENCIMENTO	3.240
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	6.451	9.735	VENCIMENTO	3.284
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.925	6.451	9.735	VENCIMENTO	3.284
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.959	6.494	9.735	VENCIMENTO	3.240
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.947	6.450	9.735	VENCIMENTO	3.284
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.469	9.728	14.602	VENCIMENTO	4.874
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.279	6.767	9.735	VENCIMENTO	2.968
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.919	10.150	14.602	VENCIMENTO	4.451
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.987	10.222	14.602	VENCIMENTO	4.379
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	6.711	9.735	VENCIMENTO	3.024
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.240	6.711	9.735	VENCIMENTO	3.024
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.952	10.180	14.602	VENCIMENTO	4.422
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.910	10.122	14.602	VENCIMENTO	4.479
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.259	6.720	9.735	VENCIMENTO	3.014
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.251	6.711	9.735	VENCIMENTO	3.024
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.877	10.066	14.602	VENCIMENTO	4.535
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.922	10.122	14.602	VENCIMENTO	4.479
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.562	3.269	4.867	VENCIMENTO	1.598
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.555	3.260	4.867	VENCIMENTO	1.607
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.545	3.247	4.867	VENCIMENTO	1.620
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.595	3.310	4.867	VENCIMENTO	1.558
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.592	3.305	4.867	VENCIMENTO	1.562
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.918	10.077	14.602	VENCIMENTO	4.525
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.785	6.032	9.735	VENCIMENTO	3.703
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.200	7.702	9.666	15.575	VENCIMENTO	5.910
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	6.089	9.735	VENCIMENTO	3.645
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.861	6.089	9.735	VENCIMENTO	3.645
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	2.427	3.041	4.867	VENCIMENTO	1.827
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.770	5.940	9.735	VENCIMENTO	3.795
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	3.000	7.140	8.777	14.602	VENCIMENTO	5.825
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	500	1.202	1.450	2.434	VENCIMENTO	984
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	300	721	870	1.460	VENCIMENTO	590
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.809	5.800	9.735	VENCIMENTO	3.934

R\$ Mil

TIPO	EMISSOR/PAP EL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.737	6.748	9.735	VENCIMENTO	2.985
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.000	11.376	13.553	19.469	VENCIMENTO	5.916
NTN-D	TESOURO	15/05/2055	500	1.437	1.602	2.434	VENCIMENTO	751
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.747	6.730	9.735	VENCIMENTO	3.005
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	4.923	6.477	9.735	VENCIMENTO	3.258
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	2.000	5.003	6.574	9.735	VENCIMENTO	3.160
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.444	3.754	4.867	VENCIMENTO	1.113
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	3.449	3.759	4.867	VENCIMENTO	1.108
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.454	34.933	48.673	VENCIMENTO	13.739
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.413	34.889	48.673	VENCIMENTO	13.784
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.560	35.030	48.673	VENCIMENTO	13.643
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	32.535	34.986	48.673	VENCIMENTO	13.687
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	4.200	13.657	14.672	20.442	VENCIMENTO	5.770
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	20.000	71.118	75.937	97.345	VENCIMENTO	21.408
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.400	37.037	39.546	50.619	VENCIMENTO	11.073
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.481	4.475	4.867	VENCIMENTO	392
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	44.883	44.823	48.673	VENCIMENTO	3.850
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	10.000	47.520	47.672	48.673	VENCIMENTO	1.000
NTN B	TESOURO	15/05/2055	10.000	47.841	47.924	48.673	VENCIMENTO	749
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	5.000	23.920	23.962	24.336	VENCIMENTO	375
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	5.000	23.920	23.962	24.336	VENCIMENTO	375
NTN B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.788	4.794	4.867	VENCIMENTO	73
NTN-B	TESOURO	15/05/2055	1.000	4.791	4.796	4.867	VENCIMENTO	71
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	1.000	3.702	4.812	4.812	MERCADO	0
NTN B	TESOURO	15/08/2050	2.600	9.792	12.511	12.511	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	2.300	9.314	11.068	11.068	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/08/2050	4.000	17.003	19.249	19.237	MERCADO	0
NTN B	TESOURO	15/08/2050	2.000	8.601	9.625	9.624	MERCADO	0
TOTAL					815.490	1.055.537		240.047

A CAPEF, em atenção ao art. 37, da Resolução CNPC N° 29, de 13/04/2018, declara a sua intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Respeitando o parágrafo primeiro do artigo 32 da Resolução CNPC N° 37, de 13 de março de 2020, a Capef alongou parte da carteira de renda fixa (NTNB) do plano CVI.

O alongamento gerou um resultado positivo de R\$ 34.514 mil, refletido na cota do plano. Segue a relação de títulos negociados em conformidade com a Resolução CNPC N° 37:

Detalhamento das Vendas:

R\$ Mil						
Apuração do Resultado nas Vendas - Plano CVI						
Data	Código	Quantidade	Taxa média de venda	Vencimento	Valor da Venda	Lucro
10/11/2020	B187002	1.000	4,19	15/08/2050	48.447	9.353
	B187003	2.000		15/08/2050		
	B187026	2.000		15/08/2050		
	B203258	6.000	15/05/2045			
30/11/2020	B187000	1.000	4,28	15/08/2050	88.015	14.792
	B187001	1.000				
	B187029	3.000				
	B233108	2.000				
	B233109	2.000				
	B233110	4.000				
	B233334	2.000				
	B257776	2.000				
	B259527	2.000				
	B275656	1.000				
01/12/2020		10.000	4,28	15/08/2050	44.031	8.211
02/12/2020		2.600	4,26	15/08/2050	11.489	2.136
03/12/2020		27	4,12	15/08/2050	122	22
Total					192.104	34.514

Detalhamento das Compras:

R\$ Mil					
Compras do Plano CVI					
Data	Código	Quantidade	Taxa média de Compras	Vencimento	Valor da Compra
13/11/2020		1.000	4,300	15/05/2055	4.481
13/11/2020		10.000	4,290	15/05/2055	44.883
17/12/2020		10.000	3,900	15/05/2055	47.526
21/12/2020		10.000	3,870	15/05/2055	47.841
21/12/2020		10.000	3,870	15/05/2055	47.841
22/12/2020		1.000	3,870	15/05/2055	4.788
23/12/2020		1.000	3,870	15/05/2055	4.791
Total					202.151

5.3.1.1) Notas do Tesouro Nacional

5.3.1.1.1) Nota do Tesouro Nacional – Ajuste de Precificação

A Resolução CNPC No. 30, de 10/10/2018 estabelece novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir da apuração de superávit e déficit dos seus planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no Balanço. As sobras ou insuficiências, somente poderão ser destinadas e equacionadas, respectivamente, após a incorporação do montante de recursos que corresponde ao “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”. O montante correspondente ao referido ajuste deverá ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 12.2.4 e podem resultar em valor positivo ou



negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais" de que trata a Resolução CNPC No. 30/2018 corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Apresentamos, a seguir, demonstrativo posicionado em 31 de dezembro, com a composição dos Títulos Públicos da Carteira Administrada do Plano de Benefício Definido, selecionados para o cálculo do ajuste de precificação, conforme estabelece a Resolução CNPC No. 29/2018, acrescidos dos valores que correspondem à apuração do "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais", também de acordo com a referida Resolução.

Plano BD

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTHCNTB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,089	1000	Sim
BRSTHCNTB096 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2024	1	0,089404	20875	Sim
BRSTHCNTB007 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,063167	97090	Sim
BRSTHCNTB007 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2035	1	0,0755	66416	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,08548	5000	Sim
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0908	10001	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0721	11500	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0895	10000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,080487	10000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,080687	3000	Sim
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0807	10000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0638	16000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0654	15500	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0646	30500	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,064991	18385	Não

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,068096	12600	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,090469	5000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,08	10000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,081202	5000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,080821	5000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,080529	6000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0731	10000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0721	12000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,080683	10000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,0637	21000	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,073312	11500	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,072	7239	Não
BRSTHCNTB0A6 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2045	1	0,084285	5000	Não
BRSTHCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,040006	42000	Não
BRSTHCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,059433	10000	Não

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
416.761.051,70	468.189.045,76	51.427.994,06

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTHCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,057875	20000	Não
BRSTHCNTB3D4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-08-2050	1	0,0571	110000	Não

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
416.761.051,70	468.189.045,76	51.427.994,06

O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2020 foi de R\$ 51.428 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2019, foi negativa em R\$ 244.019 mil. A variação deveu-se à reclassificação de parte dos títulos da carteira do plano.

Para o Plano CV I, os títulos públicos da carteira selecionados para o devido cálculo do ajuste de precificação, conforme estabelece a Resolução CNPC No. 29/2018, acrescidos dos valores que correspondem à apuração do "Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais", de acordo com a referida Resolução, constam do quadro a seguir:

Plano CV I

Valores do DPAP 2007

Numero EFPC: 182
CNPB: 2010.0014-19
Grupo de Custeio:
Submassa:
Taxa Atuarial: 0.05
Data de Posição: 2020-12-31
Tipo de Cálculo: DPAP

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,063252	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,063487	4000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0645	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,065	4000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0645	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,065005	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,064606	3000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0615	5000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,060993	3000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0621	4000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,061293	3000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0617	3000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,062	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0621	5000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0617	3000	Não



ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,064	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0642	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0645	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0631	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0632	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,062024	3000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,07011	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,06999	3200	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,069372	4000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,069472	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,071314	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0725	3000	Sim
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0732	2800	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0617	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0614	4000	Não

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0619	2500	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0647	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,0636	2000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,054266	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,054166	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059223	10000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059314	10000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059029	10000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059118	10000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,059224	4200	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,053499	20000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,053399	10400	Não

ISIN - Tipo - Cupom - Vencimento	Fração	Taxa de Apropriação	Quantidade	Incluir
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,038695	20000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,038693	1000	Não
BRSTHCNTB4Q4 Tipo: NTN-B Cupom: 0.06 Vencimento: 15-05-2055	1	0,038692	1000	Não

Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
8.777.003,83	12.011.419,53	3.234.415,71

O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2020 foi de R\$ 3.234 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2019, foi positiva em R\$ 1.076 mil.

5.3.2) Créditos Privados e Depósitos

5.3.2.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras - LF pertencentes exclusivamente ao Plano CV I e em Certificado de Operações estruturadas - COE pertencente ao plano BD. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das LF e do COE variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

Letras Financeiras:
Carteira Própria - Plano CV I

R\$ Mil

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
LF	ITAÚ	22/08/2022	7	3.294	5.073	5.073	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	4	1.909	2.916	2.916	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	10	4.787	7.293	7.293	VENCIMENTO	-
LF	BRASESCO	14/06/2023	14	5.292	7.999	7.999	VENCIMENTO	-
LF	BRASESCO	14/06/2023	14	5.292	7.999	7.999	VENCIMENTO	-
LF	SAFRA	09/03/2022	10	5.000	10.339	10.339	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	09/03/2022	10	5.000	10.339	10.339	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	01/09/2025	6	3.000	4.316	4.316	MERCADO	-
LF	BTG PACTUAL	19/09/2025	4	2.000	2.899	2.899	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/09/2025	6	3.000	4.347	4.347	MERCADO	-
LF	SAFRA	01/12/2025	4	2.000	2.625	2.625	MERCADO	-
LF	BTG PACTUAL	23/01/2026	20	10.000	12.085	12.085	MERCADO	-
TOTAL					78.230	78.230		-

Ressalte-se que as Letras Financeiras acima não são precificadas pela ANBIMA. Assim, o valor de mercado informado desses ativos encontra-se igual ao seu valor contábil.

Certificado de Operações Estruturadas - COE:
Carteira Própria - Plano BD

R\$ Mil

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
COE	Banco Morgan Stanley	16/06/2025	5.000	5.000	5.707	5.707	MERCADO	0
TOTAL					5.707	5.707		0

Ressalte-se que o COE tem sua precificação marcada a mercado.

5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da Concessionária Auto Raposo Tavares – CART e da Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pertencentes ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Tais títulos privados encontram-se precificados na curva.

Carteira Própria - Plano CV I

R\$ Mil

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	Concessionária Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.520	6.959	VENCIMENTO	439
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	1.000	998	1.510	1.649	VENCIMENTO	139
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692	5.586	6.100	VENCIMENTO	514
TOTAL					13.616	14.708		1.092



5.3.3) Ações

5.3.3.2) Companhias Abertas

A Carteira é composta por ações de companhias abertas pertencentes aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

Carteira Própria – Plano BD

Plano BD		R\$ Mil
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO
BBSE3	3.636	4.006
EGIE3	1.999	2.074
HGTX3	881	828
ITSA4	2.001	2.079
LEVE3	4.072	2.703
PSSA3	3.538	3.214
SAPR4	1.674	1.995
TAE11	3.790	6.256
TRPL4	4.064	4.861
VIVT3	2.840	2.925
DIVIDENDOS/ JUROS	-	510
TOTAL	28.495	31.451

Carteira Própria – Plano CV

Plano CV I		R\$ Mil
ATIVOS	CUSTO CONTÁBIL	VALOR A MERCADO
BBSE3	2.035	1.906
BRFS3	700	844
CPLE6	1.111	2.368
EGIE3	2.003	1.885
ITSA4	1.864	1.676
JBSS3	699	771
KLBN11	708	1.144
LREN3	699	832
MGLU3	554	1.487
PETR4	6.032	9.655
PRNR3	5.000	4.350
PSSA3	1.699	1.436
QUAL3	1.315	1.609
RAIL3	710	704
RDOR3	290	342
SAPR4	1.933	1.972
TAE11	2.028	2.410
TRPL4	1.765	2.139
VALE3	697	1.417
VIVT3	2.043	1.800
DIVIDENDOS/ JUROS	-	423
TOTAL	33.885	41.170

5.3.3.3) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil – S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 20.689 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO em que foram negociadas.

5.3.4) Fundos de Investimento

5.3.4.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela Capef é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, com gestão do BNB compartilhada com a Capef, cotas do fundo *Capital Market*, com gestão do Banco BTG Pactual, pertencentes à carteira própria do plano BD; cotas dos fundos Vinci FI Renda Fixa Imobiliário e Vinci FI Renda Fixa Imobiliário II, com gestão da *Vinci Partners* e cotas do fundo Santander FIC FI Institucional com gestão do Banco Santander Brasil, estes três últimos pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI. Já os fundos, BNB FIC Referenciado DI RF, com gestão do BNB e o fundo Caixa Referenciado DI RF, com gestão da Caixa Econômica Federal, tem suas cotas pertencentes exclusivamente à carteira própria do Plano CV I. A seleção desses fundos é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos. As taxas de administração cobradas por esses fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN N° 4.661, de 25 de maio de 2018.

Segue o detalhamento da carteira de fundos de Renda Fixa consolidada:

Em R\$ Mil								
TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	CATEGORIA	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2024	21.875	24.810	70.079	87.898	Vencimento	17.819
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2035	163.506	264.860	525.101	739.017	Vencimento	213.916
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2045	260.225	367.181	774.820	1.202.810	Vencimento	427.989
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	182.000	592.363	704.227	875.783	Vencimento	171.556
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2024	220.722	312.795	886.901	886.901	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2035	17.600	19.977	56.950	56.950	Negociação	-
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	01/03/2022	547	-	5.873	5.873	Negociação	-
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	-657	-657	-	-
TESOURARIA	-	-	-	-	2	2	-	-
(A) Fundo Bco Nordeste RF Previdenciário Exclusivo	-	-	-	-	3.023.296	3.854.577	-	831.280
(B) Cota do fundo Vinci FI Imobiliário	Vinci	-	142.324	-	14.337	14.337	Negociação	-
(C) Cota do fundo Capital Market	BTG Pactual	-	22.376	-	207	207	Negociação	-
(D) Cotas do fundo Santander FIC Referenciado DI RF	Santander Asset	-	386.054	-	72.150	72.150	Negociação	-
(E) Cotas do fundo BNB FIC Referenciado DI RF	BNB	-	2.152.630	-	3.435	3.435	Negociação	-
(F) Cotas do fundo Caixa FI Referenciado DI RF	CEF	-	31.602	-	118	118	Negociação	-
(G) Cota do fundo VINCI FI RF IMOBII II	Vinci	-	123.681	-	13.446	13.446	Negociação	-
Sub-total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F+G)	-	-	-	-	3.126.989	3.958.270	-	831.280
(-) Bloqueio Judicial	-	-	-	-	12	-	-	-
Total Fundos de Renda Fixa	-	-	-	-	3.127.001	3.958.270	-	831.280

As cotas do Fundo Banco do Nordeste RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da Capef: BD e PGA - Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 35.000.745,1038084 cotas, enquanto o PGA é detentor de 1.214.628,82999336 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA.

R\$ Mil		
	2020	2019
(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	3.023.296	2.813.417
Plano BD	2.921.898	2.730.195
Plano de Gestão Administrativa	101.398	83.222

Respeitando o artigo 34 da Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, a Capef reclassificou, no dia 31/12/2020, parte dos títulos de renda fixa (NTN-B) marcados como "mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação" na carteira do Fundo Banco do Nordeste RF Previdenciário Exclusivo. A reclassificação gerou um resultado positivo de R\$ 175.572 mil, refletido na cota do fundo do dia 31/12/2020. A reclassificação visou absorver o impacto das alterações conjuntas das hipóteses da taxa real anual de juros e da tábua de mortalidade geral do Plano BD.

Segue a relação de títulos reclassificados do Fundo Banco do Nordeste RF Previdenciário Exclusivo em conformidade com a Resolução CNPC Nº 37.

TÍTULO	QTDE	VCTO	TX CURVA	VALOR EM R\$		Tx Anbima	PU MTM	Resultado em R\$ MTM	R\$ Mil	
				CURVA	em 30/12/2020				VALOR EM R\$	VALOR EM R\$
NTN-B	4.000	15/08/2024	8,900006	12.817	3.204,325882	1,5712	4.015,630078	3.245	16.063	
NTN-B	7.600	15/08/2024	8,950011	24.317	3.199,606255	1,5712	4.015,630078	6.202	30.519	
NTN-B	20.000	15/08/2024	9,001360	63.895	3.194,770432	1,5712	4.015,630078	16.417	80.313	
NTN-B	20.000	15/08/2024	8,980003	63.936	3.196,779947	1,5712	4.015,630078	16.377	80.313	
NTN-B	42.428	15/08/2024	8,979994	135.633	3.196,783365	1,5712	4.015,630078	34.742	170.375	
NTN-B	82.400	15/08/2024	6,374208	284.767	3.455,904890	1,5712	4.015,630078	46.121	330.888	
NTN-B	2.693	15/08/2024	8,901924	8.629	3.204,144752	1,5712	4.015,630078	2.185	10.814	
NTN-B	15.001	15/08/2024	8,980003	47.955	3.196,779947	1,5712	4.015,630078	12.284	60.238	
NTN-B	4.000	15/08/2024	8,900006	12.817	3.204,325882	1,5712	4.015,630078	3.245	16.063	
NTN-B	7.600	15/08/2024	8,950011	24.317	3.199,606255	1,5712	4.015,630078	6.202	30.519	
NTN-B	15.000	15/08/2024	8,900010	48.065	3.204,325882	1,5712	4.015,630078	12.170	60.233	
NTN-B	12.600	15/05/2035	6,768450	40.528	3.216,543598	3,21	4.516,662383	16.382	56.910	
Total				767.676				175.572	943.248	

5.3.4.2) Ações

Rubrica composta por cotas de 8 (oito) fundos de ações pertencentes ao Plano CV I:

Plano CVI		R\$ Mil	
FUNDO DE AÇÕES	QUANTIDADE	VALOR	
VINCI MOSAICO FIA	1.025.247	7.824	
BNP ACTION FIC FIA	23.647	9.148	
BBDC FIA DIV	401.578	4.665	
NEO NAVITAS FIC FIA	6.920.097	21.805	
ITAU INST A PHOENIX	270.785	6.221	
CONSTANCIA FUND FIA	2.825.349	10.772	
SUL AM SELECTION FIA	516.977	7.727	
JM MARLIM DIV FIA	2.154.796	7.418	
TOTAL	-	75.580	

Rubrica composta por cotas de 3 (três) fundos de ações - Investimentos no Exterior - pertencentes ao Plano CV I:

Plano CV I		R\$ Mil	
FUNDO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	QUANTIDADE	VALOR	
MS GL OPP ADV FIA IE	44.962	8.999	
LEGG MAS MARTIN CUR	6.937	8.291	
ITAÚ WORLD EQ FICFIA	446.123	8.369	
TOTAL	-	25.659	

5.3.4.3) Multimercado

A rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado, multimercado institucional, formada por cotas de Fundos de Investimentos no Exterior e por cotas de Fundos Multimercados Estruturados cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. O patrimônio do Fortaleza Multimercado é composto por recursos do Plano BD, já os recursos alocados em Fundos de investimentos no Exterior e multimercados estruturados pertencem exclusivamente ao Plano CVI.

5.3.4.3.1) Fundo Fortaleza Multimercado: Plano BD

TIPO	EMISSOR / PAPEL	VCTO	QUANT.	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR A MERCADO (R\$ MIL)	VALOR DA VARIACÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
Fundo Imobiliário	ALZR11	-	21.738	2.500	2.798	2.798	Negociação	-
Fundo Imobiliário	BPF11	-	27.752	2.274	2.237	2.237	Negociação	-
Fundo Imobiliário	GGRC11	-	6.778	791	949	949	Negociação	-
Fundo Imobiliário	GGRC13	-	7.438	958	1.041	1.041	Negociação	-
Fundo Imobiliário	GGRC14	-	7.297	940	1.022	1.022	Negociação	-
Fundo Imobiliário	HGCR11	-	18.173	2.000	1.850	1.850	Negociação	-
Fundo Imobiliário	HGLG11	-	33.614	5.105	6.084	6.084	Negociação	-
Fundo Imobiliário	HGRE11	-	18.981	2.750	2.980	2.980	Negociação	-
Fundo Imobiliário	RBFF11	-	27.113	2.151	2.014	2.014	Negociação	-
Fundo Imobiliário	RBFF12	-	28.322	-	11	11	Negociação	-
Ações	BRFS3	-	13.800	249	304	304	Negociação	-
Ações	EGIE3	-	4.400	214	193	193	Negociação	-
Ações	JBSS3	-	11.900	250	282	282	Negociação	-
Ações	KLBN11	-	15.200	249	402	402	Negociação	-
Ações	LREN3	-	7.000	250	305	305	Negociação	-
Ações	MGLU3	-	22.000	198	549	549	Negociação	-
Ações	NEOE3	-	50.000	783	881	881	Negociação	-
Ações	PETRA	-	24.300	475	689	689	Negociação	-
Ações	PRNR3	-	250.000	2.500	2.175	2.175	Negociação	-
Ações	QUAL3	-	16.500	469	577	577	Negociação	-
Ações	RAIL3	-	13.200	249	254	254	Negociação	-
Ações	SBSP3	-	7.000	417	311	311	Negociação	-
Ações	TAE11	-	7.000	213	233	233	Negociação	-
Ações	VALE3	-	5.900	249	516	516	Negociação	-
Ações	VIVA3	-	20.000	480	589	589	Negociação	-
Ações	VIVT3	-	3.800	211	177	177	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	156.170	-	1.919	1.919	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partners	-	66.205	-	6.669	6.669	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partners II	-	28.567	-	3.106	3.106	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Santander Asset	-	17.548	-	3.280	3.280	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Safra Asset	-	2.578	-	502	502	Negociação	-
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.959	6.959	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/2050	8.000	35.490	38.496	38.496	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/2055	5.000	22.853	24.336	24.336	Negociação	-
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	1	1	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	42	42	-	-
Total de Renda Fixa					114.733	114.733		

5.3.4.3.2) Fundos de Investimentos no Exterior:

As cotas dos fundos de Investimentos no exterior são detidas exclusivamente pelo plano CV I. O fundo aloca seus recursos, indiretamente, em ativos negociados em mercados externos de renda fixa.

Plano CV I		R\$ Mil	
FUNDO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	QUANTIDADE	VALOR	
WST MACR OPPORT FIM	5.540	9.927	
Valores a receber	-	17	
TOTAL	5.540	9.944	

5.3.4.3.3) Fundos de Investimentos Multimercado Estruturado:

As cotas dos fundos de Investimentos Multimercado Estruturados são detidas exclusivamente pelo plano CV I. Os fundos classificados como Multimercado possuem políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

Plano CV I		R\$ Mil	
FUNDOS EM MULTIMERCADO ESTRUTURADO	QUANTIDADE	VALOR	
CAPTALY ORION FICFIM	3.537.071	27.850	
IBIUNA HDGSTH FICFIM	42.012	11.745	
VINCI VALOREM FIM	33.123	7.589	
VINCI CREDITO FIM CP	2.128.258	2.198	
ABSOLUT VERTEXII FIM	5.939.701	10.384	
TOTAL	-	59.766	

5.3.4.4) Índice de Mercado

A rubrica Índice de Mercado é composta de cotas de fundos de índices – BOVV11 e SMAL11, pertencentes aos planos BD e CV I. O BOVV11 acompanha a variação do IBOVESPA e o SMAL11 acompanha a variação do índice de ações *Small Cap* da B3. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 em que foram negociadas.

Plano BD		R\$ Mil	
FUNDO ÍNDICE DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR	
BOVV11	327.050	39.102	
SMAL11	440.960	59.662	
TOTAL	-	98.764	

Plano CV I		R\$ Mil	
FUNDO ÍNDICE DE MERCADO	QUANTIDADE	VALOR	
BOVV11	210.500	25.167	
SMAL11	422.550	57.171	
TOTAL	-	82.338	

5.3.4.5) Participações

Segmento composto por cotas de fundos de investimentos em participações – FIP pertencentes exclusivamente ao plano CV I. Os FIP's são fundos que investem seus recursos em companhias em fase inicial de desenvolvimento. Neste segmento de aplicação, o gestor do fundo tem poder de influência e decisão na política, estratégica e gestão da empresa investida.

Plano CV I		R\$ Mil	
FUNDO EM PARTICIPAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR	
BTG ECON REAL FIP	3.421.169	3.360	
VINCI IMP R IV FDR B	1.510	1.465	
TOTAL	-	4.825	

5.3.4.6) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das cotas são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da B3 em que foram negociadas, conforme quadros a seguir:

Plano BD		R\$ Mil	
FUNDO IMOBILIÁRIO	CUSTO	VALOR	
FII ABSOLUTO CI ER	3.417	4.039	
FII GGRCOVEPCI	5.278	6.103	
FII GGRCOVEPREC	3.943	4.287	
FII GGRCOVEPREC	3.868	4.205	
FII RIOB ED CI ER	7.000	7.022	
FII RIOB FF CI ER	6.528	5.572	
FII RIOB FF DM 72,91 (*)	-	31	
FII VINCI SCCI ER	2.207	2.184	
A RECEBER QFII	-	1.062	
TOTAL	32.241	34.505	

(*) Direitos de subscrição não tem custo

Plano CV I		R\$ Mil	
FUNDO IMOBILIÁRIO	CUSTO	VALOR	
FII ALIANZA CI	4.500	5.036	
FII ABSOLUTO CI ER	500	500	
FII GGRCOVEPCI	5.245	5.945	
FII GGRCOVEPREC	5.294	5.756	
FII GGRCOVEPREC	5.193	5.646	
FII CSHG LOGCI ER	2.605	3.172	
FII HG REAL CI ER	2.750	2.980	
FII MALLS BPCI ER	5.000	5.192	
FII RIOB ED CI ER	5.000	5.016	
FII RIOB FF CI ER	6.650	6.080	
FII RIOB FF DM 72,91 (*)	-	34	
FII RIOB VA CI ER	10	10	
FII RIOB RC CI	5.000	4.833	
FII TG ATIVOCI ER	7.648	7.807	
FII VINCI SCCI ER	16.098	15.780	
FII XP MALLSCI	4.994	5.480	
A RECEBER QFII	-	354	
TOTAL	76.487	79.621	

(*) Direitos de subscrição não tem custo

5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido - BD e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, encerrou o ano de 2020 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 219.019 mil. No Plano BD R\$ 217.464 mil (R\$ 215.046, em 2019), relativo às edificações e respectivos direitos creditórios de locações, já que não há valores referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis (alienações). Composto o PGA temos R\$ 1.555 mil (R\$ 1.574 mil em 2019) referentes a edificações e respectivos direitos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2020 e 2019:

Plano BD

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIACÃO (%)
	2020	2019	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	217.464	215.046	1,12%
EDIFICAÇÕES	216.338	211.806	2,14%
IMÓVEIS LOCADOS	140.104	170.845	(17,99%)
IMÓVEIS DESOCUPADOS	75.903	40.611	86,90%
OUTRAS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	331	350	(5,29%)
DIREITOS CREDITÓRIOS	1.126	3.240	(65,25%)
LOCAÇÕES	1.126	1.326	(15,09%)
ALIENAÇÕES	0	1.914	(100%)

Plano Gestão Administrativa

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIACÃO (%)
	2020	2019	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.524	1.574	(3,17%)
EDIFICAÇÕES	1.524	1.574	(3,17%)
IMÓVEIS LOCADOS	1.524	0	0
IMÓVEIS DESOCUPADOS	0	1.574	(100%)

5.3.5.1) Edificações

Ao longo do exercício de 2020, no tocante aos ativos edificados, a carteira sofreu aumentos e diminuições patrimoniais decorrentes dos imóveis reavaliados no Plano BD, tudo à luz da periodicidade trienal, prevista na Instrução MPS/SPC N° 34, de 24 de setembro de 2009, com as alterações dadas pela Instrução PREVIC N° 15, de 12 de novembro de 2014.

Para tanto, a Entidade efetuou, com base em laudos de avaliação independente, a reavaliação dos ativos discriminados no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 7.912 mil ao valor da carteira do Plano de Benefício Definido:

Plano BD

UF	IMÓVEL	VALORES (EM R\$ MIL)			▲ %
		CUSTO CONTÁBIL	VALOR DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
CE	Edifício Atlantic Center	296	441	145	49,05%
CE	Edifício Beira Mar Trade Center	7.233	8.056	823	11,39%
BA	Edifício Boulevard Financeiro	17.638	13.372	(4.266)	(24,19%)
PE	Edifício Empresarial Center	2.542	3.071	529	20,83%
CE	Edifício Fran Carvalho	7.831	15.818	7.987	101,99%
SP	Pedro Biagi	18.378	21.072	2.694	14,66%
TOTAL		53.918	61.830	7.912	14,67%

Em relação às vendas ocorridas no período, essas geraram uma receita contábil na ordem de R\$ 6 mil, e decréscimo líquido de R\$ 50 mil na carteira do plano BD:

Plano BD

UF	IMÓVEL	UNIDADES	VALORES (EM R\$ MIL)			▲ %
			CUSTO CONTÁBIL	VALOR VENDA	RESULTADO	
CE	Ed. Beira Mar Trade Center	Vagas 339 e 340	50	56	6	12,17%
TOTAL			50	56	6	12,17%

Em 2020, a conta de passivo de investimentos imobiliários do plano BD possuía um saldo de R\$ 1.535 mil, com destaque para as garantias recebidas na locação de imóveis a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 638 mil, entre outras obrigações transitórias (valores/despesas a pagar).

5.3.5.2) Locações

Na carteira de imóveis do Plano BD, encontram-se registrados 96 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento.

No ano de 2020, o total de direito obtido sobre locações encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 1.123mil (R\$ 1.326 mil, em 2019), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação, descontado as provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel.

As provisões para perdas são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC n°. 34, de 24 de setembro de 2009, conforme quadro I do item 4.2.4.5.

5.3.6) Empréstimos a Participantes

Plano BD

No exercício de 2020, o plano realizou 2.206 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 8.676 contratos ativos, totalizando R\$ 73.903 mil.

Os empréstimos atualizados com base na variação do IGP-M representam 2,85% da carteira, 96,10% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC e apenas 1,05% referem-se aos contratos atualizados pela variação do IGP-DI.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo Garantidor de Empréstimo. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O Fundo Garantidor de Empréstimo terminou 2020 com saldo de R\$ 17.769 mil (R\$ 14.908 mil em 2019), de acordo com o demonstrativo a seguir:

Fundo de Garantia de EAP - Plano BD

Em R\$ mil

SALDO EM DEZ/2019	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/2020
14.908	2.205	1.671	2.327	17.769

O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

Plano CV I

No exercício de 2020, o Plano CV I realizou 4.163 liberações de empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 13.042 contratos ativos, no valor de R\$ 69.258 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo Garantidor de Empréstimo e ao final de 2020, o saldo da rubrica

importava em R\$ 1.706 mil (R\$ 1.249 mil em 2019), de acordo com o demonstrativo a seguir:

Fundo de Garantia de EAP - Plano CV I				Em R\$ mil
SALDO EM DEZ/2019	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/2020
1.249	401	117	173	1.706

5.3.7) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2020 somente 36 contratos ativos no valor total de R\$ 6.911 mil, saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capef implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou reconstrução do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado.

A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2020 de R\$ 2.327 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 5,5% ao ano.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda.

5.3.8) Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 671 mil em 2020 (R\$ 279 mil em 2019) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; b) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e c) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capef goza de imunidade tributária.

5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 505 mil (R\$ 500 mil em 2019) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capef já solicitou a restituição dos valores junto à Receita Federal do Brasil e aguarda decisão daquele órgão.

6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2020, o Ativo Permanente da Capef, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 12.789 mil (R\$ 12.324 mil em 2019).

6.1) Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 11.817 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 10.983 mil em 2019).

Rubrica	R\$ mil	
	2020	2019
Imobilizado	11.817	10.983
Bens Móveis	1.431	464
Bens Imóveis	10.386	10.519

O imóvel sede da Capef, pertencente ao Plano de Gestão Administrativa, que representa 87,89% do Imobilizado da Entidade foi reavaliado no ano de 2019 baseado em laudos de perito independente conforme a Instrução MPS/SPC No. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, alterada pela Instrução PREVIC No. 15 de 12 de novembro de 2014, onde prevê que as avaliações imobiliárias devem ser realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos. A Capef utiliza a reavaliação trienal para o seu imóvel do PGA. A próxima ocorrerá no ano de 2022.

6.2) Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2020, apresentou saldo de R\$ 972 mil (R\$ 1.341 mil em 2019). Segue detalhamento da composição do intangível.

Sistemas	Custo Total	Prazo de Amortização	Início da Amortização	% Amortização	Amortização no Ano (R\$ mil)	Acumulada (R\$ mil)	Valor Contábil (R\$ mil)
Sistema de Benefício	2.728	120 meses	mai/11	10%	247	2.461	267
Sistema de Imóveis	478	36 meses	dez/17	33%	130	478	0
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	429	60 meses	jul/15	20%	43	429	0
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	mar/16	10%	89	429	459
Demais Softwares	1.323	60 meses			87	1.077	246
TOTAL	5.846				596	4.874	972

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1) Previdencial

No final do exercício de 2020, o saldo deste grupamento totalizou R\$4.750 mil (R\$ 4.768 mil em 2019). O saldo corresponde, primordialmente, a restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Receita Federal do Brasil na devida competência, além de aposentadorias e pensões de participantes não cadastrados ou que aguardam decisão judicial.

7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capef relativo ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, gastos com manutenção da CAPEF. No final do exercício de 2020, o saldo deste grupamento totalizou R\$2.360 mil (R\$ 1.697 mil em 2019).

7.3) Investimentos

No final do exercício de 2020, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.914 mil (R\$ 1.578 mil em 2019), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) cauções recebidas de locatários de imóveis; b) taxas de condomínios a pagar de imóveis vagos; c) remuneração por serviços de corretagem relativas às locações comerciais e d) prêmios de seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial as ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2020, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 139.864 mil (R\$ 166.980 mil em 2019). Segue detalhadamente a composição da rubrica:

	R\$ mil	
	2020	2019
Exigível Contingencial	139.864	166.980
Plano BD		
Gestão Previdencial	128.241	158.094
Provisionado (Provável)	116.454	134.352
Depósito Judicial	10.735	22.563
Depósito Recursal	1.052	1.179
Gestão de Investimentos	4.226	3.166
Provisionado (Provável)	3.556	2.887
Depósito Judicial	659	270
Depósito Recursal	11	9
PGA		
Gestão Administrativa	7.397	5.720
Provisionado (Provável)	457	408
Depósito Judicial	6.940	5.312

8.1) Gestão Previdencial - Plano BD

A movimentação das contingências da Gestão Previdencial do Plano BD, classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável encontram-se distribuídas conforme quadro a seguir:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROVÁVEL	R\$ mil	
	2020	2019
Saldo Inicial	134.352	121.765
Constituição/reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais		
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	2.748	1.601
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	(36.973)	(4.184)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	22.265	15.208
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(5.938)	(38)
Saldo Final	116.454	134.352

Destaca-se que a reversão no saldo de R\$ 36.973 mil em 2020 decorreu, primordialmente, da revisão na atualização dos depósitos judiciais efetuados pela Capef, que passou a utilizar o mesmo índice estipulado para correção de seus respectivos processos (antes corrigidos pela poupança), além de considerar a baixa dos depósitos judiciais, quando levantados pela Capef, para efeito do cálculo da estimativa do valor contingente da ação. Ressalta-se que não existe um índice padrão para atualização dos processos judiciais, sendo utilizado o que mais se adequa, em observância à análise processual. A revisão contemplou ainda o cálculo por subprocessos, não tendo havido, entretanto, alteração na classificação dos riscos processuais.

A seguir detalha-se o Exigível Contingencial Previdencial, incluindo-se no montante dos saldos os Depósitos Judiciais e Recursais em 31 de dezembro de 2020.

O saldo final refere-se:

- a) a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 7.253 mil; e
- b) a obrigações no valor de R\$ 109.201 mil decorrentes de demandas judiciais; e
- c) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais/recursais) que totaliza o montante de R\$ 11.787 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente às suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de serem avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

8.2) Gestão Administrativa - PGA

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL	R\$ mil	
	2020	2019
Saldo Inicial	5.720	4.332
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	1.628	1.351
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	49	37
Saldo Final	7.397	5.720

Destaca-se que, do saldo total das Contingências Administrativas, R\$ 6.940 mil correspondem a valores provisionados acerca da incidência de contribuições para o PIS e COFINS, onde a CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições. (Vide nota 11.1).

Há ainda, a provisão de um processo judicial de danos morais interposto contra a entidade, estimado por R\$ 456 mil.

8.3) Investimentos – Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificadas como perda provável, finalizaram o exercício de 2020 com um saldo de R\$ 4.226 mil (R\$ 3.166 mil em 2019).

R\$ Mil

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL	2020	2019
Saldo Inicial	3.166	2.956
Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais	(3.100)	(19)
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	3.491	2
Reversão da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	(81)	(85)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	750	312
Saldo Final	4.226	3.166

O saldo final refere-se:

- a) aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 503 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão à MP 2.222/01;
- b) no segmento de investimentos imobiliários, as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais dos contratos de compra e venda a prazo no valor de R\$ 1.413 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis do Plano BD administrado pela Capef no total de R\$ 667 mil. Esse segmento de vendas (contrato particular de compra e venda) difere-se da linha de financiamento que a CAPEF oferecia aos seus associados, cuja garantia era a hipoteca do imóvel;
- c) no segmento de empréstimos e financiamentos imobiliários, os dois processos inerentes a empréstimos, onde no primeiro está sendo pleiteado a prescrição da dívida e, no segundo, a revisão dos valores das prestações, no total de R\$ 94 mil, as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 777 mil e da execução fiscal do IPTU dos contratos de financiamentos imobiliários antigos no total de R\$ 101 mil;
- d) aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais), que totaliza o montante de R\$ 671 mil.

8.4) Processos classificados com risco possível

Plano BD

Ressalte-se que há 203 processos judiciais no Plano BD classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho, de 2009 que aprovou a NBC TG 25, de 24 de novembro de 2017 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 404.300 mil.

Plano CV

Não existem demandas classificadas como possíveis no CV.

PGA

Não existem demandas classificadas como possíveis no PGA.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

Plano BD

Em 31 de dezembro de 2020, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.817.885 mil (R\$ 3.561.865 mil em 2019).

Rubrica	R\$ mil	
	2020	2019
Provisões Matemáticas	3.817.885	3.561.865
Benefícios concedidos	3.301.139	3.037.192
Benefícios a conceder	516.746	524.673



As Provisões Matemáticas cresceram em termos reais (7,19%, enquanto a variação do INPC no período foi de 5,45%). O crescimento real de 1,65% ocorreu apesar do estágio de maturidade do plano BD, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições, principalmente, em função das mudanças de hipóteses atuariais ocorridas em 2020, em especial a redução da taxa de juros e o aumento da longevidade da tábua de mortalidade geral. Registram-se ainda 94 concessões de aposentadoria resultando em um aumento das provisões matemáticas de benefício concedido e uma redução nas provisões matemáticas de benefícios a conceder.

Plano CV I

O saldo das Provisões Matemáticas referente ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 1.394.182 mil (R\$ 1.156.878 mil, em 2019). O crescimento de 20,51% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em maio de 2010.

RUBRICA	R\$ mil	
	2020	2019
Provisões Matemáticas	1.394.182	1.156.878
Benefícios concedidos	160.346	118.693
Benefícios a conceder	1.233.836	1.038.185

9.1.2) Equilíbrio Técnico

9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

Plano BD

O superávit de R\$ 2.024 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2020, foi decorrente da variação positiva dos investimentos no valor de R\$ 525.671 mil e da variação negativa no valor de R\$ 551.364 mil explicada pelo incremento das obrigações do plano, pagamento de benefícios e repasse do custeio administrativo; além da reversão de contingências de R\$ 18.730 mil, conforme detalhado no quadro a seguir:

Plano BD	R\$ mil
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2019	21.071
Fluxo Previdencial	(295.344)
Investimentos	525.671
Custeio administrativo	(12.084)
Provisões Atuariais	(256.020)
Contingências	18.730
SUPERÁVIT EM 31/12/2020	2.024

Plano CV I

A situação atuarial do plano CV I, em 31 de dezembro de 2020, apresenta-se superavitária em R\$ 4.948 mil em virtude do desempenho dos investimentos e dos ganhos atuariais obtidos sobre a parte das obrigações referentes aos benefícios concedidos que possuem características de benefício definido.

Plano CV I	R\$ mil
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2019	585
Fluxo Previdencial	127.504
Investimentos	128.221
Custeio administrativo	(7.461)
Provisões Atuariais	(237.304)
Fundos Previdenciais	(6.597)
RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2020	4.948

9.2) Fundos

9.2.1) Plano CV I - Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 44.683 mil (R\$ 38.086 mil, em 2019), sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial – Portfólio Mutualista (R\$ 26.891 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 17.792 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2020, fundo de natureza previdencial no Plano BD.

9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. Para o exercício de 2020, foi aprovado pelo conselho Deliberativo da CAPEF, a redução nos percentuais das taxas de contribuição dos planos, conforme estudo de solvência do Fundo de Custeio Administrativo da CAPEF.

O Plano BD, no ano de 2020, destinou 7,0% (em 2019 8,0%), o Plano CV I 4,5% das receitas previdenciais (em 2019 5,0%), relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 112.780 mil (R\$ 95.618 mil, em 2019).

9.2.3) Fundos de Investimentos

9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2020, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 18.736 mil, sendo R\$ 17.769 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 967 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 15.747 mil, sendo R\$ 14.908 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 839 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário em 2019).

No exercício de 2020, foi utilizado do fundo de Empréstimos o valor de R\$ 1.671 mil (R\$ 1.125 mil, em 2019), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 2.205 mil (R\$ 2.232 mil, em 2019) e de R\$ 2.327 mil (R\$ 1.476 mil, em 2019), decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente.

9.2.3.2) Plano CV I - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2020, registrou-se fundo no Plano CV I no valor de R\$ 1.706 mil. No exercício de 2020, foram constituídos R\$ 401 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 173 mil, em virtude de sua rentabilidade e a utilização de R\$ 117 mil razão do falecimento de mutuário no período.

10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA é estabelecida por meio da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

O Conselho Deliberativo da Entidade estabeleceu como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios

para o PGA em 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, conforme artigo 6º da resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre os limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Apesar do limite para cobertura das despesas administrativas da Capef atingir o valor de R\$ 54.051 mil, as despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 16.191 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 15.698 mil em 2019).

R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2020	2019
Pessoal e Encargos	11.585	11.295
Treinamentos/Congressos e Seminários	78	100
Viagens e Estádias	9	116
Serviços de Terceiros	1.753	1.396
Despesas Gerais	1.470	1.434
Depreciação e Amortização	884	981
Tributos	412	376
TOTAL	16.191	15.698

A Instrução MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, estabelece que a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade, as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo, nas posições de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2020	2019
Participação no Fundo Administrativo	112.780	95.618
Plano BD	79.073	67.605
Plano CV	33.707	28.013

11. TRIBUTOS FEDERAIS

11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender pela incidência das contribuições para o PIS e COFINS sobre o patrimônio que a Entidade administra. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer realizando os

depósitos judiciais dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra aquela sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, no entanto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF da 5ª R.) o desproveu, razão pela qual a Entidade interpôs recursos especial e extraordinários, os quais, atualmente, encontram-se pendentes de julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela Capef em 31 de dezembro de 2020 acumulam R\$ 6.476 mil.

11.2) Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação

A princípio, a CAPEF apresentou pedido de compensação tributária junto à Secretaria da Receita Federal – SRF, relativamente à exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do Regime Especial de Tributação – RET, alusivas ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004, no valor de R\$11.111 mil.

Em 2012, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil), relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004, permanecendo pendentes os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil).

Em 2015, a SRF restituiu à CAPEF o valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil), relativo ao RET do 4º trimestre de 2004. Não obstante as restituições anteriores, a SRF, em 2016, indeferiu, em última instância, o pedido compensação da CAPEF.

Como o crédito tributário cuja compensação foi requerida havia sido utilizado para compensar os recolhimentos tributários da Entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008, a CAPEF, com o indeferimento do seu pedido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, última instância no âmbito da SRF, resolveu efetuar a reversão do saldo correspondente ao crédito tributário, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela SELIC, e a reconhecer a multa de 20%, tudo isso em obediência ao princípio da prudência.

Ainda em 2016, mais especificamente em dezembro, a CAPEF recolheu R\$ 19.800 mil e ajuizou uma ação anulatória de débito fiscal, cumulada com pedido de repetição de indébito, pretendendo o reconhecimento do seu direito de compensar o crédito tributário em questão. Essa ação se processa perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, sob o nº 0076130-89.2016.4.01.3400, e ainda se encontra em primeira instância, não havendo, até o momento, sentença proferida.

Em abril de 2018, o Juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília determinou que a CAPEF especifique as provas que pretende produzir para instruir o processo, de maneira pormenorizada. Após esse evento, a CAPEF aguarda a manifestação do perito nomeado acerca das petições juntadas aos autos, com as questões de prova pericial.

Todos os questionamentos citados acima referem-se ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

12.1) ATIVO CONTINGENTE – OFND

Em 23/06/1986, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND por meio do Decreto-Lei Nº 2.228/86, cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade de as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual, aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas “provisões matemáticas”, nas “Obrigações” desse Fundo (OFND), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigações do Tesouro Nacional).

Posteriormente, o Decreto-Lei Nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei Nº 2.228/86, modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos e as regras para sua utilização, acarretando desvantagens aos investidores. Em razão disso, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ajuizou uma ação em nome de suas associadas em face da União, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, objetivando a observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração das OFND. Essa pretensão da ABRAPP foi julgada procedente e em 29/11/2010 a decisão transitou em julgado, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, o processo judicial de que trata essa ação se encontra em fase de liquidação, em que se está apurando se a CAPEF manteve o ativo até a ocorrência dos expurgos inflacionários e, em caso

afirmativo, qual o valor que lhe deve ser ressarcido.

12.2) TAXA DE JUROS E AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - IMPACTOS

12.2.1) Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

12.2.2) Taxa de Juros parâmetro

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela, cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2020 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, Instrução PREVIC no. 10, de 30 de novembro de 2018, e Portaria MPS/PREVIC/DIACE nº 337, de 29/04/2020.

12.2.3) Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2020

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da taxa de juros atuariais de 5,25% a.a. para o Plano BD e de 5,00% a.a. para o Plano CV I.

Para o plano BD a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo definido pela Portaria MPS/PREVIC/DIACE nº 337, de 29/04/2020, sendo de 3,71% a.a. o limite inferior e o superior de 5,70% a.a.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial também ficou dentro do intervalo legal (3,79% a.a. para o limite inferior e de 5,81% a.a. o limite superior).

A Resolução CGPC No. 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário estabelece também os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios. A citada norma traz a definição da taxa de juros, além dos critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,25% para o Plano BD e 5,00% para o Plano CV I e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

12.2.4) Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2020 do plano BD foi apurado pelo regime de competência e resultou no superávit de R\$ 2.024 mil. Por sua vez, o plano CV I encontra-se em equilíbrio apresentando um superávit de R\$ 4.948 mil em sua parcela característica de benefício definido.

A Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018 estabelece critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $(duration - 4) \times 1\% \times Provisões\ Matemáticas$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pelo menor valor entre 25% das provisões matemáticas e o resultado da seguinte fórmula $(10\% + (duration \times 1\%)) \times Provisão\ Matemática$.

A duration do passivo do plano BD é de 9,09 anos em 31/12/2020, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 5,09% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 19,09% das Provisões Matemáticas.

A duration do passivo do plano CV I é de 20,61 anos em 31/12/2020, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 16,61% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 25% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2020 encontram-se demonstrados a seguir.

PLANO BD	2020
A) Cálculo dos Limites	R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00)	R\$3.817.884
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,09
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)^{-1}$	-R\$ 194.330
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	19,09
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$ 728.834
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$ 954.471
c.4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 728.834
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 2.024
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 51.428
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 53.452
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	1,40%

PLANO CV I	2020
A) Cálculo dos Limites	R\$ Mil
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (P.M - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)	R\$ 38.250
b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	16,61
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)^{-1}$	-R\$ 6.353
c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	30,61
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$ 11.708
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$ 9.562
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 9.562
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 4.948
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 3.234
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 8.182
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	21,39%

**13. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PANDEMIA COVID-19**

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública, editando do Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020.

Ciente da gravidade da situação de emergência sanitária de importância internacional e das medidas adotadas pelo Governo do Estado do Ceará em seu Decreto 33.519/2020, que intensificou as medidas para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus, a CAPEF, já em 16 de março, acionou o seu Plano de Contingência, tendo adotado medidas preventivas em relação ao seu corpo funcional, agindo tempestivamente com a adoção do regime de teletrabalho, à exceção de um reduzido número de empregados, necessários ao funcionamento de central de tele atendimento; a suspensão das viagens a serviço e do atendimento presencial; a restrição do acesso à Entidade, especialmente de parceiros e terceiros; além de orientar as equipes nas ações a serem adotadas caso apresentassem sintomas relacionado ao COVID-19. Desde então, o Atendimento ao Participante passou a funcionar por meio dos canais eletrônicos, *whatsapp*, e-mail (relacionamento@capef.com.br), autoatendimento pelo site (capef.com.br) e app (CAPEF), e com uma equipe reduzida no 0800 para atendimento telefônico àqueles participantes que não possuem acesso à internet.

Cumprido ressaltar que durante este período de contingência, os processos da Capef não sofreram problemas de continuidade, inclusive, em relação ao cumprimento dos prazos legais e todas as informações a respeito das providências adotadas por esta Entidade foram apresentadas à PREVIC, em atendimento ao Ofício nº 637/2020/PREVIC.

É importante destacar que, mesmo diante da crise causada pelo surto de COVID-19, a situação de liquidez de ambos os planos (BD e CV I) é confortável, ou seja, de acordo com as métricas mencionadas de acompanhamento de liquidez dos Planos, não há necessidade de liquidez imediata que obrigue a CAPEF a negociar ativos com potenciais perdas para tratar sobre eventual falta de recursos líquidos. O Plano BD possui capacidade de pagamento de benefícios no curto e longo prazo, atestadas pelos acompanhamentos periódicos de liquidez elaborados pela Capef. Sobre o Plano CV I, no que diz respeito à liquidez, por se tratar de um plano relativamente novo, conta com grande representatividade das contribuições relativas aos seus participantes ativos no seu fluxo de recebimento, com volume de obrigações atual bem inferior ao de contribuições, o que concede boa situação de liquidez no curto e longo prazo.

Por fim, cabe informar que, até 31 de janeiro de 2021, não houve ocorrências que requeressem registros com impactos na situação patrimonial da CAPEF.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021

JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
Diretor Presidente
CPF 204.279.643-34

MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA
Diretor de Administração e Investimentos
CPF 167.973.293-53

CAMILA BASTOS PAULINO
Contadora - CRC - CE-023382/O-8
CPF 657.772.393-15

PARECERES

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD

PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO CV I



Tel.: +55 85 3244 1221
Fax: + 55 85 3244 2480
www.bdo.com.br

Av. Desembargador Moreira, 2120
Sala 707/708, Aldeota
Fortaleza/CE 60170-001

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF
Fortaleza - CE

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF ("CAPEF" e/ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Alienação do estoque de imóveis

Em 25 de maio de 2018, o Conselho Monetário Nacional, emitiu uma nova resolução nº 4.661, em que menciona em seu parágrafo 5º, do artigo 37 que: "Em até doze anos, a contar da entrada em vigor desta Resolução, as EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) deverão alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir FII (Fundo de Investimento Imobiliário) para abrigá-los, não se aplicando, neste caso, o limite estabelecido na alínea "e" do inciso II do artigo 28."



A CAPEF possui imóveis de uso próprio e alugados contabilizados, - com base na Instrução do Ministério da Previdência Social nº 34 de 2009 -, na rubrica de Investimentos imobiliários no montante de R\$ 219.019 mil e ainda não realizou a adequação desta norma visto que a vigência para obrigatoriedade é de doze anos a partir da data de publicação da resolução.

Nossa opinião não contém ressalva em relação a esses assuntos.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4


 Jairo da Rocha Soares
 Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - CE

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020 DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF

Este Conselho, em sua 342ª Reunião realizada no dia 26/03/2021, em atendimento ao disposto art. 17, alínea k, da Resolução CNPC Nº 29, de 13/04/2018 e com base no art. 28, “d” do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2020:

- Balanco Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- Relatórios dos Auditores Independentes; i
- Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I);
- Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- Parecer do Conselho Fiscal; e
- Balanco Social.

Com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes, Atuarh Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Capef, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2020 e determina a divulgação das referidas demonstrações, nos meios de comunicação da Entidade, em atendimento ao artigo 3º da Resolução do ME/CNPC Nº 32, de 4/12/2019 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual de Informações da Capef, bem como a disponibilização aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias,

contados da data da formalização do pedido, conforme previsão dada pela referida resolução em seu artigo 10.

Fortaleza – Ceará, 26 de março de 2021.

José Andrade Costa
Presidente

Gustavo Dórea Carneiro
Vice – Presidente

João Francisco Freitas Peixoto
Conselheiro

Emiliano Estevão da Paz Portela
Conselheiro

GILDETE Mesquita Ribeiro
Conselheira

LOURIVAL Nery Dos Santos
Conselheiro

D4Sign a84cd3b6-5a83-4656-add6-d16595e1daa2 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 30 de março de 2021, 16:32:27



MCD_2020.pdf

Código do documento a84cd3b6-5a83-4656-add6-d16595e1daa2



Assinaturas

- JOSE ANDRADE COSTA
jandrade@bnb.gov.br
Assinou
- Emiliano Estevão da Paz Portela
emilianosp@bnb.gov.br
Assinou
- Gustavo Dorea Carneiro
gdorea@bnb.gov.br
Assinou
- Gildete Mesquita Ribeiro
gildetemr@bnb.gov.br
Assinou
- JOAO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO
jofranfp@me.com
Assinou
- Lourival Nery dos Santos
lourivalnery56@gmail.com
Assinou

Eventos do documento

26 Mar 2021, 16:38:50


Documento número a84cd3b6-5a83-4656-add6-d16595e1daa2 **criado** por LUIZ FERNANDO ALMEIDA AMAZONAS (Conta fcce461c-f08c-4c2a-b5aa-178fa2b58830). Email :luiz.amazonas@capef.com.br. - DATE_ATOM: 2021-03-26T16:38:50-03:00

26 Mar 2021, 16:45:04


Lista de assinatura **iniciada** por LUIZ FERNANDO ALMEIDA AMAZONAS (Conta fcce461c-f08c-4c2a-b5aa-178fa2b58830). Email: luiz.amazonas@capef.com.br. - DATE_ATOM: 2021-03-26T16:45:04-03:00

26 Mar 2021, 16:47:30

GUSTAVO DOREA CARNEIRO **Assinou** - Email: gdorea@bnb.gov.br - IP: 177.25.148.72 (ip-177-25-148-72.user.vivozap.com.br porta: 33764) - Documento de identificação informado: 933.659.505-91 - DATE_ATOM: 2021-03-26T16:47:30-03:00



4 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 30 de março de 2021, 16:32:27



26 Mar 2021, 17:24:47
 GILDETE MESQUITA RIBEIRO **Assinou** (Conta 5ee82811-5fc7-430c-a06a-1f709a0b8fa3) - Email: gildetemr@bnb.gov.br - IP: 187.36.75.155 (bb244b9b.virtua.com.br porta: 45990) - **Geolocalização:** -3.7410798240644922 -38.51014977850742 - Documento de identificação informado: 231.445.053-15 - DATE_ATOM: 2021-03-26T17:24:47-03:00

26 Mar 2021, 17:33:44
 JOSE ANDRADE COSTA **Assinou** (Conta b277797a-d65b-4316-9f9c-476f6bbcd4b7) - Email: jandrade@bnb.gov.br - IP: 189.40.101.166 (166.101.40.189.isp.timbrasil.com.br porta: 2270) - **Geolocalização:** -3.808626169999999 -38.531631459999986 - Documento de identificação informado: 231.476.283-53 - DATE_ATOM: 2021-03-26T17:33:44-03:00

30 Mar 2021, 08:07:28
 JOAO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO **Assinou** (Conta fadebf0e-1a64-410b-a816-37f2d44ea748) - Email: jofranfp@me.com - IP: 179.180.128.112 (179.180.128.112.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 46436) - **Geolocalização:** -3.7259730014509596 -38.50237716227955 - Documento de identificação informado: 090.955.433-15 - DATE_ATOM: 2021-03-30T08:07:28-03:00

30 Mar 2021, 10:09:17
 LOURIVAL NERY DOS SANTOS **Assinou** (Conta 0173abee-6040-4efe-a2f6-d707c4d628d1) - Email: lourivalnery56@gmail.com - IP: 170.254.149.50 (50.149.254.170.smart.net.br porta: 17194) - **Geolocalização:** -8.0625545 -34.9175702 - Documento de identificação informado: 074.782.915-20 - DATE_ATOM: 2021-03-30T10:09:17-03:00

30 Mar 2021, 15:40:15
 EMILIANO ESTEVÃO DA PAZ PORTELA **Assinou** - Email: emilianosp@bnb.gov.br - IP: 177.51.75.106 (106.75.51.177.isp.timbrasil.com.br porta: 51108) - Documento de identificação informado: 789.718.613-04 - **Assinado com EMBED** - Token validado por **email** - DATE_ATOM: 2021-03-30T15:40:15-03:00

Hash do documento original
(SHA256):da2d8323d00845d01f690a29da8200ef790b3d67160bf7a8a3d4e7c632d93a81
 (SHA512):e75821877051fd41a87ce9535c1360e6a7bb52d4f1c8dbf4e02b35fefb8e0c2b4ad0bc2e9928b4b3c82e21c2bb76311d8ff352f18b2f430637cad286b1e455bd

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020

Este Conselho, em sua 492ª Reunião realizada no dia 15 de março de 2021, em atendimento ao disposto no art. 17, alínea j da Resolução CNPC Nº 29, de 13/04/2018 e em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2020:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Relatórios dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres Atuariais (Plano BD e Plano CV I).

Desta forma, com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes e Atuarh Consultoria Atuarial, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2020.

Fortaleza – Ceará, 15 de março de 2021.

Genival Vila Nova
Presidente

Leonardo da Hora Barreto
Vice – Presidente

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Conselheira

Helton Chagas Mendes
Conselheiro

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 17 de março de 2021, 09:01:50

Parecer_conselho_fiscal_2020.pdf
 Código do documento 80bdf8b4-f147-4f09-9c8a-302d879f9eec

Assinaturas

- Genival Vila Nova
genival.vila@capef.com.br
Assinou
- LEONARDO DA HORA BARRETO
leodahora79@gmail.com
Assinou
- AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA MEDEIROS
ailaribeiro10@gmail.com
Assinou
- AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA MEDEIROS
ailaribeiro10@gmail.com
Assinou
- Helton Chagas Mendes
hcmendes@hotmail.com
Assinou

Eventos do documento

15 Mar 2021, 15:26:40
Documento número 80bdf8b4-f147-4f09-9c8a-302d879f9eec **criado** por LUIZ FERNANDO ALMEIDA AMAZONAS (Conta fcce461c-f08c-4c2a-b5aa-178fa2b58830). Email :luiz.amazonas@capef.com.br. - DATE_ATOM: 2021-03-15T15:26:40-03:00

15 Mar 2021, 15:28:48
Lista de assinatura **iniciada** por LUIZ FERNANDO ALMEIDA AMAZONAS (Conta fcce461c-f08c-4c2a-b5aa-178fa2b58830). Email: luiz.amazonas@capef.com.br. - DATE_ATOM: 2021-03-15T15:28:48-03:00

15 Mar 2021, 15:32:26
GENIVAL VILA NOVA **Assinou** - Email: genival.vila@capef.com.br - IP: 177.54.149.122 (seguro.sitelandia.com porta: 33284) - **Geolocalização: -3.7353476000000003 -38.4959597** - Documento de identificação informado: 173.761.494-49 - DATE_ATOM: 2021-03-15T15:32:26-03:00

15 Mar 2021, 15:33:18
AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA MEDEIROS **Assinou** (Conta 9424715f-3259-424b-b4c2-77471666f8b4) - Email: ailaribeiro10@gmail.com - IP: 189.40.100.189 (189.100.40.189.isp.timbrasil.com.br porta: 24730) - Documento de

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
 Certificado de assinaturas gerado em 17 de março de 2021, 09:01:50

identificação informado: 289.236.853-72 - DATE_ATOM: 2021-03-15T15:33:18-03:00

15 Mar 2021, 15:33:49
AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA MEDEIROS **Assinou** (Conta 9424715f-3259-424b-b4c2-77471666f8b4) - Email: ailaribeiro10@gmail.com - IP: 189.40.100.189 (189.100.40.189.isp.timbrasil.com.br porta: 8524) - Documento de identificação informado: 289.236.853-72 - DATE_ATOM: 2021-03-15T15:33:49-03:00

15 Mar 2021, 17:29:50
LUIZ FERNANDO ALMEIDA AMAZONAS (Conta fcce461c-f08c-4c2a-b5aa-178fa2b58830). Email: luiz.amazonas@capef.com.br. **ADICIONOU** o signatário **hcmendes@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2021-03-15T17:29:50-03:00

16 Mar 2021, 12:39:27
HELTON CHAGAS MENDES **Assinou** - Email: hcmendes@hotmail.com - IP: 201.20.104.78 (201-20-104-78.mobtelecom.com.br porta: 44624) - **Geolocalização: -3.806590714444859 -38.53199559866883** - Documento de identificação informado: 536.001.346-04 - DATE_ATOM: 2021-03-16T12:39:27-03:00

17 Mar 2021, 07:11:15
LEONARDO DA HORA BARRETO **Assinou** (Conta 55b9271a-e947-4b42-8216-39bcf6bcdebc) - Email: leodahora79@gmail.com - IP: 191.190.225.218 (bfbee1da.virtua.com.br porta: 12412) - Documento de identificação informado: 792.872.555-04 - DATE_ATOM: 2021-03-17T07:11:15-03:00

Hash do documento original
(SHA256):6392a6e5f844fbcee19587b6553243296c027ff8f3706dac230044d56e537726
(SHA512):7bffa4323076152e5253fbee361873853415ff7d00f7eab280d8a4422eb6b8c50879f8a836b25ee7af6c3ced6339a2bd51c3e51cef240335018b4e5ac973877

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Parecer da Avaliação Atuarial 2020 - Plano BD

(CNPB nº 1967.0001-74)

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2020 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD.

Fevereiro de 2021

atuarhconsultoria.com.br
Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE
85 8819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br



1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo de demonstrar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2020 do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano BD encontra-se fechado para novos participantes desde 03/11/1999 e, nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, é classificado na modalidade de benefício definido, uma vez que todos os benefícios do plano têm seu valor previamente estabelecidos e seu custeio determinado atuarialmente de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Na década de 1990, tendo em vista o significativo déficit atuarial apresentado pelo Plano BD, a Entidade sofreu, em 1997, processo de intervenção pelo órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar. As medidas adotadas pelo interventor para o atingimento do equilíbrio atuarial do plano, normatizadas no regulamento do plano aprovado em 2002, foram questionadas na justiça pela maior parte dos participantes e, em conjunto com representantes do patrocinador, participantes e assistidos, a Entidade propôs novo regulamento para o Plano BD, aprovado em 30/12/2003. Tendo em vista a situação litigiosa vivenciada à época, a aplicação do novo regulamento não foi feita de forma automática, carecendo de manifestação do participante, quer mediante acordo judicial, no caso daqueles com litígio judicial com a CAPEF, quer via formalização de termo de adesão, para aqueles sem litígio judicial.

Dessa forma, no Plano BD há participantes vinculados a três regulamentos distintos, o regulamento de 1994 (BD0), de 2002 (BD1) e de 2003 (BD2), sendo que a grande maioria dos participantes está vinculada a este último regulamento, cuja última alteração ocorreu em 12/12/2013. No caso do BD0, em razão de decisões judiciais, há variantes do regulamento original sendo praticadas.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

Nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, o Plano BD é classificado na modalidade de benefício definido, uma vez que todos os benefícios do plano estão estruturados nessa modalidade.

A escolha do regime financeiro retrata a forma de financiamento utilizada para honrar os compromissos assumidos com o plano de benefícios. Cada benefício do plano deve possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No Plano BD, são adotados os regimes financeiros de capitalização para o financiamento de todos os seus benefícios.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento. O método de financiamento adotado para o Plano BD é o do Prêmio Nivelado Individual para todos os benefícios.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano BD estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

atuarhconsultoria.com.br
Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE
85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br

2



4. CADASTRO

O cadastro utilizado nesta avaliação conta, na posição de **31/12/2020**, com 1.164 participantes ativos, 3.702 aposentadorias programadas, 156 aposentadorias por invalidez e 1.306 grupos de beneficiários de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não tendo sido necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Destaque-se que, além do teste, o cálculo das provisões matemáticas é mensalmente realizado com base de dados atualizada, sendo essa base comparada com a do mês anterior.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais para a avaliação de 31/12/2020, a seguir relacionadas, foram escolhidas com base na boa prática atuarial, observando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudos de Aderência específicos.

Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2019 e 31/12/2020

Hipótese	31/12/2019	31/12/2020
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)	RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Female Disabled Retiree	IAPC FRACA
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Hunters suavizada em 85%.
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Família observada	Família observada
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 91 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 90 meses, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado
Indexador do Plano	(INPC) 4% a.a.	(INPC) 3,5% a.a.
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a.a.	5,25% a.a.

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo previdencial do Plano BD da CAPEF, obtém-se a **duration do passivo de 9,09 anos**.

7. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio, com vigência a partir de **01/01/2021**, apresenta a estimativa da estrutura de custos projetada para o exercício de 2021, de modo que seja preservada a solvência atuarial do Plano BD e detalha a forma de cálculo e o resultado percentual dos custos normais dos participantes ativos, a tabela de contribuição normal de participantes ativos (custeio) e o percentual de contribuição extraordinária dos assistidos.



7.1. CUSTO NORMAL

Para o exercício de 2021 o **Custo Normal** do plano foi quantificado em **12,89%** dos salários de contribuição, sendo **7,0%** destinado ao **custeio administrativo** do ano (o percentual de despesa administrativa de longo prazo, adotado no cálculo das provisões matemáticas, é de **5,90%**) e **10,31%** referente à **cobertura dos benefícios de risco** decorridos, a ser aplicado sobre o valor das contribuições dos participantes ativos na ocasião do resgate de contribuições.

Importa consignar que o resultado da soma da aplicação do percentual de custeio administrativo sobre os salários de contribuição, estimado para 2021, resulta inferior ao limite estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF, de 0,5% (meio por cento) sobre os recursos garantidores, estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

7.2. CUSTEIO PARTICIPANTES ATIVOS

Considerando que o Custeio Normal dos participantes ativos do Plano BD de 15,05% revelou-se suficiente à cobertura dos custos normais futuros com despesas administrativas de 12,89%, foi recomendada, para o exercício de 2021, a manutenção da tabela de contribuições normais de participantes ativos aplicada em 2020 sobre os salários de contribuição, reproduzida no Quadro 2 adiante

Quadro 2 – Tabela de Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2021

Salário de Contribuição	Alíquota de Contribuição ⁽²⁾	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC ⁽¹⁾	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 3.273,37 (R\$ 3.104,27 em 2020).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

7.3. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS ASSISTIDOS

O Plano BD encerrou o exercício de 2019 com reserva de contingência de R\$ 21.071.097,94. Na avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2020, as provisões matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.817.883.631,73 que, comparado com o patrimônio de cobertura de R\$ 3.819.907.809,00, reduz o resultado superavitário acumulado no exercício para R\$ 2.024.177,27, a ser contabilizado como Reserva de Contingência.

Tendo o Plano BD permanecido superavitário, porém sem acumular resultado no exercício para fazer face a uma eventual redução de contribuição extraordinária, recomendou-se a manutenção das contribuições extraordinárias dos aposentados e pensionistas aderentes ao Acordo de 2003 em 19,20%. Para os demais aposentados e pensionistas que não aderiram ao Acordo, as contribuições devem seguir os regulamentos a que estão vinculados ou de acordo com determinação judicial, quando for o caso.



8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 3, as provisões matemáticas do Plano BD cresceram 7,19% em 2020 em relação ao valor contabilizado no encerramento do exercício de 2019. Descontada a variação do INPC de 5,45% observada no ano, o valor das provisões cresceu 1,65%.

Quadro 3 – Resultado do Plano BD em 2019 e 2020

Rubrica	Valores em R\$			
	31/12/2019	31/12/2020	Variação Nominal	Variação Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	3.582.935.607,78	3.819.907.809,00	6,61%	1,10%
(-) Provisões Matemáticas	3.561.864.509,84	3.817.883.631,73	7,19%	1,65%
Benefícios Concedidos	3.037.192.017,64	3.301.138.661,86	8,69%	3,07%
Benefícios a Conceder	524.672.492,20	516.744.969,87	-1,51%	-6,60%
(=) Superávit Técnico	21.071.097,94	2.024.177,27	-90,39%	-90,89%
Reserva de Contingência	21.071.097,94	2.024.177,27	-90,39%	-90,89%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Plano BD encontra-se em um estágio de maturidade, onde o total dos benefícios pagos é superior ao recebimento das contribuições, e tende a apresentar redução, em termos reais, no montante de suas obrigações atuariais. O aumento real das provisões matemáticas de 1,65% observado em 2020 ocorreu apesar desse estágio de maturidade, principalmente, em função das mudanças de hipóteses atuariais ocorridas em 2020, em especial a redução da taxa de juros e o aumento da longevidade da tábua de mortalidade geral. Registram-se ainda 94 concessões de aposentadoria resultando em redução nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e aumento maior das provisões matemáticas de benefício concedido.

9. EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e pela Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018, considerando a *duration* do passivo do Plano BD de 9,09 anos, para o caso de déficit técnico, o plano deve equacionar os déficits acima de 5,09% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, a distribuição deve ocorrer para os resultados acumulados acima de 19,09% das Provisões Matemáticas.

O valor do ajuste de precificação é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 10, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,25%, e o valor contábil desses títulos. O valor do ajuste de precificação do Plano BD, em 31/12/2020, foi apurado em R\$ 51.427.994,06. Dessa forma, o **Equilíbrio Técnico Ajustado** do plano é de **R\$ 53.452.171,33**, que corresponde a **1,40%** do total de suas provisões matemáticas.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano BD incorpora diversos mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais, tais como:

- fechado a novas adesões;
- percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios não incorporados ao regulamento;



- base para o cálculo do benefício e salário de contribuição desatrelados ao salário efetivo do participante ativo, sendo a evolução do salário de contribuição estabelecidos no regulamento do plano;
- reajuste dos benefícios dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador;
- reajuste dos benefícios vinculados ao índice do plano, que é calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitado a 100% e não inferior a 30% da variação do INPC do ano;
- valores dos benefícios do plano desvinculados do valor do benefício pago pelo RGPS; e
- valores dos benefícios do plano vinculados a valor de RGPS hipotético, reajustado pelo mesmo índice do plano.

Considerando esses mecanismos, os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas são expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral, seja do grupo principal, seja de beneficiários do plano, grupo secundário. O plano também está exposto ao risco de mercado, sendo que a regra de reajuste do benefício, minimiza sobremaneira seu impacto. Além disso, o plano possui significativa parcela de seu patrimônio em títulos públicos marcados na curva com taxas superiores à taxa de juros atuariais.

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano BD não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

11. CERTIFICAÇÃO

No ano, o plano acumulou um superávit de R\$ 2.024.177,27, na posição de 31/12/2020, devidamente registrado em reserva de contingência, redução de R\$ 19.046.920,67 em relação ao superávit de R\$ 21.071.097,94 apresentado no encerramento do exercício anterior. Essa redução ocorreu apesar da rentabilidade do plano acima da meta, em função das mudanças de hipóteses atuariais ocorridas em 2020, cujo impacto conjunto importou em R\$ 197.398.493,17.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes.

Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano BD, na posição de 31/12/2020, de R\$ 3.817.883.631,73, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2021.

Sérgio César de Paula Cardoso
 Atuário - MIBA Nº 2.285



Parecer da Avaliação Atuarial 2020 - Plano CV I

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2020 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I.

Fevereiro de 2021

atuarhconsultoria.com.br
Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE
85 8819-0929 – contato@atuarhconsultoria.com.br



1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2020 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25/03/2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19/05/2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado), com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação em comparação com as adotadas no exercício anterior (Quadro 1). As hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudos de Aderência específicos.

atuarhconsultoria.com.br
Av. Washington Soares, 55, Sala 307 – Iguatemi Empresarial - 60.811-341 – Fortaleza – CE
85 98819-0929 – sergio.cardoso@atuarhconsultoria.com.br



Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31/12/2019 e 31/12/2020

Hipótese	31/12/2019	31/12/2020
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)	RP-2000 Proj. 2020 Segmentada por sexo (Suavizada 10%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC Fraca*	IAPC Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (Suavizada em 85%)	Muller (Suavizada em 85%)
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Cônjuge três anos mais jovem	Cônjuge dois anos mais jovem
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	(IPCA) 4% a.a.	(IPCA) 3,5% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função
Taxa Real Anual de Juros	5,00% a. a.	5,00% a. a.

Obs.: (*) Em 31/12/2019 a tábua IAPC Fraca foi referida como IAPC (Suavizada em 50%).

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31/12/2020, e considera 6.037 participantes, sendo 5.675 ativos (144 estão suspensos), 323 benefícios programados, sendo 318 aposentados e 5 grupos de pensão, e 39 benefícios não programados, sendo 10 aposentados por invalidez e 29 grupos de pensão.

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não sendo necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Os resultados detalhados dos testes encontram-se no "Relatório de Análise e Validação da Consistência dos Dados Cadastrais – Plano CV I". Além do teste, destaque-se que a base de dados cadastrais utilizada no cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada e a nova base de dados é comparada com a base de dados do mês anterior, sendo as alterações confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da Capef. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

6. DURATION DO PASSIVO

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a *duration* do passivo de 20,61 anos. A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida na Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018:



$$Duração = \frac{\sum_{i=1}^N \left[\left(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}} \right) \times (i - 0,5) \right]}{\sum_{i=1}^N \left(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}} \right)}$$

Onde:

N = prazo máximo, em anos, do fluxo de pagamentos de benefícios;

F_i = somatório dos pagamentos de benefícios, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, relativos ao i -ésimo prazo;

i = prazo, em anos, resultante da diferença entre o ano de ocorrência dos fluxos (F_i) e o ano de cálculo; e

TA = a taxa de juros real anual aplicada no ano anterior.

Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a *duration* do passivo de 20,61 anos:

$$Duração = \frac{\sum_{i=1}^{77} \left[\left(\frac{F_i}{(1+0,05)^{(i-0,5)}} \right) \times (i - 0,5) \right]}{\sum_{i=1}^{77} \left(\frac{F_i}{(1+0,05)^{(i-0,5)}} \right)} = 20,61 \text{ anos}$$

Destaque-se que a redução da *duration* calculada neste exercício em relação ao exercício de 2019, que foi de 21,45 anos, ficou dentro do esperado tendo em vista o envelhecimento do grupo e os benefícios que foram concedidos no exercício de 2020.

7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido. Para o exercício de 2021, a taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo, inclusive quando pagas com recursos portados, foi mantida em 4,50%, assim como a taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício, em 2,70%.

As taxas de custeio administrativo para o Programa de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, em sua 311ª Reunião Ordinária ocorrida em 18/11/2019, fundamentado em estudo de solvência do Fundo Administrativo do PGA, elaborado a partir dos fluxos projetados de contribuições e despesas administrativas até o ano de 2107. O estudo evidenciou que o fundo do PGA é solvente com as taxas aprovadas e, segundo o regulamento do PGA da CAPEF, novo estudo de solvência do PGA está previsto para ser realizado a cada dois anos.

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2021 foi estimada em 16,64% (para 2020, a estimativa era de 16,43%), sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,34% (8,24% para 2020) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,04%, e de 8,30% (8,19% para 2020) para os patrocinadores.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos "participantes fundadores" do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador).



Para tornar o processo de inscrição dos patrocinadores (BNB e Capef) mais simples e ágil, os novos participantes desses patrocinadores poderão ser admitidos no plano com a taxa de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador). A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que for feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 20,88% em 2020 em relação ao encerramento do exercício de 2019. Descontada a variação do IPCA do período de 4,52%, o crescimento real das provisões foi de 15,65%. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder no Plano CV I são da modalidade de contribuição definida e são mensuradas pelo somatório dos saldos das contas individuais dos participantes ativos do plano. O crescimento ocorreu, principalmente, em função das contribuições aportadas por participantes e patrocinadores em 2020 e da rentabilidade dos investimentos no período de 9,77%.

Quadro 2 – Resultado do Plano CV I em 2019 e 2020

Rubrica	Valores em R\$			
	2019	2020	Varição Nominal	Varição Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	1.157.463.179,65	1.399.130.829,86	20,88%	15,65%
(-) Provisões Matemáticas	1.156.878.162,79	1.394.183.257,53	20,51%	15,30%
Contribuição Definida	1.126.293.648,31	1.355.933.742,48	20,39%	15,18%
Benefícios a Conceder	1.038.185.422,27	1.233.837.766,26	18,85%	13,71%
Benefícios Concedidos	88.108.226,04	122.095.976,22	38,58%	32,58%
Benefício Definido	30.584.514,48	38.249.515,05	25,06%	19,65%
Benefícios Concedidos	30.584.514,48	38.249.515,05	25,06%	19,65%
(=) Resultado do Exercício	585.016,86	4.947.572,33	745,71%	709,14%
(=) Superávit Técnico	585.016,86	4.947.572,33	745,71%	709,14%
Reserva de Contingência	585.016,86	4.947.572,33	745,71%	709,14%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Em 2020, o resultado superavitário foi de R\$ 4.362.555,47 e proveio, principalmente, da mudança de hipótese da tábua de mortalidade geral e dos ganhos atuariais observados. Esse resultado do exercício deixou o plano com superávit de R\$ 4.947.572,33 na posição de 31/12/2020.

Conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e pela Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018, considerando a *duration* do passivo do Plano CV I de 20,61 anos, o limite do Plano CV I para o caso de déficit técnico é de 16,61% das Provisões Matemáticas e, para o caso de superávit, de 25% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido.

O valor do ajuste de precificação do Plano CV I, em 31/12/2020, foi apurado em R\$ 3.234.415,71. Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano aumentou neste exercício para R\$ 8.181.988,04, que corresponde a 21,39% do total das provisões matemáticas de benefício definido. O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 30, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00%, e o valor contábil desses títulos.

9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Fundo de Solvência Atuarial do Plano CV, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências



atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

- Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;
- Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que, ao se desligar da patrocinadora, tenha optado pelo instituto do resgate; e
- Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 3 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2020. Em relação ao encerramento de 2019, o saldo do fundo cresceu 7,00% em quotas e 17,39% em reais, e representa 1,92% (1,98% em 2019) do total das provisões matemáticas do plano. Para 2021, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 3 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2020

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
(+) Saldo inicial em 31/12/2019	8.480.117,47	R\$ 22.906.643,74
(+) Recursos recebidos	593.724,65	R\$ 3.983.977,38
(-) Recursos utilizados	-	-
(=) Saldo em 31/12/2020	9.073.842,12	R\$ 26.890.621,12

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 4, em 2020, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 6,84% em quotas e 17,22% em reais. No ano, foram utilizadas 370.832,30 quotas (49,10% das quotas constituídas no ano) para o pagamento de capitais complementares referentes às concessões dos benefícios de risco. Para 2021, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.



Quadro 4 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2020

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
(+) Saldo inicial em 31/12/2019	5.619.457,37	15.179.377,94
(+) Recursos recebidos	755.249,72	3.608.108,99
(-) Recursos utilizados	370.832,30	994.812,11
(=) Saldo em 31/12/2020	6.003.874,79	17.792.674,82

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Na posição de 31/12/2020 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Administrativo e de Investimentos – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no Fundo Administrativo registrado no Programa de Gestão Administrativa – PGA totaliza R\$ 33.707.043,34 (R\$ 28.013.494,40 em 2019). O Fundo Administrativo é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O fundo do Programa de Investimentos conta com o saldo de R\$ 1.705.861,77 (R\$ 1.248.714,53 em 2019) destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2020, R\$ 1.355.933.742,48 (R\$ 1.126.293.648,31 em 2019) e representavam 97,26% (97,36% em 2019) do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo em 31/12/2020 totaliza R\$ 26.890.621,12 (saldo de R\$ 22.906.643,74 em 31/12/2019), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cujo saldo em 31/12/2020 totaliza R\$ 17.792.674,82 (saldo de R\$ 15.179.377,94 em 31/12/2019), tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: i) a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e ii) os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31/12/2020, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria



programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 38.249.515,05 (R\$ 30.584.514,48 em 31/12/2019).

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

11. CERTIFICAÇÃO

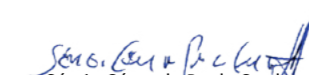
Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem os desequilíbrios são de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

O resultado superavitário do exercício foi de R\$ 4.362.555,47 e proveio, principalmente, da mudança de hipótese da tábua de mortalidade geral e dos ganhos atuariais observados. Esse resultado deixou o plano em superávit no montante de R\$ 4.947.572,33 na posição de 31/12/2020.

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31/12/2020, de R\$ 1.399.130.829,86, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2021.


Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA Nº 2.285

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO BD

PLANO CV I

PLANO PGA

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef utiliza como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises: i) estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções dos indicadores de mercado, b) volatilidade dos segmentos, c) parâmetros de risco preestabelecidos, d) restrições de alocações e, e) limites legais. O resultado do estudo apresentou sugestões de intervalos de alocação para cada segmento levando em conta a melhor relação risco x retorno para o plano; ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Baseado nesses estudos técnicos e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios Definidos, concluiu-se pela **proposta de alocação dos ativos do Plano BD para os próximos 5 anos**, revisada anualmente, conforme demonstrada na tabela a seguir:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (BD) EM 30/10/2020 (%)	Previsão de Alocação	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	87,71%	78%	68	100
Renda Variável	70	3,33%	5%	0	6
Investimentos Estruturados	20	0,15%	2%	0	3
Investimentos no Exterior	10	0,00%	2%	0	3
Imobiliário	20	6,60%	10%	0	10
Imóveis	-	5,73%	-	-	-
Fundos Imobiliários	-	0,87%	-	-	-
Operações com Participantes	15	2,22%	3%	0	10

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano BD as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano BD as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade;
- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;



- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

d. Restrições para o Segmento Imobiliário

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes

- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes e na Política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

Fundos de Investimentos em Ações:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de INPC + 5,25% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a. Renda Fixa

Seguem os critérios:

- O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 101% da meta atuarial.
- O fundo Fortaleza Multimercado tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 105% da meta atuarial.

b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do Ibovespa + 1 pp/ano.

c. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a média ponderada dos benchmarks das carteiras de imóveis e fundos imobiliários, conforme descritos abaixo:

- Carteira de imóveis: tem como benchmark superar a mediana de dividend yield (calculado em relação ao valor patrimonial) dos fundos imobiliários, do segmento lajes comerciais, que compõem o índice IFIX, visto esse segmento ser o mais aderente ao perfil dos imóveis que compõem a carteira própria.
- Fundos Imobiliários: tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano.

d. Operações com Participantes

A carteira de operações com participantes tem como meta de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes, bem como na Política de reestruturação da carteira financiamento imobiliário.

e. Estruturados

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 110% da meta atuarial.

f. Investimentos no Exterior

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 105% da meta atuarial.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DE CADA PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 2018, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018, revogando a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios, estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 337, de 29.04.2020), compreendido entre 3,71% e 5,70%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 8,96 anos (demonstrações atuariais de 2019).

De acordo com o estudo de adequação da taxa de juros, com base nos resultados projetados das rentabilidades anuais, compreendidas entre 2020 e 2106, a taxa interna de retorno (TIR) dos investimentos do Plano BD é de 5,55% ao ano, superior à taxa de juros adotada no plano de 5,50%. Ainda que a TIR estimada do Plano BD esteja acima da hipótese de taxa anual de juros adotada no encerramento do exercício de 2019 de 5,50%, há previsão de reclassificação de parte dos títulos que estão marcados na curva, conforme previsto pela Resolução CNPC N° 37, de 13 de março de 2020, para absorver o acréscimo de obrigação decorrente da alteração da tábua de mortalidade geral e da hipótese de taxa anual de juros, sugeridas no estudo de aderência. Uma vez que a reclassificação dos títulos resultou em uma TIR estimada do Plano BD, de 5,42%, esse cenário indicou a necessidade de redução da hipótese de taxa juros.

A sugestão de alteração da taxa de juros de 5,5% para 5,25% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável sobre as hipóteses do Plano BD, na 483ª reunião de 14/09/2020, e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 329ª reunião ocorrida em 30/09/2020.



Para o total de ativos do Plano BD, a rentabilidade a ser alcançada para o ano de 2021, é INPC + 5,25% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2020/187, de 31/08/2020). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA, PREFERENCIALMENTE, DE FORMA DEFERENCIADA POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- avaliar a possibilidade de políticas associadas à sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental na seleção de investimentos;
- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, a entidade estabeleceu, no seu processo de seleção de ativos, constante no Manual de Investimento, fatores de sustentabilidade ASG (Ambiental, Social e Governança).

RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 9,36%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.

- Investimentos Estruturados: até 4,18% baseado na Volatilidade média do índice de Multimercados da ANBIMA - IHFA dos últimos 5 anos.
- Renda Variável: até 24,06%, baseado na Volatilidade média do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 6,50% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 15,08%, baseado na Volatilidade média dos Índices Dow Jones e S&P 500 dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos. O Manual de Investimentos contém os seguintes tópicos:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estrutura Organizacional da Capef

Comitê de Investimentos

Gerência de Investimentos – GERIN

Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER

ETAPAS DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

RENDA FIXA

Crédito Privado

Títulos Públicos

Seleção de Fundos – Renda Fixa

Fundos de Liquidez Diária

Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado

Demais Fundos de Renda Fixa

RENDA VARIÁVEL

Ações - Alocação Direta

Seleção de Fundos - Renda Variável

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Alocação em COE (Certificados de Operações Estruturadas)

Seleção de Fundos - FIDC

Seleção de Fundos - Multimercados

Seleção de Fundos - FIP

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Seleção de Fundos – FII

Imóveis

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES**INVESTIMENTOS NO EXTERIOR****DERIVATIVOS****ETAPAS ENVOLVIDAS NA SELEÇÃO DE CUSTODIANTE, ADMINISTRADOR DE CARTEIRA, CORRETORAS E DE-MAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS****PROCESSO DE MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS****CÓDIGO DE ÉTICA**

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CVI

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef utiliza como base técnica para definição da alocação e limites por segmento de aplicação, as seguintes análises: i) estudo técnico de simulação de carteiras na fronteira eficiente, formulado com base nas seguintes premissas: a) projeções dos indicadores de mercado, b) volatilidade dos segmentos, c) parâmetros de risco preestabelecidos, d) restrições de alocações e, e) limites legais. O resultado do estudo apresentou sugestões de intervalos de alocação para cada segmento levando em conta a melhor relação risco x retorno para o plano. ii) Seminário de Investimentos e Benefícios para consolidação dos cenários projetados para o próximo ano.

Baseado nesses estudos técnicos e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, concluiu-se pela proposta de alocação dos ativos do Plano CV I para os próximos 5 anos, revisada anualmente, conforme demonstrada na tabela a seguir:

ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (BD) EM 30/10/2020 (%)	Previsão de Alocação	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	69,30%	51%	43	100
Renda Variável	70	12,38%	17%	0	20
Investimentos Estruturados	20	4,69%	7%	0	9
Investimentos no Exterior	10	2,59%	10%	0	10
Imobiliário	20	5,88%	8%	0	8
Operações com Participantes	15	5,16%	7%	0	10

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO**a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:**

- limitar em 5,0% do patrimônio do Plano, as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 20,0% do total dos investimentos do Plano, as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade;
- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;



- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.

b. Restrições para o Segmento de Renda Variável

- não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

d. Restrições para o Segmento Imobiliário

- Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661.

e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes

- As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- Não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

Fundos de Investimentos em Ações:

- não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- é permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Toda análise para investimento inicial deve considerar, como custo de oportunidade, a meta atuarial do plano. Ademais, a rentabilidade de cada segmento deve ser acompanhada pelos seus respectivos índices de referência ou benchmarks.

Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes de até 12 meses, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado. Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo (superior a 5 anos), dos investimentos realizados em cada um dos segmentos.

Além da meta do plano de IPCA + 5,00% a.a., a entidade trabalha com índices de referência, ou benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir

a. Renda Fixa

O segmento de Renda Fixa tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 106% da Meta Atuarial.

b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark a variação do Ibovespa + 1 pp/ano.

c. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark o índice IFIX + 0,5 pp/ano.

d. Operações com Participantes

A Carteira de Operações com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes.

e. Estruturados

O segmento de estruturados tem como meta de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 110% da meta atuarial.

f. Investimentos no Exterior

Para o segmento de investimentos no exterior a meta de rentabilidade será a Meta Atuarial do Plano, e como benchmark 105% da meta atuarial.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL OU OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA, OBSERVADO O REGULAMENTO DE CADA PLANO DE BENEFÍCIO

Em 2018, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MF/CNPC nº 30, de 10/10/2018, que revogou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 337, de 29.04.2020), compreendido entre 3,79% e 5,81%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 21,45 anos (demonstrações atuariais de 2019).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2021, é IPCA + 5,00% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2020/231, de 19/10/2020). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano. A definição da taxa de juros de 5% foi apreciada pelo Conselho Fiscal, que emitiu parecer favorável manifestando concordância com as hipóteses atuariais do Plano CV I, na 485ª reunião de 21/10/2020 e aprovada pelo Conselho Deliberativo na sua 331ª reunião ocorrida em 29/10/2020.

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

A Entidade utiliza o mercado de derivativos com o objetivo de proteção do valor de uma posição ativa ou de uma posição passiva contra possíveis variações futuras de um determinado ativo ou passivo.

Para as posições direcionais sem a finalidade de hedge serão observadas as seguintes restrições:

- o depósito de margem limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações da carteira de investimentos;
- o valor total dos prêmios de opções pago limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investi-

mentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA, PREFERENCIALMENTE, DE FORMA DEFERENCIADA POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- avaliar a possibilidade de políticas associadas à sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental na seleção de investimentos;
- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, a entidade estabeleceu, no seu processo de seleção de ativos, constante no Manual de Investimentos, fatores de sustentabilidade ASG (Ambiental, Social e Governança).

RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se “por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios”.

Modelos e critérios para a gestão do risco de mercado

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias úteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 9,36%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos.
- Investimentos Estruturados: até 4,18% baseado na Volatilidade média do índice de Multimercados da ANBIMA - IHFA dos últimos 5 anos.
- Renda Variável: até 24,06%, baseado na Volatilidade média do Ibovespa, dos últimos 5 anos.
- Imobiliários: até 6,50% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.
- Investimentos no Exterior: até 15,08%, baseado na Volatilidade média dos Índices Dow Jones e S&P 500 dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de gestores terceirizados, admi-

nistradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento “Manual de Investimentos” da Entidade aprovado pela Diretoria Executiva.

O Manual de Investimentos contém os seguintes tópicos:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estrutura Organizacional da Capef
 Comitê de Investimentos
 Gerência de Investimentos – GERIN
 Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER

ETAPAS DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

RENDA FIXA

Crédito Privado
 Títulos Públicos
 Seleção de Fundos – Renda Fixa
 Fundos de Liquidez Diária
 Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado
 Demais Fundos de Renda Fixa

RENDA VARIÁVEL

Ações - Alocação Direta
 Seleção de Fundos - Renda Variável

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Alocação em COE (Certificados de Operações Estruturadas)
 Seleção de Fundos - FIDC
 Seleção de Fundos - Multimercados
 Seleção de Fundos - FIP

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Seleção de Fundos – FII
 Imóveis

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

DERIVATIVOS

ETAPAS ENVOLVIDAS NA SELEÇÃO DE CUSTODIANTE, ADMINISTRADOR DE CARTEIRA, CORRETORAS E DE-MAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

PROCESSO DE MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS

CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PGA

PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS E OS LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

A Capef direcionará em 2021 a totalidade dos recursos do Plano de Gestão Administrativa para o segmento de Renda Fixa e Imobiliário.

Segue abaixo a tabela contendo a proposta de alocação e os limites de aplicação para o Plano:

ALOCAÇÃO DE ATIVOS PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 4.661 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (BD) EM 30/10/2020 (%)	Previsão de Alocação	LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	
				INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	98,32%	98%	92	100
Imobiliário	20	1,68%	2%	0	8

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 4.661, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

RESTRIÇÕES POR SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa:

- limitar em 1,0% do patrimônio do Plano as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade;
- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 20 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 10 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 21ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido. Vale salientar que a alocação em ativos de crédito privado só é executada após análise interna quantitativa e qualitativa do emissor do ativo a ser investido.
- não aplicar em instituições financeiras que estejam desenquadradas com relação ao índice de Basileia.

b. Restrições para o Segmento de Imobiliários

Serão observadas as restrições estabelecidas na Resolução 4.661. O estoque da carteira de imóveis será composta, exclusivamente, pela loja do térreo do Edifício Paulo Aguiar Frota, sede da CAPEF, Fortaleza-CE

META DE RENTABILIDADE POR PLANO E BENCHMARKS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Para o total de ativos do PGA, a rentabilidade a ser perseguida será equivalente a INPC + 5,25% a.a.

Além da meta do plano de INPC+5,25%, a entidade trabalha com metas para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

a. Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial.

b. Imobiliários

O segmento imobiliário tem como meta de rentabilidade a variação do INPC + 5,25% a.a..

OBJETIVOS PARA UTILIZAÇÃO DE DERIVATIVOS

Todas as operações no mercado de derivativos são negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

O Plano PGA usa os instrumentos de derivativos exclusivamente para hedge.

DIRETRIZES PARA OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA, PREFERENCIALMENTE, DE FORMA DEFERENCIADA POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA

A Capef vem adotando diretrizes para observância de princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança, tais como:

- avaliar a possibilidade de políticas associadas à sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental na seleção de investimentos;
- fortalecer o trato da responsabilidade social e ambiental nos processos de planejamento, de gestão e operacionais;
- desenvolver parcerias e compartilhar experiências com outras organizações para promoção da responsabilidade social e ambiental e o fortalecimento da transparência;
- considerar os mais modernos requisitos de sustentabilidade nas suas instalações e atividades administrativas, contribuindo com a preservação do meio ambiente;
- utilizar fontes renováveis na geração própria de energia.

Ademais, a Entidade entende que os integrantes do mercado financeiro, bem como os agentes econômicos de forma geral, devem buscar métodos que minimizem impactos sociais e ambientais negativos em suas atividades. Nesse intuito, a entidade estabeleceu, no seu processo de seleção de ativos, constante no Manual de Investimentos, fatores de sustentabilidade ASG (Ambiental, Social e Governança).

RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento (VAR), utilizando intervalo de confiança de 95% e 21 dias uteis de parâmetro:

- Renda Fixa marcado na curva: não se aplica;
- Renda Fixa marcado a mercado: até 9,36%, baseado na Volatilidade média do IMA-B 5+ dos últimos 5 anos .
- Imobiliários: até 6,50% baseado na Volatilidade média do índice IFIX dos últimos 5 anos.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS RELATIVOS À SELEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E DE FUNDO DE INVESTIMENTO

A Capef possui procedimentos formalizados de seleção, avaliação e monitoramento de gestores terceirizados, administradores de fundos exclusivos, custodiantes, e demais prestadores de serviços de investimentos. Tais procedimentos estão descritos no documento, Manual de Investimentos da Gerência de Investimentos da Entidade aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O Manual de Investimentos contém os seguintes tópicos:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estrutura Organizacional da Capef

Comitê de Investimentos

Gerência de Investimentos – GERIN

Assessoria de Gestão de Risco e Controles Internos – ASGER

ETAPAS DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS

RENDA FIXA

CRÉDITO PRIVADO

TÍTULOS PÚBLICOS

SELEÇÃO DE FUNDOS – RENDA FIXA

FUNDOS DE LIQUIDEZ DIÁRIA

FUNDOS DE RENDA FIXA - CRÉDITO PRIVADO

DEMAIS FUNDOS DE RENDA FIXA

RENDA VARIÁVEL

AÇÕES - ALOCAÇÃO DIRETA

SELEÇÃO DE FUNDOS - RENDA VARIÁVEL

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ALOCAÇÃO EM COE (CERTIFICADOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS)

SELEÇÃO DE FUNDOS - FIDC

SELEÇÃO DE FUNDOS - MULTIMERCADOS

SELEÇÃO DE FUNDOS - FIP

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

SELEÇÃO DE FUNDOS – FII

IMÓVEIS

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

DERIVATIVOS

ETAPAS ENVOLVIDAS NA SELEÇÃO DE CUSTODIANTE, ADMINISTRADOR DE CARTEIRA, CORRETORAS E DE-MAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

PROCESSO DE MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS

CÓDIGO DE ÉTICA

Fica definida a responsabilidade e lisura na tomada de decisões dos agentes envolvidos em todas as esferas da CAPEF, sendo vedada a utilização de informações e práticas ilícitas com o propósito de prejudicar o objetivo maior da Entidade, que é honrar seus compromissos com seus beneficiários.

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão, dirimir situações de conflito de interesse, e consolidar a imagem ética da entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.



Relatório Anual 2020

WWW.CAPEF.COM.BR

 /capefnaweb

 /tvcapef